



A PRIMEIRA GREVE ESTUDANTIL DA UFPE

9 a 19 de setembro de 1947

Evson Malaquias de Moraes Santos



Editora
Universitária UFPE

A PRIMEIRA GREVE ESTUDANTIL DA UFPE

9 a 19 de setembro de 1947.

Da tutela patriarcal à construção
ambígua de sua autonomia.

Evson Malaquias de Moraes Santos

A PRIMEIRA GREVE ESTUDANTIL DA UFPE

9 a 19 de setembro de 1947.

Da tutela patriarcal à construção
ambígua de sua autonomia.

Evson Malaquias de Moraes Santos

Editora
Universitária  UFPE
Recife, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins

Vice-Reitor: Prof. Gilson Edmar Gonçalves e Silva

Diretora da Editora UFPE: Pro^{fa} Maria José de Matos Luna

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Pro^{fa} Maria José de Matos Luna

Titulares: André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Christine Paulette Yves Rufino, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Dias dos Santos, José Wellington Rocha Tabosa, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Livia Suasuna, Marcos Gilson Gomes Feitosa, Marlos de Barros Pessoa, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Augusto César Pessoa Santiago, Benício de Barros Neto, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Carlos Sandroni, Ivandro da Costa Sales, José Gildo de Lima, Luiz Carlos Miranda, Vera Lúcia Menezes Lima, Zanoni Carvalho da Silva

Editores Executivos: Antonio Paulo de Moraes Rezende, José Rodrigues de Paiva

CRÉDITOS

Autor: Evson Malaquias de M. Santos (e-mail: evson@uol.com.br)

Capa: e Projeto Gráfico: Wilton Pontes

Revisão: Antonio Neto das Neves

Editora associada à



CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

S237p Santos, Evson Malaquias de Moraes.

A primeira greve estudantil da UFPE : 9 a 19 de setembro de 1947 : da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia / Evson Malaquias de Moraes Santos. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2010.

178 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7315-802-1 (broch.)

1. Movimentos estudantis. 2. Greves estudantis. 3. Estudantes – Atividades políticas. 4. UFPE – História. I. Título.

371.81CDD (22.ed.)

UFPE (BC2010-145)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Agradecimento

Este livro é parte de uma pesquisa maior denominada “Breve História da organização e instituição UFPE – 1946 a 1974”. Agradecemos ao CNPQ pelo financiamento de um bolsista do PIBIC, e à PROPESQ que, através do Programa Emergencial, disponibilizou dois bolsistas, possibilitando um melhor andamento da pesquisa.

Esta pesquisa não poderia ter se realizada sem o apoio direto de vários estudantes na coleta dos dados de jornais e das atas da Congregação, do Conselho Técnico-Administrativo da Escola de Engenharia e do Conselho Universitário da Universidade do Recife.

Agradecemos, particularmente, à estudante de Educação Física, Hercília Melo do Nascimento, que fez o levantamento do período de setembro de 1947, de todos os jornais utilizados aqui, daquela época, e participou do levantamento dos exemplares do Diário de Pernambuco, coletando informações sobre a contextualização do primeiro semestre de 1947. Apesar de ter entrado na pesquisa sobre a história da UFPE no final do PIBIC 2008-2009, os materiais analisados aqui só foram possíveis pelo seu empenho, esforço e dedicação. Muito obrigado.

Outros estudantes foram importantes na coleta dos dados de jornais de contextualização da época, a saber: Edelson Albuquerque Júnior e Claudemir Francelino Sales. Matérias de exemplares do Diário de Pernambuco, entre no-

vembro de 1946 a agosto de 1947, tiveram a participação direta destes dois estudantes de Pedagogia que, mesmo sem vínculo institucional de pesquisa, disponibilizaram seu tempo por amor à mesma. Outros integrantes desta pesquisa foram o estudante de Pedagogia, Clodoaldo Marques, que fez a coleta e transcrição das atas da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo, e Talita Maria Soares da Silva, também estudante de Pedagogia, que coletou a ata do Conselho Universitário deste período da greve.

Ao Arquivo Público do Estado, todo o agradecimento pelo acolhimento quanto à disponibilização dos jornais para a pesquisa.

Não podemos deixar de agradecer ao Diretor do CTG, professor Edmilson Santos de Lima, e às servidoras deste Centro, Danielle Fabíola do Nascimento e Gabrielle Barbosa de Souza, pela ajuda, esmero e atenção, permitindo acesso aos documentos da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo.

Apresentação

A Universidade Federal de Pernambuco, através da sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, tem a satisfação de apresentar à Sociedade, o livro escrito pelo professor Evson Malaquias, chamado “A Primeira Greve Estudantil da UFPE”. Já conhecemos e apoiamos institucionalmente a pesquisa conduzida pelo professor e sua equipe de estudantes, voltada para a compreensão da história organizacional e institucional da UFPE, no período de 1946 a 1974, tendo sido já publicados dois livros, sobre os Reitorados de Joaquim Amazonas e João Alfredo.

Mas ficamos curiosos quando Evson nos informou de seu interesse em publicar um livro sobre a primeira greve estudantil da UFPE, no já longínquo ano de 1947. Surpresa e curiosidade, pois de um lado, essa greve ocorreu justamente na nossa querida centenária Escola de Engenharia e, de outro, nos perguntamos que ensinamentos podemos tirar hoje de um fato político ocorrido há 67 anos, nos primórdios de nossa instituição?

As respostas podem ser encontradas através da leitura do texto, bem escrito e documentado. Chama atenção a estrutura do livro onde se destaca o prefácio do professor Antonio Paulo Rezende que, com clareza e profundidade afirma que a Universidade se enriquece quando se põe luz sobre sua memória. Os aspectos teóricos relacionam história e cultura e põem as bases para se entender contexto e fatos da época. Com metodologia bem estruturada, os fatos são

interpretados a partir de farto material empírico – jornais, fotos, documentos, entrevistas - fornecendo rica leitura do contexto político e social dos anos 1940 a 1950. Destaca-se a efervescência cultural e política de Pernambuco e sua capital, com importantes papéis cumpridos por instituições centenárias como o Teatro Santa Isabel, a Biblioteca Pública, o Gabinete Português de Leitura, o Hospital Português, a Faculdade Estadual de Filosofia e o Ginásio Pernambucano, dentre outras.

Uma breve história da fundação da Universidade do Recife (UF) é descrita, onde se vê ação dos pioneiros, em especial do Reitor Joaquim Amazonas, a estrutura organizacional da UR e o papel do Conselho Universitário e da Comissão Universitária, além da cultura em torno das cátedras. Destaque especial tem o capítulo sobre a Escola de Engenharia, onde se mencionam seus momentos principais: a fundação (1896), a Escola Livre de Engenharia (1905), o famoso prédio da Rua do Hospício, 371 em 1919, e sua reconstrução (1945), a criação pelo Diretório Acadêmico do “Curso Preparatório aos Exames Vestibulares professor Heitor Maia” (1954) e os conflitos onde os estudantes se insurgem contra a cultura autoritária e distanciada de muitos docentes, junto com a ausência de aulas práticas, que resultou em uma outra greve nos anos 1950 e no famoso jornal “A Ripa”. Chama atenção o rigorosíssimo processo de seleção dos alunos via vestibular, das provas em ciências básicas (Matemática, Física, Desenho) e aplicadas (Topografia, Astronomia, Resistência dos Materiais, Geologia) além da obrigação dos alunos de ler livros clássicos de engenharia e matemática em francês. Ao longo do texto, surgem grandes figuras, a quem hoje dedicamos respeito e consideração, tais como seu diretor professor Manoel Antonio de Moraes Rego, também fundador do Clube de Engenharia e presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Menção especial é dada ao professor catedrático Luiz de Barros Freire, cuja disciplina de Física originou a greve aqui estudada. Luiz Freire destaca-se pelo seu brilhantismo como Engenheiro e Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, tendo sido membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), que funciona até hoje, no Rio de Janeiro e do nosso CNPq. Importante papel tem também o engenheiro e professor assistente na

época de Luiz Freire na cadeira de Física, o nosso querido professor Amaranto Lopes, ainda hoje pesquisador e docente da UFRJ.

É nesse ambiente que surge a greve, descrita com rigor de detalhes, indo dos seus antecedentes relacionados com as lutas estudantis no mundo, e com a UNE no Brasil. E em Recife, com a criação dos Diretórios estudantis e da UEP e das suas reivindicações concretas para melhorar a vida dos estudantes, como bolsas e restaurante, além do estímulo às artes, música e literatura. O capítulo que narra a greve ocorrida por conta da reprovação dos alunos em Física é muito rico em detalhes e põe valores sobre os quais devemos, hoje, ressaltar e adotar no dia-a-dia.

Assim, o que a greve tem a nos ensinar? Ela aponta a nosso ver a importância dos estudantes conhecerem a história de suas lutas e de sua instituição, a necessidade permanente da solidariedade estudantil para a construção de sua cidadania e do seu papel social como profissionais dedicados ao bem comum. Enfim, para os atores da Universidade – servidores técnicos-administrativos e docentes, estudantes e da Sociedade, a permanente necessidade do diálogo e negociação como elementos indispensáveis para resolver conflitos legítimos em uma Sociedade democrática. Portanto, com essa publicação a Universidade cumpre o seu papel social, formando recursos humanos com valores éticos e de cidadania. Parabéns ao professor Evson Malaquias por sua fundamental contribuição para que esses valores se perpetuem em nosso país.

Anísio Brasileiro
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE
Professor da Escola de Engenharia de Pernambuco.

As muitas trilhas da História

A complexidade para tecer a narrativa histórica é grande. Seria, mais coerente, afirmar que existem histórias, pois há várias interpretações para a construção da cultura humana. Não podemos exigir que o historiador escreva um texto que responda a todas as questões de uma época. Não é diferente na História do Brasil. Muitos temas foram focados com insistência, outros esquecidos e desprezados. Nesse ponto, o livro de Evson Malaquias ganha importância. Ele procurou um caminho ainda não visitado, mas de importância para vida social: as lutas políticas nas universidades.

Procurou articulá-las com outras lutas que estão presentes na sociedade. É preciso ressaltar a simultaneidade do tempo histórico, não destacar o passado como morto e desnecessário. As lutas fazem parte da capacidade de resistência e organização dos grupos sociais. Não há construção histórica sem transgressão. A ordem dominante nunca é absoluta. Os conflitos movimentam, inquietam, ameaçam os que se julgam donos do poder.

No Recife, as lutas políticas compõem o quadro de muitas conjunturas, desde os idos da Colônia. O silêncio foi rompido, por muitas rebeliões. Portugal sentiu-se incomodado e reprimiu com violência as lutas pela autonomia. Devemos registrá-los, buscar reflexões, mas evitar mitificações que levam a pensar que temos uma natureza revolucionária marcante e indestrutível. A história é uma construção, onde mudanças e permanências dialogam, os conflitos estão presen-

tes, com também tradições seculares que se apresentam como testemunhas de uma identidade.

Evson procura, com uma pesquisa profunda, analisar momentos que estão longe dos livros oficiais. Traz debate, não fica na reprodução, compreende as limitações e visualiza os sonhos de muitos intelectuais que queriam transformar sua época. A Universidade enriquece, assim, sua memória pouco trabalhada. Ajuda a pensar o quanto é definidora essa ressignificação do passado, para afirmarmos um projeto democrático de Universidade. No mundo tecnológico, com a exaltação constante do consumo, a denúncia é uma porta para melhorar as condições de vida e despertar a sociedade para outras utopias. É curioso que lugares de ensino, não se tornem lugares de reflexão e de apego à qualidade das relações sociais, no sentido de criar políticas que incentivem a solidariedade. O individualismo é difícil de ser vencido, invade detalhes do cotidiano.

O livro de Evson abre essa porta. Não é o último, nem estabelece verdades inquestionáveis. Mas lança perguntas, consulta documentações adormecidas, movimentando espaços que estavam estagnados. Sem História a Universidade se apega aos fascínios do presente e pode mergulhar em prioridades que não abalem a forma conservadora de se construir um projeto educacional. A memória pode atizar a coragem, porém ela também nos coloca questões que se repetem. As instituições deveriam manter o olhar atento e agir para não apagar seus tempos históricos.

Os estudos e as pesquisas de Evson apontam que o mundo é vasto e o historiador tem que buscar compreendê-lo, mesmo que restem, ainda, muitas lacunas. Não esqueçamos que estamos cercados de carências e elas são múltiplas, numa sociedade onde os poderes, geralmente, são hábeis em socializar as perdas e lentos em socializar os ganhos. O futuro pode nos pertencer e realizar sonhos, desde que façamos uma boa leitura dos entrelaçamentos do fazer histórico. A Universidade é uma rica trilha para seguirmos adiante com desejos afinados com o coletivo e dissonantes com as faltas que geram miséria e desesperanças.

Apresentação

Não imaginar que as instituições –no caso, a Universidade- é feita apenas de boas intenções, que seus gestores e próceres agiram (ou agem) sempre armados das melhores intenções morais, sociais ou acadêmicas, nos ajuda a entender melhor a “alma” das corporações sociais. Tal exercício de crítica institucional realizada à luz dos documentos que a própria instituição produz –neste caso as atas do Conselho Universitário- é tarefa à qual o professor Evson Malaquias vem se dedicando já há algum tempo. Seu trabalho anterior (Atas do Conselho da Assembléia Universitária e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo -1959-1964) editado pela própria UFPE, e este, agora, que tenho a oportunidade de apresentar, relatando e comentando a primeira greve estudantil da UFPE (1947), motivada pelas mútuas incompreensões entre professores (um professor, em particular, Luiz Freire) e estudantes, em uma época vincada pela profunda confusão entre distinção acadêmica e mandarinato universitário (e aqui refiro-me ao mandarinato no sentido em que Fritz Ringel o anunciou: como representantes e guardiães altamente conservadores de uma determinada forma de ver a cultura, como Kulturträger), tais trabalhos, repito, revelam ao menos três coisas: como nos momentos de crise institucional, aqueles momentos em que somos instados a optar entre uma ética da conveniência ou outra de universalidade, os homens demonstram toda sua ambiguidade; como tentarão post factum apagar da memória alheia os momentos condenáveis de sua vida moral e acadêmica e,

finalmente, como serão, eles mesmos, esquecidos! Uma instituição é, em resumo, um longo intercurso entre memória e esquecimento.

O segundo aspecto, no entanto, é aquele em que a própria instituição atin-
giu um tal grau de maturidade que, ela mesma, “produz provas contra si mesma”,
quer dizer: revela sua vida intestina e intransparente e submete seu passado ao
crivo das problemáticas do presente. Uma Universidade que é capaz de praticar
isto –e permitir que o trabalho historiográfico assim se exerça, sem constrangi-
mentos- exprime com clareza que uma instituição que se supõe democrática é
aquela que está disposta a VER, quer dizer, quer enxergar e focalizar os precon-
ceitos sociais e ajudar a sociedade a “digeri-los” e, por outro lado, se DEIXA
VER, permite que seus próprios preconceitos e desmandos sejam vistos e lem-
brados.

Uma coisa, ao menos, ninguém pode negar: é muito bom viver e trabalhar
numa instituição cujo nível de maturidade permite as duas coisas!

Flávio Brayner

Introdução

Uma explicação inicial sobre o título do trabalho: “tecnicamente” é im-procedente afirmar que a greve aconteceu na UFPE, pois esta ainda não existia – somente nos governos dos militares receberá esta denominação. O mais correto seria identificar a instituição educacional de “Universidade do Recife”. Contudo, achamos por bem manter a denominação atual, em medida que, a comunidade universitária que faz parte desta instituição se reconheceria na problemática que o livro trás. O estudo do passado nos interessa desde que se possa problematizar e questionar o presente.

A greve dos estudantes de 1947 é desconhecida do grande público, dos docentes e discentes, das histórias dos Cursos e das Escolas, dos livros de memórias dos docentes e discentes. É um grato prazer apresentar aos leitores do Brasil, particularmente aos que compõem a UFPE, a primeira greve estudantil desta instituição. A instituição de ensino superior detonadora deste processo de greve foi a Escola de Engenharia, que, como um barril de pólvora, ligada por fios, conectada com as diversas Escolas, fez “pipocar” greves de solidariedades aos estudantes desta Escola.

Adiantamos que a greve não foi decorrente de nenhuma reivindicação política aos governos ou à Reitoria da época. Surgiu de um conflito entre os estudantes e o professor Luiz de Barros Freire, um dos grandes cientistas brasileiros da Física e da Matemática. Mas a greve foi mais do que isso. Foi mais do que um

conflito causado por desavenças entre estudantes e professor.

Ela nos traz grandes lições e reflexões sobre o presente: a solidariedade, a crença ideológica e política, a luta contra o autoritarismo, o potencial do poder democrático, e reporta, também, a personagens da sociedade pernambucana, tanto daquelas que compõem o mundo do mercado quanto aquelas que compõem o mundo político, ou aquelas que construíram a Universidade pela docência.

Este livro também apresenta a greve como um dos mecanismos de luta e expressão de conflitos sociais, e que foi bastante utilizado pelos estudantes em outras épocas, o que não vem ocorrendo nos últimos anos com frequência. Assim, procura aproximar os estudantes, os docentes e servidores de hoje, para que conheçam um pouco de seu passado, de sua instituição, como sujeitos políticos. Mais do que isso, esta pesquisa nos coloca como objetos e sujeitos históricos, potencializando reflexões sobre as teias do passado que cruzam com o presente, possibilitando um autoconhecimento do que somos ou do que estamos sendo. Ela nos introduz na política e na forma de fazer política numa sociedade patrimonialista: verticalizada, hierarquizada e masculina.

Contudo, este livro vai além da greve e dos conflitos. Ele perpassa o cenário da juventude, apesar de breve, quanto aos seus valores e ao que a cidade de Recife era capaz de produzir no mundo da cultura de massa (cinema, futebol, teatros), numa época conturbada política e ideologicamente, materializada nas lutas entre comunismo e capitalismo, no fechamento do Partido Comunista do Brasil e da sua Juventude, manifestando reflexos no interior da Universidade do Recife.

Insatisfeitos em apresentarmos estes aspectos, buscamos mostrar as instituições educacionais no que diz respeito aos seus aspectos factuais históricos em seus vínculos organizacionais e com o Estado, bem como, nos aspectos didáticos e avaliativos. Fizemos um passeio panorâmico pelo ensino superior, particularmente na Escola de Engenharia, procurando mostrar as significações que a constituíam – e que, sob vários aspectos, sobrevivem em sua “alma” até hoje.

E não poderíamos deixar de situar uma das personagens centrais da greve, Luiz de Barros Freire, professor catedrático, que faz parte da história da ciência

da Física e da Matemática no Brasil. Personagem difícil, exótica, sob certo aspecto, que nos mostra como vários conflitos poderiam ser banidos ou evitados, se o bom senso fosse adotado – apesar de reconhecermos que o conflito expressou algo maior que sua personalidade. E tem mais: este docente é pai de uma das personagens históricas da redemocratização política brasileira, professor de Direito da UFPE, Marcos Freire, que foi senador por Pernambuco e ministro de Estado.

Como bem afirmou Antônio Paulo Rezende, não nos propusemos contar “a” história, mas a partir de um olhar da cultura e do imaginário, interpretar este acontecimento com ampla, diversa e rica documentação, buscar um sentido não apenas no passado, mas também, para o presente.

Boa leitura.



Aspectos teóricos

Compreendemos que a história implica imaginário, sujeitos, símbolos e, como tal, manifesta uma forma de ser e de fazer ser. Há uma dimensão consciente e inconsciente do fazer histórico, como criadores de nossas instituições, somos dominados por elas. Como bem colocou Nobert Elias, “os homens vivem dentro de um mundo de símbolos que eles mesmos criaram”¹. Compreendemos a história, também, como alteridade, criação, “porque o que se dá em e pela história não é sequência determinada do determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial (...) e é somente a partir desta alteridade radical ou criação que podemos pensar verdadeiramente a temporalidade e o tempo”². Cornelius Castoriadis, discutindo sobre o estruturalismo cultural, observa que as sociedades “frias” nada mais são que “modos diferentes da historicidade”³. Ora, o “‘caráter estático’, ‘repetitivo’, ‘a-histórico’ ou ‘atemporal’ desta classe de sociedades é somente sua maneira própria de ter instituído sua própria temporalidade histórica”⁴. Sendo assim, “a história é sempre história para nós – o que não significa que tenhamos o direito de mutilá-la ao nosso bel-prazer, nem de submetê-la ingenuamente às nossas projeções, [visto] que, precisamente, o que nos interessa na história é nossa alteridade autêntica, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta”⁵.

Da mesma forma, quando analisa a cultura, aquele autor a define como

tudo aquilo que, no domínio público de uma sociedade, transpõe o simples funcional ou instrumental e apresenta uma dimensão invisível, ou melhor, imperceptível, positivamente investida pelos indivíduos de dada sociedade. Em outras palavras, aquilo que, nesta sociedade, está ligado ao imaginário stricto sensu, ao imaginário poético, tal como ele se encarna em obras e condutas que vão além do funcional. Não é necessário dizer que a distinção do funcional e do poético não é material (não está nas “coisas”).

Sahlins (1999), em aproximações com Castoriadis, defende uma concepção histórica e da cultura, uma relação dialética entre estrutura e contingência, estrutura e história. A história

é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, [em] maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática (p.7).

Este autor argumenta que pode ocorrer na sociedade uma “transformação estrutural”, decorrente das “circunstâncias contingentes da ação” que não se “conformam necessariamente aos significados que lhe são atribuídos por grupos específicos”⁷. Complementa seu raciocínio argumentando que “os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais”⁸. Assim, chega à conclusão de que o que os “antropólogos chamam de ‘estrutura’ – as relações simbólicas de ordem cultural – é um objeto histórico”⁹.

Já Burke (2002) argumenta que “não se deve levar a oposição entre estruturalismo e história ao exagero”¹⁰. Este autor ressalta também que há uma tendência entre os cientistas sociais atuais em compreender a cultura como um

elemento ativo, e não passivo¹¹.

A interpretação da cultura, numa perspectiva estruturalista unilateral, ocasiona vê-la como “comportamentos específicos da espécie a serem compreendidos como e através de seus efeitos adaptativos, e não por seus conteúdos significativos”¹². Para ele, a “cultura é, assim, composta de práticas cujas razões são suficientes para sua existência, mas nunca não necessárias”¹³.

Se há um nexo entre história e cultura é porque, também, o tempo é aprendido e aprendido. O tempo não é somente “objetivo”, pois as pessoas, desde a tenra idade, vão aprendendo a “desenvolver um sistema de autodisciplina conforme a essa instituição” (do tempo) que o orienta no fazer e no posicionar histórico¹⁴.

O reconhecimento da tensão entre cultura e história é o reconhecimento, aqui, da capacidade de a humanidade existir a partir de rede simbólica, o que implica aceitar a dimensão da reprodução e da reinterpretação simbólica. Como diz Castoriadis em algum lugar, a reprodução é uma produção.

A compreensão da história, no Brasil implica, como já expusemos anteriormente, entender a dimensão criadora de suas formas e emergências outras. Em nosso entendimento, isto significa dizer que, em nosso caso particular, a “forma” e as “emergências outras” são a luta processual e dinâmica do poder patrimonial e da luta de seus contrários, instituinte/instituído elementos de ruptura e de reprodução social/econômica e ideológica. Prisioneiras deste imaginário, a cooptação, a tutela, a hierarquização, a personalização resistem e dão formas às “novas” formas de poder nas relações e representações socioafetivas.

Patrimonialismo e patriarcalismo no Brasil

Ora, o patrimonialismo brasileiro, estudado por Raimundo Faoro(1976), em que pesem corretamente críticas ao seu desenvolvimento e concepção, pelo forte determinismo e causalismo histórico, perpassa toda a formação brasileira, governando as ações e as formas das nossas instituições, sendo constitutivo de

nosso imaginário criador. Ao indicarmos a “existência” do patrimonialismo, imediatamente remontamos ao patriarcalismo, forma de fazer ser o poder patrimonial – apesar de não se resumir nele ou se deduzir dele.

Por patriarcalismo, entendemos que os laços sociais são estabelecidos por dependência, instituindo o companheirismo (compromissos pessoais) em vez do estatuto (impessoalidade), que estabelece o poder em seu nome. O mesmo, para sobreviver de forma original, sem máscara, precisa do espaço da comunidade doméstica, pois é nela que a “autoridade a) do mais forte e b) do mais experiente, isto é, dos homens sobre as mulheres e as crianças, (...) se efetiva¹⁵. As relações se estabelecem pela dádiva: a prestação de favor. Ela pode se desenvolver para formas de laços de dominação patrimonial, com serviço de obrigação pessoal.

Para Gilberto Freyre, o personalismo do brasileiro advém do patriarcalismo em seu foco cristão – do colorido do islamismo e das africanas religiosas. O patriarcal prolonga-se no tempo nas imagens de “homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade; o tutelar – que inclui a figura da mãe de família – tende a manifestar-se também no culto, igualmente sentimental e místico da Mãe, identificado pelo brasileiro com imagens de pessoas ou instituições protetoras: Maria, Mãe de Deus e Senhora dos Homens; a Igreja; a madrinha; a mãe – figuras que frequentemente intervêm na vida política ou administrativa do país, para protegerem, a seu modo, filhos, afilhados e genros”¹⁶.

Motta (2007) ressalta, também, o valor personalista na nossa cultura, ou seja, “o espaço público tende a ser visto como disponível para uso privado” e “fragiliza as instituições, deixando-as vulneráveis aos grupos preferenciais e submissas a um forte personalismo. Dirigentes são mais importantes que instituições”¹⁷.

Vários cientistas brasileiros, das áreas das humanidades, vêm chamando a atenção para os aspectos do patrimonialismo social brasileiro¹⁸, do formalismo educacional e do Estado brasileiro¹⁹, da meritocracia holista na sociedade brasileira, com implicações na organização e na política administrativa - diferindo da americana e japonesa²⁰. Esta última autora observa que a meritocracia brasileira

estava fundada no favor e na hierarquia. Personalidades ilustres da República pediam favores de toda ordem ao ministro da Fazenda Rui Barbosa, ferindo as leis meritocráticas vigentes e o direito²¹.

Estudando a sociedade brasileira no plano do trabalho, Holanda (1994) observa que há uma ética do trabalho e da aventura. A segunda expressa, em contraposição à primeira, audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade e vagabundagem. A experiência brasileira foi vivida pela segunda. Os nossos colonizadores eram bastante “plásticos”, sendo maior exemplo a forma como se relacionaram com os escravos: no recinto doméstico, “dissolveram” a ideia de “separação de castas”. Identifica no chefe de família e no político um grande “poder pátrio”, e os funcionários servem não à nação, mas àqueles que dominam o aparelho burocrático e econômico. Aquela plasticidade referida anteriormente possibilita ao patriarca passar da simples gentileza e amabilidade para as mais cruéis ações violentas emocionais. É o que ele chama de homem cordial²².

Numa perspectiva semelhante, na sua análise estruturalista do patrimonialismo, Faoro (1976) defende que a “realidade histórica brasileira demonstrou (..) persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva da experiência capitalista. Adotou o capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar”²³.

Uma das manifestações do patrimonialismo brasileiro na política é o clientelismo, que Carvalho define como um “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”²⁴.

Na mesma perspectiva, Tojal e Carvalho (1997) advogam que, na República Velha, “o Estado era, então, propriedade de alguns poucos, que a noção de público não tinha qualquer significado para a maior parte da população” e que, “se não havia público, não havia separação entre público e privado, não havia cidadão, mas servidor de algum patrão”. Era restrita, concluem esses autores, a ideia de direito e de cidadania. Para eles, o que existia, era uma dominação patrimonialista, “com um reduzido aparelho burocrático, de maneira geral escolhido

de dentro das relações de parentesco ou amizade dos herdeiros de poder”, e afirmam ainda que, após a queda da República Velha, o Estado que era mediado através do patrão, “agora se apresenta diretamente ao povo, construindo e promovendo uma democracia de massas e um conjunto de profundas mudanças estruturais”. A Era Juscelino Kubistchek não rompeu com as lógicas simbólicas passadas, continuam esses autores, citando Fiori: “vigia uma política clientelista que caracterizava o sistema político brasileiro”.²⁵

Elementos desse patrimonialismo republicano e imperial foram a centralização e deliberação de cima para baixo, assim pensa Garcia (1978), pois a modernização brasileira foi “decretada”. Falar de administração no Brasil é reconhecer a força de sua “centralização” desde o Império até 25 de fevereiro de 1967, quando, num “passe de mágica, a descentralização foi incorporada..! Essa descentralização, todos sabemos, é uma descentralização de execuções e, conseqüentemente, uma centralização das decisões, indicando-nos, assim, o desencadeamento lógico do abandono de um Estado nacional-populista [por] um Estado-autoritário-burocrático”.²⁶ Para o autor, a “descentralização” precisa iniciar no próprio executivo (administração direta) para que se tenha sucesso.

De tudo o que foi posto anteriormente, podemos elencar que há na sociedade brasileira uma lógica simbólica assentada num imaginário social que estabelece relações sociais e de poder numa estrutura de hierarquia social, de forma tutelar, e outras formas (o que implica não somente proteção e dependência, mas perseguições, quando o assim o desejar o patriarca), com forte distinção social e estrutura hierarquizadora materializada na organização social, que ultrapassaram vários regimes políticos e governos, e que a universidade pública não está “protegida” dessas significações. Apesar dos discursos de “ruptura” com esses valores, o que existe, é uma aliança das forças políticas-sociais-econômicas, pois mantêm a lógica heterônoma e reificadora do núcleo desse imaginário.

É comum, em vários momentos da história político-social no Brasil, inclusive na própria universidade e no ensino superior (como veremos,) o choque do poder instituído contra os projetos de autonomia das organizações sociais e os seus sujeitos. Na sua forma singular, produto do imaginário criador, os discursos

de democracia (parte deles), são incorporados (não negados), dando forma ambígua à tutela, o que dificulta a consciência crítica desta realidade englobadora, como diria Roberto Damata.

Notas

- ¹ ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.36
- ² CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 220
- ³ Idem, p. 221
- ⁴ Ibidem, p. 222
- ⁵ Ibidem, p. 196
- ⁶ Ibidem. Cf também: A democracia como procedimento e como regime. In: **As encruzilhadas do labirinto**. Ascensão e insignificância. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 227
- ⁷ SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 7
- ⁸ Idem.
- ⁹ Ibidem, p.9
- ¹⁰ Burke, 2002, p. 155
- ¹¹ Idem.
- ¹² SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p.18
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ ELIAS, op. cit.
- ¹⁵ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1, 3ª ed, Brasília: UNB, 1994. p. 245
- ¹⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. XCI
- ¹⁷ MOTTA, Paulo Roberto. Dificuldades e possibilidades da administração pública nos últimos 70 anos. In: **Revista do Serviço Público de 1937 a 2007**. Edição especial. Brasília: ENAP, 2007. p.20
- ¹⁸ FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1976.; HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 158 p.
- ¹⁹ SANDER, 1995; CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ²⁰ BARBOSA, Lúvia. **Igualdade e mitocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ²¹ Idem
- ²² HOLANDA, op.cit. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 158 p.
- ²³ FAORO, op. cit.
- ²⁴ CARVALHO apud OLIVEIRA, 2007

- ²⁵ TOJAL, Flavio e CARVALHO, Wagner. Teoria e prática da burocracia estatal. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: RAP, 1997. p 61, 62, 63
- ²⁶ GARCIA, Fernando Coutinho. Modernização e reforma administrativa no Brasil: uma interpretação dos impasses e um projeto alternativo. In: **Modernização administrativa. Coletânea de monografias**. Brasília: Secretaria de Planejamento, 1978. p.9



II Procedimentos e métodos

Esta pesquisa teve como fonte principal o jornal e documentos das atas dos Conselhos Universitários, das Congregações e dos Conselhos Técnico-Administrativo. Compreendendo a história como alteridade e significação, seguimos o caminho de apreender os sentidos da época estudada. Como a Universidade não se encontra no “ar”, desenvolvemos estudos do seu Estatuto, o que revelaria a concepção de poder organizacional e a localização dos sujeitos na mesma. Nosso olhar sobre este documento se construiu na categoria social que materializava o poder – no caso, os docentes catedráticos e a figura do Reitor – na qual e aonde se “distribuíam” este poder e seus sujeitos.

Informações sobre a Escola de Engenharia e sobre o professor catedrático Luiz de Barros Freire foram necessárias para nos situarmos. A primeira, uma instituição que fez história secular e produziu dezenas de políticos e cientistas atuantes na história de Pernambuco e do Brasil. Informações não apenas cronológicas da instituição e do seu corpo dirigente organizacional, mas as significações de relação de construção de poder materializadas na relação com os alunos e com o saber. Os depoimentos dos estudantes em livros de memórias revelavam a sala de aula, os exames, as “personalidades” dos docentes, os conflitos e as soluções encontradas. Já o segundo ponto, conhecimento sobre quem foi Luiz Barros Freire, era fundamental, pois foi o docente pivô da greve. Informações de

sua “personalidade”, suas relações sociais e de poder em Recife e Pernambuco, sua carreira profissional-política foram buscadas para iluminarmos o conjunto de dados que estavam sendo construídos analiticamente.

Fizemos levantamento, também, dos jornais, de novembro de 1946 a setembro de 1947, com a finalidade de identificar os “indicadores” de sentidos da época vinculada diretamente à instituição educacional no mundo, no Brasil e, particularmente, em Pernambuco. Inspirando-se na análise de conteúdo, sem a preocupação de análise de frequência, focamos nas significações temáticas, algumas construídas a priori, e outras, no próprio processo de levantamento de dados. Temas sobre política, sobre gênero, sobre a Universidade e os seus docentes, sobre a juventude (estudante universitário ou não) foram selecionados em Pernambuco. Foi criado um quadro para fazermos os seguintes registros para futuras sistematizações: proprietário do jornal, nome do jornal, data, autor, título da matéria, conteúdo, página e observação. Fotografamos todas as matérias e as arquivamos para posterior uso analítico.

Por questão operacional, o jornal escolhido para levantamento deste período foi exclusivamente o Diário de Pernambuco, exceto o período de setembro de 1947, período da greve, que levantamos nos seis jornais disponíveis no Arquivo Público: Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Folha da Manhã, Diário da Manhã, O Pequeno e Folha do Povo. As informações foram contrastadas e expostas, em nota de rodapé, as diferenças de “informação”.

Os jornais investigados aqui eram todos da elite política e econômica local: Diário da Manhã, do interventor da Revolução de 30 em Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti; Jornal Pequeno, de propriedade do senador ao Congresso do Estado Thomé Gibson, falecido em 1928. O Deputado Federal Barros de Carvalho pela UDN (assume em julho de 1947) é co-proprietário deste jornal; Folha da Manhã (órgão oficioso do Estado Novo, sob o comando de Agamenom Magalhães, que escrevia para o jornal também); a exceção estava no jornal Folha do Povo, de propriedade do Partido Comunista.

O Jornal do Commercio “começou a circular no dia 3 de abril (2) de 1919, fazendo, inicialmente, a propaganda da candidatura Eptacio Pessoa a Presidên-

cia da República. Propriedade de João Pessoa de Queiroz: diretor — Salomao Filgueira; redator-chefe — Odilon Nestor; redator-secretário — Manuel da Silva Lobato; redator — Francisco Pessoa de Queiroz”¹. Conforme o próprio jornal,

inicia hoje a sua publicação o Jornal do Commercio, que, como o seu próprio nome o indica, destina-se a defesa dos interesses das classes conservadoras neste largo pedaço da terra brasileira. Em verdade, não é apenas como um recurso de retórica banal, a falta de melhor argumento, que o abandono do Norte vem proporcionando mil variações, ha que tempo!, ao discurso, ao livro, a conferencia, ao ensaio literario ou científico, enfim, a todas as manifestações dos seus filhos. O abandono do Norte é um fato tanto mais lamentavel quanto sabemos a proporção de energia e esforço com que concorremos para o progresso geral do Brasil.

O Jornal Folho do Povo, “vespertino independente, teve seu primeiro numero em circulação a 10 de julho de 1935, Direção e propriedade de Osorio Lima”. Conforme este Jornal,

Folha do Povo quer ser, de verdade, a folha do povo. Este jornal quer ser um jornal para operarios, para trabalhadores de todas as profissoes, para comerciantes, proprietários e industrials modestos, para intelectuais, estudantes e soldados, para todos os que sofrem a opressao dos salários baixos, dos impostos altos, da vida dificil e dura.

O Diario de Pernambuco surgiu em 7 de novembro de 1825, fundado por Antonio José de Miranda Falcão. O jornal se propõe ser “um Diário de Anuncios por meio do qual se facilitassem as transações”. Nas eleições pós-Vargas, o Diario apoiou o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes. Crítica aos comunistas se intensificaram nos seus editoriais³.

Como ilustração, apresentaremos alguns intelectuais que serviram a estes jornais e rádios. Entre eles, Odilon Nestor, professor da Faculdade de Direito, tinha artigos escritos periodicamente no Diário de Pernambuco; Gilberto Freyre (dispensa comentários) e Gilberto Osório, professor da Faculdade de Direito e defensor do Integralismo e, como tal, anticomunista convicto. Foi eleito e o mais votado pelo Partido Integralista à Câmara de Vereadores, tomando posse em 6 de agosto de 1936. Foi deputado da Assembléia Legislativa de Pernambuco (1947 a 1951) pela Coligação Pernambucana União Democrática Nacional, o partido Libertador (PL) e o Partido Democrata Cristão (PDC), Secretário da Secretaria de Negócios de Educação e Cultura do Governo de Etelvino Lins. Defendeu a extinção da Juventude Comunista (01/05/1947) e o fechamento do Partido Comunista (19/05/2009) na tribuna da Assembléia. Ele escrevia no Diário da Manhã, com pseudônimo Saint Cyr e Marcel, e no Jornal do Commercio, como editorialista e no Diário da Noite, vespertino pertencente ao Jornal do Commercio. No Jornal Pequeno (1949-1952), foi diretor e colunista (1949-1951); na Folha da Manhã e Diário de Pernambuco (1962-1964), articulista⁴.

Os jornais da época apoiaram a greve abertamente em seus títulos ou em seus subtítulos, ou mesmo no texto da matéria. Um dos grevistas, Paulo Pessoa de Queiroz, era filho do proprietário do Jornal do Commercio. Outro, da elite empresarial local, que se não foi grevista, mas era estudante da Universidade: Armando Monteiro Filho, filho de empresário, posteriormente, Ministro de Estado e deputado estadual. Em determinado momento, o Jornal do Commercio já sinaliza para o fim da greve, mesmo que as assembléias não apontavam para tal.

Por isso, alguns cuidados foram tomados para no tratamento dessas fontes de memórias e matérias de jornais, pois há que “relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto das determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos⁵: 1. a dimensão ideológica das lembranças e ideias dessas personagens; e 2. a sua relação com o tempo histórico existente.

Algumas perguntas foram feitas em relação às atas e jornais⁶ com a fina-

lidade de fazer o texto “falar” e expressar as significações: 1) Sobre o que se fala aqui? Qual fenômeno é mencionado?; 2) Quais aspectos do fenômeno são mencionados (ou não são mencionados); 3) Por quanto tempo? Onde?; 4) Quais os motivos que foram apresentados ou que podem ser reconstruídos? 5) Com qual intenção e com que finalidade?

Todos os cuidados foram tomados e perguntas foram adotados não apenas em relação às atas e jornais, mas aos livros de memórias dos estudantes e docentes que compunham a Escola de Engenharia e que participaram a greve, diretamente ou não, pois eles falam sempre de um lugar e de um tempo. Todas as memórias são seletivas e compõem um quadro de valores que comportam o discurso.

As passagens das matérias dos jornais extraídas para citação nesta pesquisa foram efetivadas na íntegra como se encontravam lá, mantendo a grafia no original. Palavra não clara e possível de ser identificada, em sua substituição, acrescentou-se o signo (???)

Notas

¹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Diários do Recife. Vol III. Recife: Imprensa Universitária, 1967. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v03.pdf. acesso em: 26 out 2009.

² Idem.

³ Ibidem.

⁴ RIVAS, Lêda. **Gilberto Osório**: um homem do renascimento. Recife: assembléia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/GilbertoOsorio/sumario.html>. Acesso em: 14 mai 2009.

⁵ CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: **Domínios da história**. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.378.

⁶ FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.



III
Breve contexto social,
político, ideológico
e educacional

Alguns estudiosos vêm identificando os problemas da república brasileira pelo seu “artificialismo político” que foi originado do Império – tomam uma representação idealizada de como deveriam ser as formas de governo. Segundo essa interpretação, a República foi proclamada muito mais pelo que deixava para trás do que pelo que viria. Ao artificialismo do Império sucedera-se um outro, o da República. Do caudilhismo para o presidencialismo. Do presidencialismo, como resposta à ambigüidade entre o público e o privado, ao populismo getulista, expressão máxima da república brasileira. Em nova conjuntura, a década de 50 a 70, a partir da ascensão de Juscelino, há uma nova ressignificação de interpretação do Brasil: da dualidade atraso x modernidade, descentralização x centralização: reconhecimento de que a “modernização autoritária” aumentou o fosso do atraso. De sindicatos corporativos passam-se a sindicatos reivindicatórios e contestadores¹.

Como já dissemos, a primeira república está associada ao conservadorismo, ao autoritarismo e ao “artificialismo político”, do Império à República, não diferindo Pernambuco dela. Este “artificialismo” é a maneira como a sociedade constituiu sua “forma de ser”, que em certas circunstâncias históricas, no embate dos valores e interesses, novas colorações e formas emergem. Os governos de Pernambuco, do início da República, sempre foram fiéis aos seus interesses, entre eles: Correia de Araújo (1896-1899), Gonçalves Ferreira² (1900-1904), Segismundo Gonçalves³ (1904-1908) e Herculano Bandeira⁴ (1908-1911)⁵.

Em linhas bem gerais, esse período pode ser explicitado, no plano das classes sociais, conforme alguns adotam em seu referencial teórico, como “consolidação e crise da hegemonia da classe latifundiária”, sendo esta “desafiada por um operariado crescente em número e em organização, bem como por movimentos insurrecionais de militares apoiados por setores das camadas médias urbanas”⁶.

O poder político do Estado estava nas mãos dos usineiros, antigos donos dos engenhos centrais. É deste período a expansão da indústria têxtil e da ferrovia. A primeira, próxima de cidades portuárias (Recife, Goiana, Moreno) que possibilitavam o escoamento dos algodões do sertão e do agreste, interligadas, desenvolveu, também, a indústria de beneficiamento de sementes; a segunda, as ligações ferroviárias entre Recife e Alagoas e Paraíba, apesar de o principal transporte ser pela navegação de cabotagem⁷.

Nos fins da segunda metade do século XX, intensificou-se o movimento operário com influência anarquista e sindicalista. Entre os anos de 1917 e 1920, tentativas de greves nacionais e de golpes nos governos, como no Rio de Janeiro, aconteceram por iniciativas dos trabalhadores. Na cidade de São Paulo aconteceram 64 greves e no Rio de Janeiro, 17. Foi promulgada a “lei infame” que visava reprimir, atingindo frontalmente os anarquistas, qualquer forma de protestos e fechar sindicatos e associações que atentassem contra a ordem estabelecida⁸.

A classe média afasta-se do discurso do operariado que cada vez mais fala de “si mesmo” e o governo endurece contra este movimento. O governo de Washington Luís reconhece o tratamento às reivindicações do operariado como “caso de polícia”. Em 1920 encontrávamos 275.512 operários; em 1930, 450.000⁹.

O Estado Novo emerge com um discurso de crítica à estrutura parlamentar, à pluralidade dos partidos e se apresentando como tutor da sociedade civil. Interfere na organização sindical, com vistas à tutela, no monopólio da representação através do sindicato único para cada categoria, com a Justiça do Trabalho e o com o imposto sindical¹⁰.

Na década de 40, na sua redemocratização, o governo busca controlar os sindicatos, criando mecanismos e ações contra a greve; o ministro do Trabalho afirmou que iria cumprir o “decreto por bem ou por mal” visando ao “fechamento de diversos sindicatos operários paulistas” que vislumbravam organizar greves¹¹.

Em Pernambuco, particularmente, surgiram vários sindicatos, ente eles: União dos Estivadores de Pernambuco, Sindicato de Armazéns Trapiches e Carga, o de Carvoeiros, Construção Civil, Tecelões, Metalúrgicos, Padeiros, Gráficos, Transportes Urbanos e Ferroviários. Em 1919, em Recife, surge a primeira greve geral do nordeste liderada pelos “transviários”¹².

É, também, desta época a emergência do tenentismo, que estava articulado por uma burocracia militar e valorização do golpe como forma de fazer política¹³. Esse movimento decide realizar uma marcha sob a liderança do general Miguel Costa e do Capitão Luis Carlos Prestes. Em Jaboatão, o tenente Cleto Campelo insurge-se e tenta engrossar fileiras junto à Coluna Prestes. A marcha atravessou Pernambuco duas vezes. Participaram da marcha o capitão pernambucano João Alberto Lins e Barros e o gaúcho Osvaldo Cordeiro de Farias¹⁴; este posteriormente, se tornaria governador de Pernambuco (1955-1958)¹⁵.

Cavalcanti (1986), de uma forma geral, e numa perspectiva administrativa, caracteriza os governos: o de Estácio Coimbra, como “técnico de suas secretarias, através do alto nível de especialização dos seus titulares e assessores”; o de Carlos Lima Cavalcanti, pela “capacidade administrativa do seu secretariado”; o de Agamenon Magalhães “concentra-se no critério político para a escolha dos seus secretários”¹⁶.

O governo de Estácio Coimbra (1926-1930), autoritário e representante da oligarquia local, impôs seu primo José Maria Belo como seu sucessor; contudo, promoveu “idéias novas, reformulando o ensino normal (...) – graças à ação do psiquiatra Ulisses Pernambucano, que dirigiu a Escola Normal e o Ginásio Pernambucano, introduziu a disciplina de sociologia no currículo pedagógico, ensinada por Gilberto Freyre”. Em seu governo, efetivou combate rigoroso ao cangaço¹⁷.

O governo do interventor Lima Cavalcanti articulou a composição de seu secretariado conservador e modernista. “A revolução de Trinta não tinha, inicialmente, metas bem definidas”, expõe Manoel Correia de Andrade; “vitoriosa, ela levou grupos ideologicamente divergentes ao poder, fato que provocou uma forte disputa de posições e a formação de partidos políticos e associações que se hostilizavam”¹⁸.

Lima Cavalcanti é acusado de simpatia pelo levante dos militares em Natal, qual chegou até Recife, com dominação do Largo da Paz, no bairro de Afogados. Agamenom o combateu duramente. Em Pernambuco se destacam, no levante, o capitão Silo Meireles, o tenente Lamartine Coutinho Correia de Oliveira e Gregório Bezerra¹⁹.

As práticas políticas em Pernambuco estavam assentadas no personalismo, assim convictamente defende Andrea Borba. Segundo ela, com o personalismo, “estava ausente o elemento ideológico. Sempre que a ideologia interferiu no processo político pernambucano, desencadeou-se uma crise”²⁰. No período de domínio getulista, Pernambuco estava submisso às suas políticas, sob o comando do governador Lima Cavalcanti²¹. O domínio sobre a política partidária era completo: dos 17 representantes do Legislativo, o PSD (o Partido Social Democrático) elegeu 15.²²

Vargas, instituiu a interventoria de tenentes como “modo de limitar o poder das oligarquias, vedando-lhes o uso do aparelho do estado, principalmente das forças policiais”.²³

Agamenom Magalhães (1937-1945), como interventor do governo de Getúlio Vargas, representante do Estado Novo, “profundamente autoritário e imbuído de idéias corporativistas, acreditou no Estado Novo e fez um governo de grande pressão contra as pessoas de idéias democráticas e liberais, expulsando de Pernambuco numerosos intelectuais, entre os quais Ulisses Pernambucano e Joaquim Cardoso”²⁴. Uma das marcas do governo de Agamenon Magalhães foi a aliança para a composição do seu secretariado com membros da Igreja de forte discurso anticomunista, dentre os quais, futuros professores da Universidade

do Recife, como Nilo Pereira, Luiz Delgado e Barreto Campelo²⁵ – o próprio Agamenon Magalhães foi professor da Faculdade de Direito. Entre seus amigos, constava Joaquim Amazonas, diretor da Faculdade de Direito e futuro reitor da Universidade do Recife. A criação dos Centros Educativos Operários, ligados ao padre jesuíta Antonio Fernandes, antes do Estado Novo, teve como objetivo enfrentar a propaganda comunista.²⁶

Na sua política de tutela populista, Agamenon Magalhães constituiu sua representação de “condutor de ovelhas ou governados” que “visava o controle das massas para transformá-las em acríticas, apolíticas, apáticas, anticomunistas e anti-semitas”.²⁷

Agamenon Magalhães não tolerava movimentos de lutas sociais. No primeiro de maio tocava-se o hino nacional, havia desfiles, empresários de mãos dadas com seus operários, mas, ao mesmo tempo, “prendiam-se jornalistas, deportavam-se intelectuais – Osório Borba, Nelson Coutinho, Joaquim Cardoso-, encarceravam-se cientistas, como Ulisses Pernambucano e Fernando Simões Barbosa. Até Gilberto Freire sofreu as agruras desse vexame, recolhido que foi por Etelevino Lins à Secretaria de Segurança Pública”²⁸. Num primeiro de maio desses, Luiz Carlos Prestes vem ao Recife participar do ato, no Parque 13 de Maio, em frente à Faculdade de Direito, com mais de 50 mil pessoas, e o Ministério da Justiça proibiu o evento. O governo do Estado manteve a realização do evento, pois ponderou sobre a multidão que lá se encontrava.²⁹

Conta ainda Paulo Cavalcanti, estudante de Direito na época, que, “numa eleição do Diretório Acadêmico, o DOPS prendeu, de véspera, quase todos os integrantes da chapa de oposição ao governo”³⁰. Conforme Paulo Cavalcanti, a oposição foi eleita.

Era comum a polícia comparecer aos comícios e esvaziar os pneus dos carros estacionados e prender manifestantes. “Numa dessas”, conta Paulo Cavalcanti, “detiveram o estudante Antônio Guilherme, em Casa Amarela. Os diretores acadêmicos ameaçaram entrar em greve – rapidamente evitada pelo recuo da polícia, libertando o preso”³¹

Agamenon Magalhães nomeou a prefeito de Recife, Novaes Filho³², nascido no Cabo, proveniente de família de senhores de engenho. Diante da gestão do interventor Agamenon Magalhães, Novaes Filho se colocou como homem “colaborador esforçado e honesto” por todo o Estado Novo³³. Em 3 de março de 1945, Etelvino Lins marcou sua gestão como aquele em que foram mortos Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manoel Elias. Giberto Freyre e Aníbal Fernandes são presos e o Diário de Pernambuco é fechado por 35 dias³⁴. Os professores Joaquim Amazonas e Andrade Bezerra entregam o cargo de presidente e diretor do Conselho Administrativo (que, no Estado Novo, substituía a Assembléia Legislativa) por não aceitarem o acontecido³⁵.

Com sua chamada para assumir postos nacionais no governo de Getúlio, como ministro da Justiça, Agamenon passa a interventoria para Etelvino Lins. Este, em sua posse, mostra o perfil de sua governança: “se a idéia de alguns é a preparação de um ambiente favorável à ação subversiva (...) não encontrarão o governo e as classes armadas desprevenidas”.³⁶

O Estado Novo (1937/1945) reintroduz na Constituição de 1937 a disciplina “Religião” como obrigatória para os ensinos primário e secundário, com programas, horários e professores próprios. As mulheres assumirão essa tarefa de catequizar os alunos. A chefe do catequismo era a professora Lourdes Dutra. A importância do ensino religioso pode ser averiguada no seguinte dado: enquanto existiam 227 professoras de Letras, o número de catequistas somava 230. Uma das novidades do governo nesse período foi a criação do canto orfeônico, que, para seus idealizadores, expressava o espírito do escoteirismo em vez do individualismo. Uma das funções desse canto era publicizar mais a religiosidade cristã e o civismo. Em 1940, existiam 51 conjuntos orfeônicos e 2.200 orfeonistas. Ficava clara a aliança de Agamenom Magalhães com a Igreja Católica, uma vez que seu quadro governamental saía da Congregação Mariana – Apolônio Sales, secretário de Agricultura; Arnóbio Tenório, secretário do Interior; Manoel Lubambo, secretário da Fazenda; José Maria Albuquerque Melo, secretário do Governo e José Maciel, Procurador Geral do Estado.³⁷

No campo social, Agamenon Magalhães instituiu a luta contra os mocambos, buscando construir casas de alvenaria. A marginalização social reinava. Em Recife, em 1940, 30% da população viviam em manguezais e, depois, em vilas populares, construídas longe do centro. Em 1946, calculava-se a existência de 30 mil mocambos. Já em 1957, existiam 80 mil mocambos e 400 mil moradores deste habitat, de um total de 750 mil habitantes de Recife. Após a segunda guerra mundial, deteriorou-se o nível de vida, aumentando os serviços de ambulantes, ocasionando vários conflitos sociais, entre os quais, a interdição deles em diversas ruas do Recife: Rangel, Imperatriz, Nova, 1º. De Março, Imperador, Marquês de Olinda, Duque de Caxias, Palma. Em Recife, a Secretaria de Segurança Pública estimava existirem 3 mil prostíbulos, 35 mil prostitutas, 25 mil ladrões e 15 mil menores abandonados. A média salarial rondava 400 cruzeiros mensais, quando os trabalhadores operários urbanos exigiam 5.800 cruzeiros mensais. O salário mínimo nacional de 1954 era de cr\$ 1.600,00. Em julho de 1956, o salário mínimo para o Recife era de cr\$ 2.700,00.³⁸

Conforme Malin (2009), o governo do General Eurico Dutra implementou forte arrocho salarial e de vida aos trabalhadores, com apoio e valorização à exportação, quando ele ilustra que, para um trabalhador viver minimamente com dignidade, deveria receber, em julho de 1948, Cr\$ 4.090,00 por mês. Contudo, os ferroviários da Central do Brasil recebiam Cr\$1.100,00 e os funcionários públicos, Cr\$ 850,00 (letra A) e Cr\$ 3.300,00 (letra K). O salário mínimo perdurou estacionado em todo o seu governo, sendo alterado apenas em 1952, já no governo de Getúlio Vargas, quando passou a ser de 1.200,00 cruzeiros antigos.³⁹

Em Pernambuco, no período pós Estado Novo, pós-guerra, a sua economia estava em bancarrota: na açucareira-algodoeira, na deterioração do sistema ferroviário, no transporte rodoviário e marítimo.⁴⁰

Contudo, a mobilização pela crença em um novo país se realizava pela defesa do “petróleo nacional” – apesar de toda a repressão realizada pelo governo Dutra com argumentos de que os comunistas estavam por trás das ações e mobilizações, recorrendo a cassetetes e armas nas reuniões abertas ou fechadas. Segundo Luiz Carlos Prestes, 55 comunistas foram mortos pelo seu governo⁴¹.

Atos aos domingos e feriados eram comuns em sua defesa. O Diretório da Faculdade de Direito, em pleno ano de 1947, já realizava debate e em defesa do petróleo nacional. Em 1949, constituiu-se o Centro de Estudos e Defesa de Petróleo. Pelópidas Silveira, Murilo Coutinho, Antônio Bezerra Baltar, Carlos Luiz de Andrade, Carmita Jungman, Gilbert de Macedo, Ademar Benévolo, Eurico Chaves Filho, os deputados Oswaldo Lima Filho, Edson Moury Fernandes, Paulo Germano de Magalhães e os vereadores José Guimarães Sobrinho e Dias da Silva participaram da diretoria.⁴²

Em síntese, podemos afirmar, com Raimundo Faoro, que o regime de 1937- 45, como sucessor da república, traduz “a realidade patrimonialista, na ordem estatal centralizada”, que expressavam projetos de unidade nacional (1889), restaura “o vigor do Estado para gerar a indústria básica e o controle de forças sociais excêntricas à direção superior” (1930-37) e, por fim, no meado da guerra, entra em contato com a indústria nacional.⁴³ E como parte da história, os conflitos reforçavam, rompiam ou ressignificavam o imaginário patrimonial.

Na dimensão da cultura

Foi bastante rica, na Primeira República, segundo Manoel Correia de Andrade, essa dimensão. Sugiram historiadores como Oliveira Lima, Pereira da Costa e Alfredo Carvalho. Destacaram-se poetas como Manoel Bandeira; jornalistas como Osório Borba e Aníbal Fernandes, o pintor Teles Júnior; Joaquim Inojosa e José do Lins do Rego, radicados em Recife; o movimento regionalista.⁴⁴

Se a economia no período pós-guerra teve problemas sérios, a cultura mostrava-se rica com: Gilberto Freyre, lançando seus Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos; a poesia de Ascenso Ferreira e Jaime Guiz; os estudos do sincretismo de Estevão Pinto, Valdemar Valente e René Ribeiro; os estudos biográficos de Sylvio Rabelo e de Luiz Delgado, além das poesias de Mauro Mota e Carlos Pena Filho.⁴⁵

Apesar da instabilidade vivida entre os anos de 1945 e 1958, conforme Zaida Cavalcanti (1986), este foi um período de instituições centenárias que mar-

caram época, entre elas: o Teatro Santa Isabel, a Biblioteca Pública, o Gabinete Português de Leitura e o Hospital Português. Inaugurou-se a Rádio Tamandaré, com auditório no cinema Politeama. Construíram-se e inauguraram-se a Ponte do Pina, o Hotel Boa Viagem e alargou-se a Av. Boa Vista. Inaugurou-se o Aeroporto dos Guararapes. Foi criada e fundada a Faculdade Estadual de Filosofia.⁴⁶

Particularmente, na década de 20 e início de 30, o cinema prosperou em Recife, criando-se até produtora de filmes, como a Aurora-Filmes, dirigida por Gentil Roiz, Ari Severo e Mário Furtado de Mendonça. Com a emergência do cinema, os hábitos noturnos modificaram-se, agitando-os e seduzindo os seus frequentadores. Os filmes produzidos, ou parte deles, “retratavam” a elite local com seus bens de valores, os lugares e gostos. Mas ela não suportou a entrada e disputa com os filmes norte-americanos da década de 40 em diante.⁴⁷

Encontravam-se jornais diversos na década de 40, predominando os que pertenciam às classes dominantes, como os jornais Folha da Manhã, Diário de Pernambuco, Diário da Manhã, Jornal Pequeno, Jornal do Commercio. O Partido Comunista de Pernambuco disputava este espaço com a Folha do Povo. Na década de 20, além destes, incluímos os jornais a Província, Jornal do Recife, A Notícia. Os intelectuais assumiam os seus papéis na imprensa escrita e circulavam em vários jornais, produzindo suas matérias e crônicas. Gilberto Freyre, Assis Chateaubriand, Mário Melo, Joaquim Pimenta (este fundou o jornal Diário do Povo), Austro-Costa, José Lins do Rego, Joaquim Inojosa, Aníbal Fernandes, Valdemar de Oliveira foram os intelectuais que contribuíram na imprensa na década de 20.⁴⁸

Conforme Antonio Paulo Rezende, os modernistas pernambucanos da década de 20, e não exclusivamente eles, têm compromissos com as elites, “apesar da busca de muitos deles de inspiração de cultura popular”. Nas vanguardas artísticas e intelectuais predomina a “distância entre a intenção e o gesto”⁴⁹. Havia temores entre os intelectuais de perda contínua na relação com o poder central, ocasionando um “apego às tradições” e fortalecendo representações idealizadas do passado; por outro lado, aqueles críticos das tradições faziam o mesmo pela outra face, idealizavam o progresso e o moderno.⁵⁰

Para Lúcia Lippi Oliveira, não fazia parte do repertório dos intelectuais dos anos 20 um projeto que se pretendesse revolucionário. No máximo, um conservadorismo reformista, rompendo com as oligarquias e buscando civilizar por cima. Os intelectuais de 30 desenvolveram um convívio íntimo entre a literatura e as ideologias, com valorização máxima da sociologia salvacionista. O regional e o universal se cruzam. No Estado Novo, os intelectuais são os que “captam, são os intérpretes dos anseios da sociedade” e ao Estado cabe o papel de “tutor, de pai, diante de uma sociedade imatura, indecisa, carente de guia”.⁵¹

_____ x _____ x _____

Parte desses intelectuais assume a tarefa de construir o ensino superior e a Universidade – estes dependentes da vontade política do governo federal. A criação de universidades, na República, era ato administrativo do governo federal. A centralização administrativa e política predominavam. A Universidade do Recife, sob o reitorado de Joaquim Amazonas, saberá retribuir ao presidente Eurico Gaspar Dutra, anticomunista convicto e perseguidor dos movimentos sociais autônomos, o ato de criação da Universidade: far-lhe-á homenagem, em 26 de junho de 1948, com o título de Professor Honoris Causa. Três semanas atrás, em 04 de junho, esta Universidade homenageou o ministro da Educação e Saúde, Ernesto de S. Campos. Particularmente no mandato de Joaquim Amazonas, esta universidade homenageou cinco personalidades políticas⁵², expressando e consolidando laços políticos.

É nesse contexto que se criará e fundará a Universidade do Recife e emergirá a greve. Numa estrutura social vertical, patriarcal, autoritária – em que pesem discursos democráticos coexistindo e em disputas – em que os docentes da Universidade serviram aos diversos governos em vigência. Não podemos esquecer, também, que o imaginário social hegemônico no ensino superior no Brasil é o dos catedráticos: estrutura simbólica masculina, verticalizada e personalizada. Se, na sociedade brasileira, palavras como “democracia”, “constituição democrática”, “liberdade” estavam presentes entre os atores sociais, no interior da

Universidade, particularmente nos órgãos colegiados desta, como o Conselho Universitário, a Congregação e o Conselho Técnico-Administrativo, estavam ausentes nos debates (nas atas) e no seu estatuto. Veremos mais adiante.

Ensino Superior no Brasil

A história da Universidade é uma história de relações de poder e de forças, em sua dimensão interna (centralização e descentralização no processo decisório) e externa (relações de autonomia dela com o governo federal). Quando da criação do Ministério da Educação e Saúde, o seu primeiro ministro, Francisco Campos, logo após a posse, apresentou um conjunto de decretos para a reforma educacional. Entre eles, o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931) e o Decreto n. 19.852, destinado a organizar a Universidade do Rio de Janeiro.⁵³

Podemos dizer que o ensino superior surge sob o Estado Nacional, o Estado Imperial, nas mãos dos militares, da medicina e da matemática e sob os auspícios dos religiosos. Apesar do controle do Estado sobre o currículo e a manutenção do ensino superior, as instituições religiosas conviveram lado a lado no ensino superior.⁵⁴

O ensino superior no Brasil foi introduzido recentemente, no Império, mesmo assim, com sentido profissionalizante, somente com a chegada da Corte Portuguesa. Na Bahia, institui o Curso Médico de Cirurgia; no Rio de Janeiro, o Hospital Militar e uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Em 1828, os cursos jurídicos são criados no Convento de São Francisco, em São Paulo, e no Mosteiro de São Bento, em Olinda. No início do século XIX, já na República, surgem em Manaus (1909), São Paulo (1911) e Paraná (1912), universidades livres, com forte influência do pensamento positivista no ensino.⁵⁵

No Brasil, os cursos de Direito são instituídos em 1827, tendo a cátedra como fundamento, espelhando-se na Universidade de Coimbra. Na Reforma de Francisco Campos, de 1931, é mantida a cátedra, apesar do discurso de que o “professor não seja a autoridade suprema”. O professor catedrático chegava a

“gozar de garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, vantagens que somente perderia por abandono do cargo ou em virtude de sentença judicial”.⁵⁶ Nas constituições de 34 e 46, é mantida a cátedra, com seleção de provas e títulos e a vitaliciedade e inamovibilidade. O objetivo centralizador da cátedra, no campo organizacional foi destacado como uma de suas características. Os órgãos colegiados superiores, como o Conselho Universitário, eram compostos essencialmente por catedráticos, um representante dos docentes livres e o presidente do Diretório Central dos Estudantes. “Nessa composição”, comenta Fávero, “a presença dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pouco se faz sentir, tendo-se presente que os diretores de faculdades escolas eram catedráticos e [que] as congregações [eram] constituídas predominantemente também por eles”.⁵⁷

A primeira universidade oficial do Brasil surge no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1920, denominada Universidade Rio de Janeiro (URJ). Ela é “criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando características”.⁵⁸ Para Cavalcante (2000), “apesar de se denominarem universidades”, argumenta, “as instituições criadas a partir de 1920 (em 1960 já existiam mais de 31) consistiam de aglomerados de escolas isoladas, profissionalizantes, mantendo ‘artificialmente’ uma reitoria”⁵⁹. Nessa década, o debate sobre a finalidade e natureza da universidade entra em questão: uns defendem o caráter de formar profissionais e promover a pesquisa, outros, apenas o de formação.

Na década de 30, promulga-se o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei no. 19.851/31) e cria-se o do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei no. 19.850/31). A cátedra aparece como núcleo alma mater⁶⁰. “O Regime da Cátedra”, afirma Cunha (2004), analisando suas conseqüências e natureza, “veio a ser obstáculo ao rápido crescimento do ensino superior, em termos do efetivo discente, da diferenciação de cursos e da multiplicação das instituições. Ele dependia, demasiadamente, da capacidade de escolha do futuro docente catedrático, de sua longa formação em serviço (...) e de um processo errático de promoção da carreira”.⁶¹

Em 1937, o Governo Federal, ao instituir a Universidade do Brasil, não faz menção ao princípio da autonomia nem a que “o reitor como os diretores dos estabelecimentos do ensino, seriam escolhidos pelo presidente da República”. Oito anos após, o Decreto-Lei no. 9.393 é sancionado pelo presidente José Linhares, em 17 de dezembro, concedendo “autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB”, sendo o reitor eleito em lista tríplice e por votação uninominal.⁶² Segundo a autora, apesar das letras da lei, a autonomia nunca saiu do papel.

Havia um entendimento de que a modernização econômica, administrativa e do ensino superior iriam pôr água a baixo a predominância das significações patrimoniais. Assim, na “dimensão estritamente econômica da questão, a orientação impressa pelo Ministério da Educação foi no sentido de que a legislação no campo do ensino superior acabasse com o capitalismo patrimonial vigente desde a dominação do Estado Nacional. O sentido das normas foi o de estabelecer um capitalismo concorrencial”⁶³.

Weber (1987), em seus estudos sobre a educação no Brasil e em Pernambuco, denuncia as relações desiguais do clientelismo pernambucano, sob a justificativa de que não havia pessoal habilitado, “as prefeituras, até a promulgação da Constituição de 1988, continuavam a recrutar professores leigos para o ensino em zonas rurais”⁶⁴ e Pernambuco “aboliu a prática instituída décadas antes, de realizar concursos públicos periódicos para o recrutamento de professores para a rede estadual”.⁶⁵ A política de desenvolvimento do ensino superior tem sido feita na base da improvisação, no quadro patrimonial, atesta Cunha (2004). Para ele, há um esforço de mudar o quadro patrimonial para uma gestão racional-legal, e apresenta o exemplo da realização dos concursos públicos, contudo reconhece que a preparação para a docência é desconhecida.

Essa “improvisação” poderia ser exemplificada com a política de expansão da educação pelos sucessivos governos dos anos 40 e 50, anos da expansão do ensino privado e federalização de faculdades estaduais, reunidas em Universidades, na República Populista (1946-1964)⁶⁶. Numa pesquisa com dados do IBGE, Fernandes (1966), em seus estudos sobre educação e sociedade, observa a estag-

nação do ensino superior na década de 40/50 quanto a matrículas em três regiões do Brasil, enquanto nos outros níveis ocorreram crescimentos. Utilizando-se dos dados estatísticos de 1959, ele conclui que há um “equilíbrio entre o esforço educacional dos poderes públicos e o da iniciativa privada. É certo que apenas 40% dos estabelecimentos do ensino superior são oficiais (...) Na verdade, para cada unidade escolar, contamos, aproximadamente, no ensino superior oficial, com 21 docentes, 97 matrículas e 16 conclusões de curso e, no ensino superior particular, com 11 docentes, 52 matrículas e 11 conclusões de cursos”. Encontram-se, nesse período, 85.753 mil matrículas no ensino superior para 6.465.579 matrículas no ensino primário e 972.894 matrículas no ensino médio. As faculdades de direito incluem em suas matrículas, $\frac{1}{4}$ do total de matriculados e a filosofia 54%. Ele conclui, através desses dados, que “estamos expandindo uma pseudo rede de ensino superior deficiente, obsoleto, livresco, e de ‘fachada’, para usarmos uma expressão popular adequada ao caso”.⁶⁷

Analisando a distribuição regional de oportunidade, ele observa que o centro-oeste e norte não possuem pós-graduação, no nordeste é pouco intensificada, enquanto as outras regiões, prósperas, “absorvem 79% dos cursos de formação e 82% do pessoal docente e contam com quase 86% de matrícula inicial”.⁶⁸

Analisando e identificando a barreira de acesso ao ensino superior, ele nota que “sobre 100 crianças que concluem o ensino primário, 32 atravessam as barreiras que permitem frequentar as escolas e o ensino médio e somente 3 conseguem a mesma coisa com o ensino superior”. Assim, deduz que o sistema educacional é “pouco diferenciado, organizando-se, estrutural e funcionalmente, segundo critérios nitidamente aristocráticos (...) trata-se, literalmente, de um sistema educacional coerente com o antigo regime senhorial brasileiro, acrescido de alguma deformação, especialmente na estrutura de base e [no] alargamento da estrutura intermediária”.⁶⁹

Após diversos levantamentos e análise dos dados, o autor conclui que: 1) é pouco populoso o ensino superior; 2) apesar do prestígio, é reduzido o número de escolas; 3) há dispersão dos esforços educacionais, em vez de diferenciação coordenada e integrativa; 4) há subaproveitamento dos recursos e fatores educa-

cionais. Por tudo isso, chega-se à conclusão geral de um “custoso aparato de ensino superior, flagrantemente divorciado das necessidades educacionais do meio social e das funções culturais que nêlo deveria desempenhar”.⁷⁰

Essa escassez de instituições de ensino superior no Brasil e, particularmente, de Universidade, não dando conta das demandas, ascensão de certos setores médios urbanos, predomínio do ensino humanista em detrimento dos “técnicos e práticos” e disputas ideológicas concepacionais sobre o ensino superior, “somas” às disputas político-ideológicas de sociedade, fizeram parte da constituição de conflitos em várias Universidades e Escolas isoladas do País. A Universidade do Recife é “produto” e “sujeito” dessa época constitutiva.

Notas

- ¹ GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **História da vida privada no Brasil**. Contraste da intimidade contemporânea. Org. NOVAIS, Fernando A.;SCHWARCZ., Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. PP.489-558
- ² Antônio Gonçalves Ferreira nasceu em 1864, em Recife. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi delegado e promotor público, deputado-geral por três legislaturas (a primeira em 1881), senador em 1897; renunciou ao mandato para ocupar o cargo de governador de Pernambuco em abril de 1900. Ainda foi deputado constituinte em 1890, por duas vezes, sendo que no segundo mandato renunciou para assumir o Ministério do Interior durante o governo de Prudente de Moraes. Foi senador por mais duas legislaturas, em 1904 e 1929. Faleceu em 1930 no Rio de Janeiro (<http://www2.pe.gov.br/web/portaIpe/governadores>).
- ³ Sigismundo Antônio Gonçalves nasceu na cidade de Barras, Piauí. Foi desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, chefe de polícia, deputado provincial de 1868 a 1869 e deputado geral por duas legislaturas (1878 a 1881 e de fevereiro a setembro de 1885). Governou Pernambuco de 7 de abril de 1904 a 7 de abril de 1908, sendo, também, senador pelo Estado por duas vezes, em 1900/1903 e 1908/1915. Além de político, Sigismundo Gonçalves foi jornalista e magistrado (disponível em: <http://www2.pe.gov.br/web/portaIpe/governadores>).
- ⁴ Herculano Bandeira de Melo nasceu em 1850. Filho do senhor de engenho Herculano Bandeira de Melo e de Ana Joaquina Cavalcanti Bandeira, cursou a faculdade de Direito. Foi servidor público, advogado, magistrado, juiz substituto em Nazaré da Mata no ano de 1888, vereador (durante nove mandatos), deputado provincial entre 1875 e 1877, constituinte em 1891 e, deputado federal por três legislaturas (1895/1897; 1897/1900 e 1900/1901). Foi eleito senador e logo após, governador de Pernambuco em 1906. Faleceu no Recife em 19 de março de 1916 (disponível em: <http://www2.pe.gov.br/web/portaIpe/governadores>).
- ⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. Pernambuco no século XX. In: **Memória da psicologia em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária, p. 2001. pp.21-39.

- ⁶ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª. ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- ⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. Pernambuco no século XX. In: **Memória da psicologia em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária, p. 2001. pp.21-39.
- ⁸ CUNHA, op.cit. 2007.
- ⁹ FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 676
- ¹⁰ MARTINS, Luciano. **Estado Novo**. Verbete. CPDOC FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em: 10 set 2009
- ¹¹ MEDIDAS contra possíveis greves na industria nacional. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de maio de 1947, p. 2.
- ¹² CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi**. Da Coluna Prestes à queda de Ar-raes. Memórias. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.
- ¹³ CUNHA, op. cit.
- ¹⁴ Osvaldo Cordeiro de Farias nasceu em Jaguarão, Rio Grande do Sul, no dia 16 de agosto de 1901. Teve duas passagens rápidas por Pernambuco, mas de grande influência. Uma como comandante da Coluna Prestes, em 1926, e outra como governador, de 1955 a 1958. Em 1917, entrou para a Escola Militar do Realengo, sendo, dois anos depois, declarado oficial. Participou do primeiro 5 de julho, no Rio de Janeiro, e do segundo, no Rio Grande do Sul. O movimento fracassa, indo Osvaldo de Farias para a área onde se formava a Coluna Prestes, obtendo posto de comandante de destacamento ao lado de Siqueira Campos e João Alberto. Participou, também, das ações da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na Itália, de setembro de 1944 a agosto de 1945 (Disponível em: <http://www2.pe.gov.br/web/portalpe/governadores>).
- ¹⁵ ANDRADE, op. cit.
- ¹⁶ CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. **DEC**: a biografia de uma instituição. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1986. p.54
- ¹⁷ ANDRADE, op. cit.
- ¹⁸ Idem, p. 26
- ¹⁹ Ibidem
- ²⁰ BORBA, Andréa de Miranda. Elites políticas nos anos 30. In: **Revista do Arquivo Público**. 1930. 60 anos depois. Vol. 1, Nº 1, 1990. p.25
- ²¹ Idem
- ²² Ibidem
- ²³ CUNHA, op. cit.
- ²⁴ ANDRADE, Manoel Correia de. Pernambuco no século XX. In: **Memória da psicologia em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária, p. 2001. pp.21-39. p. 27
- ²⁵ CAVALCANTI, op. cit.
- ²⁶ PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**. Narrativa do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora UFPE, 2001.
- ²⁷ Idem
- ²⁸ CAVALCANTI, op. cit. 1978.
- ²⁹ Idem, p. 179

- ³⁰ Ibidem, p.183
- ³¹ Ibidem, p. 231
- ³² Ele casou-se com Maria Ana Carneiro Leão, que forma com a família Carneiro Campelo e Carneiro Cunha um só clã. Ao candidatar-se à Assembléia Constituinte de 1934, recebeu o apoio de 150 senhores de engenho, incluindo o diretor da Faculdade de Direito do Recife, Sofrônio Portela.
- ³³ PONTUAL, op. cit.
- ³⁴ CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. **DEC**: a biografia de uma instituição. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1986. p.54
- ³⁵ DOURADO, Souto. Valeu a pena? **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de março de 1982, p. A9.
- ³⁶ CAVALCANTI, op. cit.
- ³⁷ Idem; BALTAR, Antonio Bezerra. Antonio Bezerra Baltar. **Engenheiros do Tempo**. Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco. Série Documentos. Recife: Editora Universitária UFPE, 1995. pp. 29-63.
- ³⁸ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano do Recife e de Fortaleza (1945-1960)**. 1993. 565 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.
- ³⁹ MALIN, Mauro. **Eurico Gaspar Dutra**. Verbete Biográfico. CPDOC FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/> Acesso em: 10 set 2009.
- ⁴⁰ ANDRADE, op. cit.
- ⁴¹ MALIN, op. cit.
- ⁴² Dentre esses, três eram professores da Universidade do Recife: Pelópidas Silveira, Antonio Bezerra Baltar e Edson Moury Fernandes.
- ⁴³ FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 725, 747
- ⁴⁴ ANDRADE, Manoel Correia de. Pernambuco no século XX. In: **Memória da psicologia em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária, p. 2001. pp.21-39.
- ⁴⁵ Idem.
- ⁴⁶ CAVALCANTI, op. cit.
- ⁴⁷ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife da década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.
- ⁴⁸ Idem.
- ⁴⁹ Ibidem, p. 132.
- ⁵⁰ Ibidem.
- ⁵¹ OLIVEIRA, 1999, p.95.
- ⁵² Além dos já citados, Clemente Mariani (ministro da Educação e Saúde, 28/08/1950), Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (governador de Pernambuco, 19/01/1951), Juscelino Kubstchek (presidente da República, 09/01/1958).
- ⁵³ PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Relações de poder na Universidade pública brasileira**. RBPE, v. 78, n 188, 189/189, jan./dez, 1997. p. 195-215.
- ⁵⁴ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª. ed São Paulo: UNESP, 2007.
- ⁵⁵ FÁVERO, op. cit.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem, p.6 .

⁵⁸ Ibidem, 2006, p. 22.

⁵⁹ CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: INEP, 2000. p. 9.

⁶⁰ FÁVERO, op. cit.

⁶¹ CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado. **Educação e Sociedade**, vol. 25, nº 88, Especial, 2004. p.799.

⁶² FÁVERO, op. cit.

⁶³ CUNHA, op. cit.

⁶⁴ WEBER, 1987, p. 35.

⁶⁵ Idem, 1987, p.36.

⁶⁶ CUNHA, op. cit. 2004.

⁶⁷ FERNADES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966. p. 22, 23, 34.

⁶⁸ Idem, p.36.

⁶⁹ Ibidem, 1966, p.24.

⁷⁰ Ibidem, 1966, p.33.



IV
A Universidade
do Recife: história
e estrutura
organizacional

1. Breve história da Fundação da Universidade do Recife (UR)

O desejo de criação da Universidade antecede ao ano de 1946 – ano da criação e instalação desta Universidade. Desde 1928, os catedráticos da Faculdade de Direito desejavam sua criação. Odilon Nestor defendia a criação da Universidade do Recife recorrendo aos “tempos dos holandeses” para justificar a sua criação. Conforme ele, “a idéia da fundação de uma universidade no Recife vem desde a época da ocupação dos holandeses; elles tinham já assentado o plano dessa universidade em 1654, quando foram expulsos daqui”¹. Vai buscar, também, em D. João VI outro argumento para que seja estabelecida a Universidade. “Em 1820, como refere o nosso chronista Pereira da Costa, o ouvidor geral da comarca, Venâncio Bernardino da Uchoa, pede ao soberano reinante D. João 6º a criação de uma universidade em Pernambuco”².

Na primeira ata do Conselho Universitário da UR, “o Reitor presidente da sessão, usando da palavra, congratulou-se assim [com] o Conselho, que declarou instalado, dizendo ainda que não precisava justificar o ato do governo ou república, criando a Universidade do Recife, velha aspiração pernambucana, que vinha desde a época holandesa, quando a idéia foi apresentada pelo príncipe

Maurício de Nassáu, renovada várias vezes, nas épocas da colônia, do império e da república”.³ (grifo nosso)

Até onde temos conhecimento, não havia argumentos socioeconômicos para a criação da Universidade, apesar das gravidades sociais existentes no Brasil e em Recife.

Criação, Instalação e processo histórico

A criação da Universidade no Recife não foi harmônica. Conflitos se estenderam por meses, apesar de vozes isoladas, resistindo-se à sua criação, tanto por parte dos estudantes quanto por parte dos docentes. Esses conflitos se materializaram através da imprensa e no próprio interior do Conselho Universitário, com divergências de condução e elaboração do estatuto, quanto por conflitos localizados, que se estenderam por bom tempo, com o professor Arsênio Tavares.⁴ O tema da manutenção e orçamento da Universidade também. Este tema foi destaque em alguns momentos na imprensa.⁵ O Estado teve que arcar com parte⁶, mas o recurso era insuficiente. Por sinal, o financiamento da Universidade foi uma das preocupações de todo o reitorado de Joaquim Amazonas. O orçamento ou a falta dele para as faculdades foi ponto de pauta corriqueiramente.⁷

A Fundação da UR e a sua construção, o Diário de Pernambuco divulga que a assinatura do Decreto será realizada no dia 21 de junho, às 15 horas, no Catete, Rio de Janeiro. Destaca: “admite-se nomeação do professor Amazonas para a Reitoria da Universidade”⁸. Este mesmo jornal traz em sua manchete e subtítulo que foi “Criada a Universidade do Recife. Concorrido o ato da assinatura do decreto”. Estavam presentes o “ministro Ernesto de Souza Campos, o Sr. Gabriel Monteiro da Silva, secretário da Presidência, professor Azevedo Amaral, os professores Josué de Castro, Joaquim Amazonas e Carneiro Leão” e ainda “grande número de senadores, deputados, professores, jornalistas, altos funcionários e membros da colônia pernambucana domiciliada nesta capital”.⁹ Após a assinatura, o presidente da República doou a caneta com que assinou o ato ao reitor interino, Joaquim Amazonas, para que ficasse arquivada na Universidade.

O jornal ressalta, no entanto, que, apesar de concorrido o ato, estiveram ausentes Agamenon Magalhães e seus correligionários.

No Teatro Santa Isabel, às 20h30, em Recife, estavam presentes, para a instalação da Universidade, Pedro Calmon, representante do Ministério da Educação, do Interventor federal, do Reitor da Universidade, Joaquim Amazonas, Dr. Paulo Artigas, representante da Universidade de São Paulo, Edgar Santos, Reitor da Universidade da Bahia, comandantes das Bases Naval e Aérea, autoridades federais, estaduais e municipais, Tribunal de Apelação, membros da magistratura de 1ª Instância e do Ministério Público, cônsules, representantes da imprensa e pessoas gradas¹⁰. Coube aos estudantes de todas as escolas recepcionar as autoridades. Foram distribuídos, pelo Reitor Joaquim Amazonas, convites especiais que deverão ser apresentados na entrada do Teatro¹¹. Os professores tinham que estar vestidos de beca para o ato solene. O orador oficial dos docentes foi o professor Edgar Altino, escolhido pelo Conselho Universitário. Aos estudantes foi reservada a plateia. Já aos Conselheiros, as poltronas; as frisas e camarotes foram reservados para as autoridades e suas famílias. À mesa da solenidade, estavam presentes o ministro da Educação, o Reitor da Universidade, o general comandante da 7ª Região Militar e Interventor federal, comandantes das Bases Naval e Aérea, o Reitor da Bahia, o presidente do Tribunal de Apelação, o presidente da Ordem dos Advogados e o orador oficial da Universidade¹².

Não somente foi divulgada pela imprensa a cerimônia da assinatura do decreto da criação da Universidade, no Rio de Janeiro e da Instalação dela no Teatro Santa Isabel, em Recife, mas a primeira reunião do Conselho Universitário.¹³

Se, para alguns, era momento de regozijo a criação da universidade, para outros, era momento de preocupação e indignação. O prof. Arsênio Tavares, em uma longa carta, indaga quais estudos foram feitos para se chegar à necessidade de se criar a Universidade do Recife. Segundo ele, “a primeira condição indispensável à criação de uma Universidade do Recife seria que no Recife existissem escolas superiores eficientes. E, infelizmente, possuímos escolas superiores que não merecem, em rigor, esse nome. Todas elas precisam ser melhoradas tanto em

aparelhamento como em pessoal docente”, e “não me venham dizer que meia dúzia de escolas deficientes e meia dúzia de congregações de médicos, de engenheiros e bacharéis – todos mais preocupados com suas profissões do que com seu magistério”.¹⁴ Sua crítica desloca-se das condições para criação de Universidade para um personagem: Joaquim Amazonas. Conclui sua crítica à Comissão que elaborou a proposta de criação dizendo que ela existiu somente no papel: “Ela resumiu-se, para dizer tudo, num único professor às vascas da jubilação – o Dr. Joaquim Amazonas”. “O projeto nasceu em segredo”, conta Arsênio. “O projeto correu e cresceu debaixo de sete capas. E tudo isso é muito do Brasil. Ministro de Ensino que não seja permitir transferências ilegais de professores, que não despachava os recursos propostos por professores que reclamam o cumprimento da lei, entrega o plano de uma Universidade a um só homem e este homem tranquilamente aceita essa incumbência. Só mesmo no Brasil tal coisa poderia acontecer”. Para este professor: “e dizer-se que vamos ter uma Universidade. Mas não vamos ter uma Universidade. Vamos ter uma caricatura de Universidade. Porque Universidade é obra de colaboração, é comunhão de idéias, é conjugação de esforços e nunca obra de decreto, obra de um só homem, mesmo que esse homem fosse o maior sábio do mundo, de certo não se sentiria apto a fazer sozinho o que só uma equipe de especialistas poderia fazer”¹⁵.

Não satisfeito com a crítica à criação da universidade, o professor Arsênio expande sua crítica ao clientelismo que a criação da universidade possibilitará e,

*Leitura e interpretação dos textos sob a ótica dos gêneros de texto
beijadas a professores de predileção do Prof. Joaquim Amazonas, como se fossem simples cadeiras da sua sala de visitas (...)
Mas o prof. Arsênio Tavares lança o seu protesto. Ninguém pode
fazer doações de cadeiras numa escola. Por isso gritará: abaixo
os doadores de cátedra! As cadeiras da Faculdade de Filosofia
serão postas em concurso, quer o prof. Amazonas queira, quer*

*não. Mesmo que sejam cadeiras a preencher provisoriamente por contrato, o contrato deverá resultar de concurso, de concurso de títulos. Que o governo publique edital com prazo certo e com requisitos especiais para todo o país. Que os candidatos se apresentem dentro desse prazo e com requisitos especiais para todo o país*¹⁶.

No dia seguinte, no Diário de Pernambuco, Joaquim Amazonas responde secamente, em formato de tópicos, sem alongamento dos fatos, e nega as acusações do professor Arsênio argumentando que “somente anteontem” teve conhecimento da publicação oficial; “o plano da criação da Universidade não é meu, mas de uma comissão de cinco membros”; a comissão “teve recomendação do Sr. Ministro para tomar como modelo as leis de criação das Universidades do Brasil e da Universidade da Bahia”; e “não é verdade que haja eu oferecido qualquer cadeira da Faculdade Estadual de Filosofia a quem quer que seja”; e “opinei junto ao Sr. Secretário da Educação e Saúde do Estado dever o Governador contratar profissionais estrangeiros, na Itália e na França, acrescentando que só assim se poderia ter uma verdadeira Faculdade de Filosofia”¹⁷.

A construção e oficialização, pelo Diário da União, do Estatuto da UR não foram pacíficas. Joaquim Amazonas terá que se explicar perante os membros do Conselho Universitário acerca da publicação do estatuto no Diário Oficial. Segundo a ata do Conselho Universitário de 08 de agosto de 1946, os catedráticos Jorge Lobo e Moraes Rego questionam sobre a situação do Estatuto. O Reitor Joaquim Amazonas explica que “o Estatuto se encontra em estudo no ministério”, que o “Consultor Jurídico (...) propôs várias emendas”, e “que, logo que recebidas essas emendas, elas serão distribuídas entre os Srs. Conselheiros para estudo e resolução”. Porém, como já vimos, o conflito não se encerrou por aí, pois, em janeiro de 1947, os catedráticos Jorge Lôbo e Soriano Neto acusam o Reitor pela publicação do estatuto sem a participação deliberativa do Conselho Universitário.

Em novembro desse mesmo ano, o conflito se estende e a Congregação da Faculdade de Direito publica documento no Diário de Pernambuco questionando o Estatuto da Universidade que dava ilimitados poderes ao reitor. Segundo o jornal, publicizando a ata da reunião, ela vem

manifestar o seu completo desagrado [à Congregação] e a sua viva repulsa a esses estatutos, que abandonando as linhas fundamentais do projeto elaborado pelo Conselho Universitário, se revestem de um intolerável caráter totalitário: espoliam as Congregações e os Diretores das Faculdades e Escolas de importantes prerrogativas, bem como o próprio presidente da República de atribuições constitucionais indelegáveis, e as concentram na mão do Reitor, [transformando-o] num verdadeiro ditador e esvasiando a Universidade de todo conteúdo e espírito universitário.

Pretende reivindicar ao presidente da República, através de telegrama, “uma justa distribuição de poderes entre o Reitor e as Congregações das Faculdades e Escolas”¹⁸. Argumentam os catedráticos que é incorreto, entre outros pontos, o Reitor obter três anos de mandato e o vice-presidente ou vice-reitor, apenas dois anos, e propõem igualá-los na medida em que “evita-se que o Reitor, com o prestígio de seu cargo, infira na eleição do vice-presidente do Conselho Universitário, cujo mandato terminaria na forma atual dos estatutos, um ano antes do seu”.¹⁹

Se entre os docentes havia divergências, entre os estudantes não era diferente na época da fundação. Com a criação da Universidade, estabelecia-se um ensino superior e outros sem valor. Isso foi tema do Congresso dos Estudantes da União dos Estudantes de Pernambuco. A sua fundação criou um sentimento de insegurança e revolta nos estudantes que não cursavam na Universidade do Recife, pois se sentiam pré-universitários. Assim definia o jornal sobre o assunto. “Verifica-se sintoma de quase revolta, e bem justa”, detecta o jornal, “ dos aca-

dêmicos que não participam da chamada Universidade do Recife” – apesar do “certo orgulho na pronúncia da palavra Universidade e seu correspondente adjetivo, universitário”. Não deveria haver distinção entre universitários e não universitários, comenta o jornal; “se tivéssemos uma universidade ‘de fato’, a ela pertenceriam todas as nossas escolas superiores, porque, ‘de fato’, todos os estudantes superiores do Recife encontram-se nas mesmas condições intelectuais e espirituais”.²⁰

De uma forma geral, para além dos conflitos emergentes sobre a criação da Universidade, os cursos superiores surgiram da mesma forma que a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, fragmentária e desarticuladamente. Segundo Gadiel Perruci (2008), essas iniciativas foram decorrentes da iniciativa privada (leigas ou religiosas) ou do Governo estadual. Surgiram os cursos das Escolas de Engenharia (1895), Farmácia (1902), Odontologia (1913), Medicina e Química (1920), Belas Artes (1932), Faculdade de Filosofia de Recife e Ciências Econômicas (1945). O surgimento da Universidade do Recife (UR) deu-se por agregação de cursos já existentes, que serviam ao projeto oligárquico de ensino superior para acolher os filhos das grandes famílias e da classe média emergente.

Mesmo com a reunião das “faculdades isoladas”, instituiu-se uma divisão de trabalho no ensino superior local: 1) foram reservadas aos engenheiros e médicos as Faculdades de Engenharia e Medicina; 2) e, aos humanistas, as Faculdades de Direito, Belas Artes, Economia e Filosofia. Foi instituída a Congregação das Faculdades, algo semelhante ao “Conselho de Notáveis”, de cujas decisões não se poderia recorrer.²¹

Já para Manoel Correia de Andrade, a Universidade “não surgiu do nada, como uma ocorrência inesperada, ela foi resultado de uma longa gestação e da existência, na cidade do Recife, de uma intensa vida cultural e de uma massa crítica de alto nível, nos vários setores do conhecimento humano”²².

Conta ele que “naquele período havia uma preparação universitária, fora dos muros da universidade, em gestação, com o funcionamento de outras escolas, como a de Serviço Social, a Escola Politécnica, a Escola de Agronomia, hoje ligada à UFRPE, o Curso de Química Industrial, que participou por algum

tempo da Escola de Engenharia e, em outros tempos, da Escola de Agronomia, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, da Sociedade de Jesus, fundada em 1943 e hoje anexa à Universidade Católica de Pernambuco”. No nível médio, Manoel Correia acrescenta o Ginásio Pernambucano, o Instituto de Educação, o Osvaldo Cruz, o Liceu Pernambucano e o Carneiro Leão. Ele contextualiza que a emergência da Universidade foi num período de dois mundos, com o fim da Guerra Fria: o capitalismo e o socialismo. “E a Universidade que se modelava”, observa o autor, “teria que preparar o alunado, tanto para uma elevada evolução tecnológica e científica como para uma opção entre capitalismo e socialismo. Daí as lutas e divergências que marcariam a vida da UFPE nos seus primeiros decênios de vida”.²³

Podemos afirmar que a Universidade do Recife expressa as lutas políticas e ideológicas de sua época, e está imersa no imaginário patrimonial reinante. O seu próprio nascimento foi marcado por conflitos e divergências num período econômico decadente, pelo menos para a grande massa que passava privações elementares. Eram poucos que tinham acesso à Universidade e aos cursos existentes. O poder simbólico e efetivo do reitor Joaquim Amazonas não foi suficiente para impedir a emergência de disputas e conflitos. Um fato importante que não podemos deixar de registrar é que o nascimento da Universidade se deu num discurso anticomunista, assim se expressaram Joaquim Amazonas e Edgar Altino.²⁴

2. Instituição e organização da Universidade do Recife

A Universidade do Recife é instituída pelo Decreto-Lei Nº 9.388, de 20 de junho de 1946, na presidência de Eurico G. Dutra. Este decreto estrutura-a com os seguintes órgãos: 1) Assembléia Universitária; 2) Conselho de Curadores; 3) Conselho Universitário; e 4) Reitoria. O Estatuto é instituído pelo Decreto Nº 21.904, de 8 de outubro de 1946.

Analisando o Estatuto, fruto de relações de força e conflitos, como vimos, constatamos que as relações de poder estão centradas no Catedrático (docentes) e na Reitoria (na “sombra” do Reitor), apesar da presença de estudantes e de pessoal administrativo como seus “representantes”. Não nos referimos à quantidade insignificante dessas “classes” representativas (até hoje inexpressivas), mas aos papéis sociais que devem desempenhar nas reuniões e nesses espaços de decisão. No seu Estatuto, fica claro o que foi posto anteriormente, quando a representação do estudante (Diretório Acadêmico e Diretório Central) localiza-se no “Título VII: Da vida Social”. Literalmente, a representação estudantil é um estilo de “vida social”, veremos mais adiante.

Quanto aos órgãos, o Conselho Universitário e a Reitoria são os órgãos principais, pois um delibera e o outro executa – executa não apenas o que se delibera no Conselho Universitário, mas executa no sentido de ser a força motriz de poder que efetivamente comanda a Universidade.

Assembléia Universitária é a dimensão simbólica que coesiona a Universidade, dá sua forma e conteúdo no sentido do imaginário institucional, “unindo” formalmente os segmentos da Universidade²⁵. Os seus componentes são os “professores catedráticos e docentes-livres, um representante de cada instituto técnico-científico, um do pessoal administrativo e um do corpo discente de cada unidade, na forma a ser prescrita pelo seu Estatuto”²⁶. Seu Estatuto (Decreto Nº 21.904, de 8 de outubro de 1946) especifica a participação “dos professores contratados e internos de tôdas as faculdades e escolas”²⁷, estabelece que “os representantes a que se referem as alíneas “c”, “d” e “e”, do art. 8º, serão eleitos em reuniões presididas pelos diretores das respectivas faculdades, escolas e institutos técnico-científicos, e efetuados em dia e horas marcados pelo Reitor”²⁸.

Como já afirmamos, a Assembleia tem uma função simbólica de “coesão” institucional, assumindo tarefa de “cimento” da comunidade. O aspecto político aparece de forma mais clara, nos outros órgãos na escolha do representante do Conselho de Curadores, com forte predomínio dos catedráticos. O Conselho de Curadores, pela Lei 9.388, de 20 de junho de 1946, é composto pelos seguintes membros: “1) Reitor da Universidade, como presidente; 2) dois representantes

do Conselho Universitário; 3) um professor catedrático representante da Assembléia Universitária; 4) um representante da associação de antigos alunos da Universidade; 5) um representante das pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações à Universidade; 6) um representante do ministro da Educação”²⁹. As suas atribuições são “aprovar”, “autorizar” e “resolver” orçamento, prestação de contas, realizar acordos, etc. Ou seja, responsabiliza-se efetivamente por tudo o que diga respeito às contas da universidade. Já o Estatuto estabelece a participação e o tempo dos mandatos dos representantes de antigos alunos: “... terá o mandato de três anos, e será eleito em reunião presidida e convocada pelo Reitor...”³⁰.

O Conselho Universitário é o principal órgão colegiado da UR sob o monitoramento do Reitor. Ele é composto pelos seguintes membros, conforme a Lei 9.388, de 20 de junho de 1946, de criação da Universidade e acréscimo de novas atribuições ao Estatuto: “1) Reitor, como presidente; 2) os diretores de cada uma das unidades universitárias de ensino superior; 3) um representante de cada uma das Congregações das mesmas unidades; 4) um representante dos docentes-livres, eleito pelos seus representantes junto às congregações, em sessão convocada e presidida pelo Reitor; 5) – um representante dos corpos docentes de cada uma das escolas anexas de odontologia e farmácia; 6) – um representante do Diretório Central dos Estudantes; 7) – um representante dos institutos técnico-científicos da universidade”³¹. A este Conselho cabe exercer, deliberar, aprovar, autorizar, decidir, propor e informar - todos os verbos apontam ação e intencionalidade de exercício de poder. Assim, uma de suas atribuições é, conforme a Lei 9.388, de 20 de junho de 1946, incorporada pelo Estatuto: “a) exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade”, ficando claro que é o principal órgão da Universidade, pois caberá ao Conselho “aprovar” os regimentos das unidades universitárias, as propostas dos orçamentos anuais das unidades universitárias e o orçamento anual da Reitoria e suas dependências (alíneas b, c, d). Tem o poder, também, de “resolver os mandatos universitários” (alínea g); aplicar penalidades, tais como “deliberar, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades; deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir

atos de indisciplina coletiva, inclusive sobre fechamento de cursos e mesmo de quaisquer unidades universitárias (alíneas k, l); além de autorização de “alterações de lotação de funcionários administrativos da Reitoria e das unidades universitárias” (alínea f) e “deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral” (alínea h)”.³² Além das atribuições do Conselho Universitário, expostas anteriormente, o Estatuto acrescenta, também, um artigo que se refere aos mandatos dos Conselheiros: “O Conselho Universitário elegerá bianualmente, dentre os professores catedráticos, membros do mesmo Conselho, um vice-presidente”³³. “Cabe ao Vice-Presidente do Conselho Universitário substituir, na plenitude das funções, o Reitor da Universidade, em caso de vaga ou impedimento”; e “no caso de falta do Vice-Presidente, a substituição far-se-á pelo membro mais antigo no magistério em exercício no Conselho Universitário”³⁴. O mandato dos seus membros, exceção feita ao Reitor, será de dois anos.³⁵

Quanto à Reitoria, ela é “o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades universitárias”³⁶. “O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário”³⁷ e “a nomeação do Reitor se fará pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido, obedecido o preceito do parágrafo anterior”³⁸. Suas atribuições são: “a) convocar e presidir as reuniões da Assembléia Universitária, do Conselho de Curadores e do Conselho Universitário; b) organizar, ouvidos os diretores das unidades universitárias, os planos de trabalho anual e submetê-los ao Conselho Universitário; c) organizar os projetos de orçamento anual, submetendo-os ao Conselho de Curadores; d) homologar as propostas de orçamento anual das unidades não mantidas nem subvencionadas pela União; f) admitir, transferir e dispensar o pessoal extranumerário, mantido pelos recursos próprios da Universidade; g) remover, de acordo com as conveniências do serviço, o pessoal administrativo das unidades universitárias mantidas pela União; i) exercer o poder disciplinar, na forma do Estatuto da Universidade”³⁹.

Em seu Estatuto, na seção organização administrativa, a Reitoria está dividida em Departamentos, o seu pessoal se comporá de efetivos e extranumerários

e o Reitor terá um Secretário Geral de sua escolha e confiança⁴⁰

A Reitoria é o principal órgão da UR, ao lado do Conselho Universitário, na figura do Reitor, e que se manifesta, também, pelo poder simbólico de seu reconhecimento, pois o mesmo só assume pela nomeação da Presidência da República, distinguindo-o dos demais postos administrativos existentes.

As Disposições Gerais estabelecem que: “para nomeação de professores efetivos, não poderá a universidade dispensar o concurso de títulos e provas”; “a direção de cada um dos estabelecimentos componentes da Universidade será exercida por um diretor, professor catedrático efetivo, indicado pela respectiva congregação, em lista tríplice, organizada nos termos do Regimento de cada um, nomeado nos termos do art. 24^o”; “as faculdades e escolas de ensino superior, integrantes da Universidade, serão organizadas em departamentos, constituindo-se o professorado em quadros de uma carreira de acesso gradual e sucessivo; “os departamentos, a que se refere a alínea anterior serão dirigidos por um chefe escolhido entre os respectivos catedráticos, por proposta do Diretor e nomeação do Reitor”.⁴¹

Quando trata das Congregações, o Estatuto estabelece que a “Congregação é o órgão superior de direção pedagógica e didática das faculdades e escolas”⁴² e que ela será constituída: “a) – pelos professores catedráticos efetivos, em exercício de suas funções”; b) – pelos professôres interinos, nomeados na forma das disposições vigentes; c) – pelos professores catedráticos, em disponibilidade; d) – pelos professores eméritos; e) por um representante dos docentes-livres do estabelecimento, eleito, por três (3) anos, pelos seus pares em reunião presidida pelo Diretor”.⁴³ Compete à Congregação: “a) – escolher por votação uninominal, dentre os professôres catedráticos efetivos, em exercício de suas funções, três (3) nomes para constituição de lista para o provimento do Cargo de Diretor”. Caberá à Congregação assumir, na primeira instância, ações de “destituição de membros do corpo docente” (alínea e) e submeter ao Conselho Universitário “o regimento da unidade universitária” – o parágrafo único determina que somente os catedráticos efetivos poderão deliberar sobre concursos para docentes.⁴⁴

O corpo docente, no Estatuto, é composto por instrutor, assistente, pro-

fessor adjunto e professor catedrático; com “acesso gradual e sucessivo”⁴⁵. Além dos titulares apresentados anteriormente, farão parte da carreira: a) – os docentes-livres e b) os professores contratados⁴⁶. Os assistentes serão contratados pelos “Diretores das unidades universitárias, por indicação do professor catedrático”, e “os professores adjuntos serão nomeados e dispensados pelo Reitor, por propostas do Diretor das Escolas e Faculdades, mediante indicação justificada dos professores catedráticos, devendo a escolha ser feita entre os docentes-livres, garantida a preferência para os assistentes da Universidade, possuidores do título de livre-docência”⁴⁷. Já os professores interinos serão nomeados pelo Reitor, mediante indicação do Conselho Técnico-administrativo⁴⁸; e quanto aos professores contratados, o contrato “deverá ser proposto ao Conselho Universitário pela Congregação interessada; o contrato estabelecido deverá discriminar as atribuições e vantagens conferidas ao professor contratado”⁴⁹.

Quanto ao aspecto disciplinar, caberá ao Reitor e Diretor “a responsabilidade da fiel observância dos preceitos de boa ordem e dignidade, na esfera de suas jurisdições”, e, prevendo: “I) advertência; II) repreensão; III) suspensão e, IV) destituição”⁵⁰. As penas disciplinares I e II serão da responsabilidade do Reitor e do Diretor; a suspensão de 10 dias é de responsabilidade do Reitor e do Diretor; a suspensão de 30 dias será de competência do Conselho Universitário. A destituição (quadro docente e servidor) e a expulsão (discente) serão competência, também, do Conselho Universitário.⁵¹ Nestes parágrafos, percebe-se que o poder do Reitor é diminuído, ao ser deslocada para o Conselho Universitário a decisão sobre penas bem duras como a destituição e a expulsão. Contudo, sabemos que, se o Reitor estivesse decidido a aplicar estas penas teria grande possibilidade de as efetivar, pois a força do Reitor é expressa neste organograma do Estatuto (sombra da UR) quanto nas relações diárias que veremos mais adiante.

A representação do catedrático se fez na estrutura organizacional, como acabamos de conferir anteriormente. O Reitor tem controle de todos os passos da organização, sob o acompanhamento do “colegiado dos catedráticos”, como os catedráticos têm controle dos passos dos diretores escolhidos por eles, que são catedráticos. Quando mencionamos a “representação do catedrático” estamos

dizendo a ordem patrimonial: masculina, verticalizada e do adulto⁵². E é esta ordem que definirá o papel social e acadêmico dos estudantes na organização: banimento da política⁵³ e cabendo a esses, apenas, a tarefa de realizar os seus estudos e provas conforme estabelecido pelo docente responsável. Gadiel Perruci já tinha nos alertado que recorrer à Congregação era perda de tempo, pois todas as Congregações das Faculdades e Institutos, como o Conselho Universitário, eram hegemônicos pelos catedráticos. E este saber e poder não poderiam ser questionados. Sendo assim, estava definida a posição e papel social e acadêmica dos estudantes na organização Universidade – motivos de conflitos permanentes. Apesar dessa ordem, estatutária e imaginária, a greve emergiu e a questionou.

Os estudantes na organização

Vimos que a ordem social e política da Primeira República e do Estado Novo, em que pesem particularidades históricas e personagens distintos, estavam assentadas na tutela, verticalização social-política, nas repressões sucessivas, acompanhadas de modernizações de governanças, inclusive, em Recife, com Novaes Filho, e nos governos-interventores do Estado de Pernambuco de Lima Cavalcanti, Agamenon Magalhães (professor da Faculdade de Direito desde 1934) e Etelvino Lins. Esse imaginário social que estabelecia papéis e funções dos grupos e classes sociais, inclusive das mulheres, e da religiosidade do povo, vai estabelecer esses aspectos entre a juventude erudita que tinha acesso ao ensino superior na organização Universidade. O estatuto define o “lugar” dos estudantes na ordem organizacional.

Tanto o estatuto da associação dos docentes quanto o dos alunos antigos deverão ser aprovados pelo Conselho Universitário.⁵⁴ Segundo consta no Estatuto, “os estudantes de cada uma das escolas e faculdades, regularmente matriculados nos respectivos cursos universitários, deverão eleger um Diretório Acadêmico, reconhecido pela Congregação como órgão legítimo de representação, do corpo discente da respectiva unidade”.⁵⁵ O Diretório Acadêmico deverá constituir três comissões: de beneficência e previdência, científica e social e elas

serão discriminadas em seu regimento e aprovadas pelo Conselho Técnico-Administrativo da unidade universitária a que pertencem.⁵⁶ Além disso, inclui que “caberá aos Diretórios Acadêmicos a defesa dos interesses do corpo discente e de cada um dos estudantes em particular”.⁵⁷

No que se refere ao Diretório Central dos Estudantes, sua constituição será por “dois representantes de cada um dos diretórios acadêmicos das unidades universitárias ou isoladas” e caberá a ele, além de “defender os interesses gerais dos alunos perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da República” e “promover aproximação e máxima solidariedade entre os corpos discentes”, “realizar entendimento com os Diretórios Acadêmicos (...) a fim de promover a realização de solenidades acadêmicas e reuniões sociais”, “organizar competições desportivas”, “promover reuniões de caráter científico” e “representar, pelo seu Presidente, o corpo discente no Conselho Universitário”.⁵⁸

Vimos que a alma do poder organizacional se materializa nos catedráticos e na figura do Reitor. Ela perpassa todas as formas organizacionais, com exceção da Assembleia, que tem dimensão mais simbólica, e da Congregação, mais acadêmico. Em todos os Colegiados ela se encontra presente. Está presente, também, na escolha do extranumerário: o secretário será homem de sua confiança. Sua personagem é de fundamental importância na estrutura organizacional. Até a escolha do representante do antigo aluno será realizada na presença do Reitor, que presidirá e convocará a reunião. O conflito está excluído da forma organizacional quando “localiza” a representação estudantil, no Capítulo Da Vida Social, e define a função política dos representantes estudantis: ausência de autonomia representacional e definição das suas atribuições na formação de comissões para tratar de assuntos científicos, sociais e beneficentes. Mas o reconhecimento da existência do conflito está presente nas punições que são estabelecidas e que poderão ser executadas pelos catedráticos apenas ao se definir o Conselho Universitário como legítimo espaço de deliberação de faltas praticadas pelos docentes e discentes. Esse estatuto, “simples” na sua complexidade estrutural, como dirão os reitores e professores que governaram a Reitoria no período da ditadura, implicará uma crítica de Gadiel Perruci ao mesmo, ao identificar o Poder das Cáte-

dras e a impossibilidade de reverter qualquer decisão dos órgãos colegiados, pois não haveria possibilidade de recorrer a ele (já que docentes catedráticos são os que comandavam os colegiados) e o mesmo é que comandará legalmente todas as práticas dessa estrutura hierárquica.

Os temas estudantis, quando de iniciativa dos mesmos, de acordo com os estudos de 113 atas do Conselho Universitário da década de 40/50, quando os mesmos entravam com recursos para realizar exames, para garantir sua representação política no Conselho Universitário, contra penalidades administrativas (instauradas pelas Escolas), eram recusados⁵⁹ – com raríssimas exceções, entre elas, o direito de aprovação e matrícula por alguns alunos terem servido na segunda guerra mundial, uma vez que existia uma lei que estabelecia essa garantia.

Destacamos, também, a ausência de representação classista dos docentes e servidores. Os docentes e servidores só terão sua representação classista efetiva no início da década de 80, apesar de os docentes não se fazerem representar nos órgãos colegiados da Universidade.

Esse estatuto já sinaliza a consagração do Reitor como figura central da universidade, simbolizando a estrutura catedrática.

Notas

¹ NESTOR, Odilon. A Universidade do Recife. Creação de uma cadeira de estudos nordestinos. Recife: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito**; Imprensa Industrial, v 36, Ano 36, 1928. pp.43-49.

² Idem.

³ UNIVERSIDADE DO RECIFE. Ata da reunião do Conselho Universitário, 1946.

⁴ Arsênio Tavares era docente da Faculdade de Medicina, travará uma grande disputa nos jornais com Joaquim Amazonas sobre a criação da Universidade. Em outros momentos, já criada a Universidade, este professor entra em choque com o Conselho Universitário (atas, de 17 de março de 1947, p. 22; de 03/09/1951, p. 155 verso), solicitando o cancelamento de concursos para esta Faculdade. Os seus recursos não foram aceitos pelo Conselho.

⁵ A criação exigiria recursos financeiros, e quem deveria arcar? Edgar Altino, um dos conselheiros, observa: "apezar da prosperidade evidente de Pernambuco, não temos ainda capitalismo

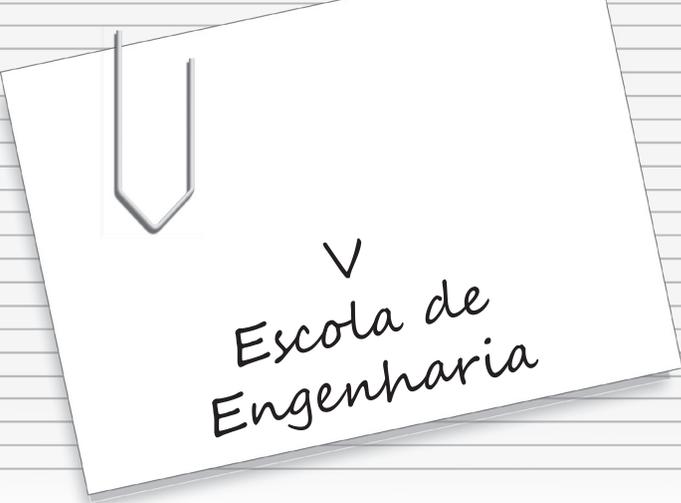
e aqui são raros os homens de muita fortuna, de modo que a contribuição estadual só poderá se efetivar através dos agentes do poder público". Segundo este professor, para manter a mais nova universidade, "o Estado faria uma emissão de apólice de dívida pública no valor de cem milhões de cruzeiros que constituiria o patrimônio universitário, além dos bens [de] que já dispõem os Institutos atualmente existentes" (O PROF. Edgar Altino faz declarações sobre a Universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 set 1946. p. 3).

- ⁶ A criação exigiria recursos financeiros, e quem deveria arcar? Edgar Altino, um dos conselheiros, observa: "apesar da prosperidade evidente de Pernambuco, não temos ainda capitalismo e aqui são raros os homens de muita fortuna, de modo que a contribuição estadual só poderá se efetivar através dos agentes do poder público". Segundo este professor, para manter a mais nova universidade, "o Estado faria uma emissão de apólice de dívida pública no valor de cem milhões de cruzeiros que constituiria o patrimônio universitário, além dos bens [de] que já dispõem os Institutos atualmente existentes" (O PROF. Edgar Altino faz declarações sobre a Universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 set 1946. p. 3).
- ⁷ Cf. SANTOS, Evson M. M. e SILVA, Talita M. S. **O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário – 1946 a 1959**. Recife: EDUFPE, 2009. p. 108-114
- ⁸ INDICADO para a Reitoria o prof. Joaquim Amazonas. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 jun 1946. p.3
- ⁹ CRIADA a Universidade do Recife. Concorrido o ato da assinatura. **Diário de Pernambuco**, 20 jun 1946. p. 3
- ¹⁰ A matéria chama a atenção de que nesta reunião, a se realizar às 11 horas, na pauta estavam a escolha do Reitor efetivo e a resolução sobre o Estatuto. Estarão presentes Joaquim Amazonas, Reitor Interino; o Diretor (substituto) e o representante da Faculdade de Direito do Recife; o diretor e o representante da Escola de Engenharia de Pernambuco; o diretor e o representante da Faculdade de Medicina do Recife; e os representantes dos professores dos cursos de Odontologia e Farmácia do Recife; o Diretor e o representante da Escola de Belas Artes; o Diretor e o representante da Faculdade de Filosofia do Recife; o representante dos docentes-livres da Universidade; o representante do Diretório Central dos Estudantes. (INSTALA-SE amanhã a Universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife 10 ago 1946. p.3)
- ¹¹ Idem.
- ¹² Ibidem.
- ¹³ INSTALAÇÃO, hoje, do Conselho Universitário da Universidade do Recife. **Jornal do Comércio**, 1946, p. 3
- ¹⁴ O PROFESSOR ARSÊNIO TAVARES fala sobre a Universidade do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 jul 1946. p.3
- ¹⁵ Idem.
- ¹⁶ Ibidem.
- ¹⁷ SOBRE a universidade. **Diário de Pernambuco**. Recife, 1946. p.3
- ¹⁸ REPULSA da Congregação da Faculdade de Direito aos Estatutos da Universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 nov 1946. p. 3
- ¹⁹ Idem.
- ²⁰ O CONGRESSO..., 1946
- ²¹ PERRUCCI, Gadiel. **Um projeto oligárquico-liberal de universidade (Notas para uma História da UFPE)**. Disponível: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/projeto_oligarquico.pdf. Acesso em: 15 mai 2008.

- ²² ANDRADE, Manoel Correia de. UFPE – a fundação. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 dez 2006. Disponível: http://jc.uol.com.br/jornal/2006/12/10/not_212064.php. Acesso em: 05 mai 2008a
- ²³ UFPE – 60 anos. **Jornal do Commercio**, Recife, 19 nov 2006. Disponível: http://jc.uol.com.br/jornal/2006/11/19/not_209321.php. Acesso em: 05 maio.
- ²⁴ O discurso de Joaquim Amazonas e Edgar Altino se fez no anticomunismo para justificar a criação da Universidade do Recife. Em 1946, na sessão de instalação da Universidade do Recife, no Teatro Santa Isabel, em sua compreensão meritocrática e hierarquizadora da universidade e antissocialista, reconhece que é na universidade a potencialidade de desenvolver o homem livre e criador, pois para ele “o clima político das universidades é a democracia. Sem liberdade não se ensina nem se aprende. Os direitos essenciais do homem têm aí seu tempo natural, pois o maior postulado universitário é a liberdade de cátedra, livre a orientação do pensamento cultural” (ALTINO, 1946, p.252). Conforme Edgar Altino, “na repulsa biológica às ditaduras e às tiranias, não nos arreceimos daquela OCLOCRAZIA, puramente teórica aliás, que seria o governo da ralé ou da canalha, porque tal vileza humana já não existirá” (Idem, p.253). Joaquim Amazonas, também, alerta-nos do papel da universidade: ser “alavanca” contra o “assalto oriental”. Conforme ele, “a universidade, sem ser tudo, será, sem dúvida, a grande alavanca de que precisamos para, educandonos melhor, e unindo-nos cada vez mais, podermos salvaguardar, contra o assalto oriental, a grande pátria que nos legaram nossos maiores” (AMAZONAS, Joaquim. **Discurso pronunciado no ato da assinatura do Decreto-Lei de Fundação da Universidade do Recife no Palácio do Catete em 20 de junho de 1946**. Revista da Faculdade de Direito do Recife, v. 55, ano 55, 1947. p.234).
- ²⁵ ENRIQUEZ, Eugene. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997; CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ²⁶ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade, Art.8º
- ²⁷ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. O art. 8º, alínea b
- ²⁸ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art.10º
- ²⁹ Capítulo III: Dos Órgãos de Administração, Art. 12º
- ³⁰ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art. 12º
- ³¹ Capítulo III: Dos Órgãos de Administração, Art. 14º
- ³² Capítulo III: Dos Órgãos de Administração, Art. 15º
- ³³ Capítulo II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art.14º
- ³⁴ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art.14º § 1º, § 2º
- ³⁵ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art.16º
- ³⁶ Lei 9.388 de 20 de junho de 1946. Capítulo III: Dos Órgãos de Administração, Art. 16º
- ³⁷ Lei 9.388 de 20 de junho de 1946. Capítulo III: Dos Órgãos de Administração, Art. 16º § 1º
- ³⁸ Idem. Idem. Art. 16º § 2º
- ³⁹ Lei 9.388 de 20 de junho de 1946. Capítulo III: Dos Órgãos de Administração, Art. 17º
- ⁴⁰ Título III: Da Organização Administrativa, Arts. 18º, 19º
- ⁴¹ Capítulo VI: Disposições Gerais. Art. 23º, alíneas d, f,g,h
- ⁴² Capítulo I: Da Congregação. Art. 22º
- ⁴³ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art.23º,

alíneas e,b,c,d,e

- ⁴⁴ Título II: Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. Art.24º, alíneas a,b,c,e, h.
- ⁴⁵ Do corpo docente, Arts. 37, 38 e alíneas a,b,c,d
- ⁴⁶ Do corpo docente, Art.40º
- ⁴⁷ Do corpo docente, Art.43º
- ⁴⁸ Do corpo docente, Art.45, § 2º
- ⁴⁹ Do corpo docente, Art.47, parágrafo único
- ⁵⁰ Título VI: Do regime disciplinar, Arts. 53, 54 e incisos
- ⁵¹ Título VI: Do regime disciplinar, Arts. 53, 54 e incisos
- ⁵² Um dado que fortalece este entendimento é o de que, dentre 236 homenageados com títulos honoríficos e de méritos pelo Conselho Universitário da UFPE, entre os anos de 1946-1995, nenhuma mulher constava.
- ⁵³ Não é privilégio da UFPE a repressão aos estudantes e despolitização do papel social dos mesmos, definindo comportamentos e atitudes desejáveis (não fazer política de protestos e críticas ou recorrer a comportamentos e atitudes indesejáveis definidos pela ordem social – que é invisível). A Reforma Rocha Vaz (1925) instituiu a Polícia Acadêmica aos ensinos secundários e estabelecia o que as entidades estudantis deveriam fazer: eventos científicos, literários e assistência escolar (CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª. ed São Paulo: UNESP, 2007).
- ⁵⁴ Título VII: Da vida social universitária, Arts. 56º e 57º
- ⁵⁵ Título VII: Da vida social Universitária, Arts. 58º
- ⁵⁶ Título VII: Da vida social Universitária, Arts. 58º, § 2, § 3
- ⁵⁷ Título VII: Da vida social Universitária, Arts. 58º, § 4
- ⁵⁸ Título VII: Da vida social universitária, Arts. 61º, § 1, alíneas a, b, c, d, e, f
- ⁵⁹ Cf. SANTOS, Evson M. M. e SILVA, Talita M. S. **O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário – 1946 a 1959**. Recife: EDUFPE, 2009. p. 62-64



✓
Escola de
Engenharia

1. Brevíssima história

A Escola de Engenharia foi criada no governo do Dr. Alexandre José Barbosa Lima¹ (1892-1896) por ato de 12 de fevereiro de 1896, apoiado na Lei 84, de 3 de junho de 1895, sendo construída sua sede na Praça da República. No governo de Sigismundo Gonçalves, em 1904, a Escola foi extinta com argumento de dificuldades financeiras, colocando-se em disponibilidade os docentes que eram vitalícios, desde a data da posse².

Em 1905, funda-se a Escola Livre de Engenharia. Além do ensino da engenharia civil, far-se-ia agronomia nos “moldes de Regime e programas congêneres da União”. Dez anos após, o curso de Agronomia foi extinto, ficando os docentes disponibilizados ao curso de Engenharia, se vagassem disciplinas, sem necessidade de concurso público. Iniciou seus estudos em 1 de abril desse ano, sita à a rua do Hospício, antigo 71, onde funcionara a Faculdade de Direito. Por ato do 1º de abril de 1905, “aprovado pelo Congresso do Estado em Lei nº1704, de 5 de maio, foram entregues ao Diretor da Escola criada os gabinetes, laboratórios, bibliotecas, moveis e arquivo da extinta Escola Oficial, donativo a que se juntou mais, por força da lei citada a quantia de 50:000\$000”³.

Quatorze anos após, em 1919, o prédio é vendido onde se disponibilizara os gabinetes e laboratórios. Nesse mesmo ano, “o governador do Estado

Dr. Manoel Antonio Pereira Borba, que por ato nº 425 A, de 1º de março de 1919, entregou por doação, a Escola de Engenharia, o prédio nº 371, à rua do Hospício, onde durante largo período de tempo funcionara o Instituto Porto-Carreiro”⁴. Em 1942, onde funcionava o curso de Química Industrial, construiu-se mais um andar que se constituía de 5 salões, duas salas vastas, uma destinada a biblioteca e a trabalhos de desenho. Em março de 1943, realizam-se a demolição do antigo e a construção de um outro, no mesmo local. Em 26 de janeiro de 1945 é inaugurado o novo prédio, constituindo-se de salão nobre para colação de grau e sessões solenes (184 metros quadrados); gabinete da Diretoria, com 36 metros quadrados; sala de professores e sessões do C.T.A. e ordinárias da Congregação (80 metros quadrados); galeria de retratos dos Diretores e professores (5,65 x 15 metros); e Secretaria e Tesouraria (80 metros quadrados)⁵.

De 1895 a 1946, a Escola de Engenharia formou 255 engenheiros civis, 85 químicos industriais e 30 agrônomos. Na matrícula geral de 1946 foram inscritos 9 estudantes no curso de engenharia civil, sendo 3 na modalidade química e 5 na modalidade mecânica.⁶

A crescente busca pelo curso de Engenharia explica-se pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento econômico e tecnológico e de inserção social, valorizando-se ainda mais esta formação acadêmica⁷. Com a federalização da Escola, melhoraram as condições das instalações, de emprego e salário, com novos concursos para catedráticos, novas organizações administrativas.⁸

Em 1954, o Diretório Acadêmico de Engenharia fundou o “Curso Preparatório aos Exames Vestibulares professor Heitor Maia”, com a finalidade de diminuir as reprovações nos exames vestibulares. O cursinho iniciou seu ano letivo no 1º de abril, prolongando-se até fevereiro, com férias de 20 dias no mês de julho. Funcionava nas salas da Escola, das 9 às 22h15 e, aos sábados, das 14h às 17h. O Diretório, preocupado com as condições alimentares dos estudantes, construiu uma cantina que, posteriormente, transformou-se em restaurante, fornecendo 150 refeições a Cr\$ 10,00 e o café da manhã, a Cr\$ 5,00⁹. O Diretório administrava o contrato de exploração, a fiscalização e estabelecia condições de comercialização.¹⁰

A matrícula pagava-se por cadeira (Cr\$ 100,00), estabelecida pelo MEC; taxa de prova parcial (Cr\$ 10,00) e taxa de frequência (Cr\$ 5,00).¹¹

O padrão de vida de boa parte dos docentes e estudantes na década de 40 era bom. Viajavam nos bondes e possuíam veículos próprios.¹²

Os conflitos na história da Escola

Podemos afirmar que a explicitação dos conflitos de massa na Escola de Engenharia deixam marcas históricas. No levantamento que fizemos, ainda provisório, é inerente nesta Instituição, levantes, ocupações, greves, recusa por parte dos estudantes a obedecerem as ordens das autoridades docentes ou dirigentes. Apesar disso, o respeito à autoridade era central na época. Baltar (1995) relata que tão mitológica era a autoridade do professor que “quando ele entrava na sala a gente se levantava”. Conta-nos Jonio de Lemos, um dos integrantes da greve de 1947, e, na época, vice-presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia, que Manoel [Antônio] de Moraes Rêgo “era de uma austeridade tamanha que, às vezes se distanciava muito dos alunos, funcionários e mesmo professores. Todos os tratavam Dr. Moraes, e, com sua aproximação, todas as brincadeiras cessavam e um silêncio respeitoso aguardava o seu cumprimento”¹³. Jonio de Lemos, conta-nos, ainda, que, em certo momento, um estudante quase foi expulso pelo professor Moraes Rêgo por o mesmo se sentir ultrajado com uma “pilhéria” durante o exame. Assim Jonio de Lemos relata: certa vez,

Dr. Moraes julgou que a resposta do aluno era uma pilhérica. Falava-se em aula a respeito de lubrificante (que era uma substância interposta entre as peças de uma máquina), mas argumentava-se que, às vezes era necessário aumentar o atrito, como nos casos das ferrovias em ladeiras, em que se punha às vezes, areia, para ajudar na subida. No dia do exame, Dr. Moraes, entre outras coisas, perguntou ao aluno por um exemplo de lubrificante, ele respondeu, simplesmente, areia. Foi o diabo.

João Holmes, conforme Antonio Baltar, era, também, “distanciado dos alunos”, “chegava na classe, dava uma aula belíssima de mecânica racional, acabava a aula, pegava os livros e ia embora. Não queria conversa com ninguém”. Por ser bastante difícil a aula, “raríssimos fizeram o exame final. Todo mundo, prudentemente, acabava o ano e não se inscrevia pra fazer o exame (...) só na segunda vez, quando estudávamos o ano inteiro é que fazíamos o exame”.¹⁴

Antonio Baltar, já professor da Escola de Engenharia, acha que a maioria dos docentes “era reacionária” por não ter “nenhuma tendência a ter compreensão pelos problemas sociais mais graves. Eram muito fechados, cada um no seu conhecimento técnico, científico, meio empavonados” – excluindo dessa crítica os docentes: Holmes, Freire, Cardozo e Maia.¹⁵

O engenheiro Ned Cavalcanti Lima, que estudou nesta Escola, analisando a década de 50, argumentou que “as instituições eram autoritárias e o ensino acadêmico ministrado na Escola com enorme seriedade, sofria fatalmente essa influência”¹⁶. Conforme este autor, os docentes descendiam de “famílias de classe média urbana, moldadas no caldo de cultura dominante. Isto é, liberdade política somente para os que defendiam o ‘status quo’. Poucas eram as lições de cidadania que transmitiam além dos conhecimentos de suas cadeiras”, com poucas exceções. Não sabiam descer dos pedestais que eles mesmos se colocavam, afirma o autor. A Ripa, jornal estudantil apócrifo que surgiu entre os anos de 1954 e 1958, veio para denunciar esses professores.

Quanto aos conflitos de massa propriamente ditos, na década de 30, por exemplo, os estudantes se insurgiram contra Manoel Antonio de Moraes Rego, resultando daí o afastamento dele pelo interventor federal Carlos Lima Cavalcanti para a entrada de Heitor da Silva Maia.¹⁷

A década de 50 foi bastante agitada no interior da Escola. Newton Maia, em seus “Apontamentos...”, nos relata que, os estudantes estavam descontentes com “a falta de aulas práticas na maioria das cadeiras de aplicação, os estudantes fizeram uma greve violenta”. A Congregação se reunia na Reitoria, e o próprio Reitor Joaquim Amazonas não teve permissão pra entrar no prédio da Escola, vendo-se forçado a parlamentar no Átrio¹⁸. O Reitor afastou o diretor Aurino

José Duarte e foi nomeado, interinamente, o professor Arnaldo Rodrigues Barbalho.

Com o surgimento do jornal Ripa, escrito por estudantes, tentou-se aumentar o controle da direção sobre os “possíveis” escritores desse folhetim que atacavam os professores: “A formação, pelo secretário da Escola”, conta Walter Ramalho, “de verdadeira brigada entre os bedéis, para vigiar e tentar surpreender em flagrante delito possíveis culpados; a caça aos responsáveis empreendida por aqueles colegas freqüentemente criticados os quais ameaçavam desabafar os compreensíveis rancores através do esforço físico...”¹⁹. Um dos possíveis criadores do jornal, Ned Cavalcanti, foi pego pelo professor Lalangue, por este mestre ter solicitado o jornal e, imediatamente, o estudante o entregara, e ele foi denunciado como um dos responsáveis pela publicação,

sendo chamado, na sala da Diretoria e perante parte do Conselho Administrativo, para responder às acusações específicas e para também apontar os demais integrantes da ‘redação’. Enquanto lá fora, dando murros e pontapés na porta, em movimento maciço de intimidação, a estudantada exigia a ‘soltura dos nossos colegas’ – pois botava-se que a polícia fora chamada -, cá dentro os inquisidores, afirmando que o estilo era dele, Ned – que respondeu, com invejável sangue frio, sentir-se honrado de ter seguidores, mas não ter havido patenteado o seu modo de escrever, estava, todo ele, à disposição de quem o quisesse imitar...- e dando 48 horas para denunciar os ‘cúmplices’, ameaçaram lançar-lhe todas as culpas caso a Ripa voltasse a circular. Nesse dia o jornalzinho foi impresso com o nome A Lenha – Órgão Crítico Dependente, trazendo como dependentes responsáveis, os filhos do Diretor da Escola, de professores e gente afim. Esse número foi ‘entregue’ alta madrugada, na casa do Diretor, enfiado pelas frestas de portas e janelas.²⁰

Em 1958, surge uma greve dos estudantes contra o professor Manoel Caetano de Queiroz da cadeira de Geometria Descritiva. “Conseguiu-se contemporizar a situação e sair da greve”, comenta Normam Costa, “através da formação de banca de examinadores especialmente constituída não sujeita à influência do mesmo”.²¹ Além do desentendimento com este professor, que deu início à greve, incluiríamos: “melhoramento dos cursos de Engenharia Industrial, modalidade mecânica e elétrica, inclusive criação de Eletro-mecânica; extensão e diferenciação dos currículos de Engenharia Mecânica e Elétrica; conceituação de aulas práticas e número de aulas de frequência obrigatória”.²²

Os significados dos conflitos nessa época eram traçados por questões ligadas às condições limitantes e de relacionamento didático-pedagógico, entre eles, composição dos currículos, carga horária, professores, salas de aula, programas, laboratórios, aulas práticas e livro-texto.²³ Por sinal, após a segunda guerra mundial, com a escassez de livros, as apostilhas eram a solução. Surgiram vários conflitos por causa das apostilhas por serem apenas paliativas. Os alunos eram obrigados a ler em francês. Os livros adotados de 1941 a 1947 eram escritos nesta língua, na sua grande maioria. A questão se complicava mais quando os professores faziam referências a mais de três livros, mas não indicavam onde se encontrava o assunto. “Assim, nos primeiros seis meses de cada matéria, o problema era sério para os alunos, pois, havendo cinco a seis matérias por série, era necessário manusear cerca de 15 a 18 livros a fim de conferir diariamente o teor de cada um conteúdo das aulas”.²⁴

Na década de 60, vários conflitos emergiram – no interior da Universidade, particularmente, na Escola de Engenharia quanto na sociedade. Em 1961, os estudantes desenvolveram uma campanha que extrapolou os muros da Universidade e se chamava “EFICIÊNCIA versus IMPONÊNCIA”. Os estudantes da Escola de Engenharia preferiam equipamentos a novos prédios gigantescos. A construção do Hospital de Clínicas e do prédio dos Institutos Básicos, com as estruturas de fundações prontas e as obras paradas, gerou revolta daqueles.

A Faculdade de Direito e a Universidade Rural entram em greve com os estudantes exigindo o afastamento, respectivamente, do professor Soriano Neto

da direção e do Reitor Manoel Rodrigues. O presidente Jânio Quadros manda o Exército ocupar a Universidade Rural e a Faculdade de Direito. As reuniões estudantis ocorrem no D.A. de Engenharia. Um estudante de direito, Joel Câmara, em certo momento, pega o microfone e denuncia o presidente da República a 80 metros onde se encontravam os militares. Estudantes são presos e o prédio ocupado. Os professores Newton Maia (Engenharia), Evaldo Coutinho (Arquitetura) e Antonio Baltar (Engenharia) se dirigem ao 4º. Exército e protestam, exigindo a retirada do Exército do prédio e a libertação dos estudantes presos.²⁵

Em 1962, os estudantes brasileiros entram em greve reivindicando a participação de 1/3 nos órgãos colegiados, na proporção de 1/3 em relação ao quorum total. Esse é o período das Reformas de Base. No auditório da Faculdade de Engenharia, organiza-se um debate com a participação de Francisco Julião e Pe Melo: “o auditório ficou lotadíssimo com gente pendurada nas janelas, tamanha era a atração para os estudantes assistir um debate dessa natureza, principalmente com a presença [deles], adversários na disputa da liderança dos trabalhadores rurais, entre as ligas camponesas do primeiro e os Sindicatos rurais do segundo”.²⁶

Em 1963, um conflito se estabelece: se a seleção para os estágios deveria ser feita por currículo escolar ou através da realização de uma prova. Aprova-se a primeira e, no momento adequado, posteriormente, são selecionados 20 estudantes para estágio. A Reitoria com argumento de que não existem recursos para viagens ao Centro-Sul, recusa o pedido. A assembleia é convocada e os estudantes decidem se dirigir à Reitoria. O prédio todo é tomado, com os estudantes sentados no chão, nos corredores. O Reitor João Alfredo não aparece para negociar. Depois de longa espera, a Reitoria concede as passagens solicitadas. Posteriormente, sabe-se que a Reitoria tinha concedido na mesma época, 40 passagens aéreas a estudantes do grupo político que comandava a UEP para participarem de um evento da UNE.²⁷

Em 1964, com o golpe, muda-se a configuração da Universidade. O Reitor é afastado e o Conselho Universitário se reúne. Conforme Cláudio Neves, os militares queriam o professor Barros Lima da Faculdade de Medicina, contudo, a

comunidade acadêmica conseguiu viabilizar o nome de Murilo de Barros Guimarães. Na formatura dos engenheiros de 1964, soube-se que os militares pretendiam prender o paranifo e o orador “caso qualquer um dos dois fizesse alguma menção ao momento político nos seus respectivos discursos”. Foi solicitado que não se fizesse o discurso; assim, o orador fez um minuto de silêncio e todos os presentes gritaram: “Liberdade, Liberdade”. O laureado da Turma se recusa a apertar a mão do Chefe da Casa Militar. Todos os que foram receber o diploma repetiram o mesmo gesto.²⁸

Método, didática de ensino e avaliação

As reprovações eram altíssimas na Escola, nas décadas de 40 e 50, o que tinha como conseqüência a formatura de poucos. O alto “rigor teórico” assentava-se, principalmente na matemática, nos três primeiros anos: “dava alta respeitabilidade”. Afirmava-se naquela época que quem “fosse aprovado nos três primeiros anos estaria praticamente empregado e diplomado”. Os alunos medianos não conseguiam responder à prova no tempo estipulado pelo professor. A duração da prova oral era de 1 a 4 horas. Os estudantes ministravam aulas aos candidatos aos vestibulares, de 3 a 6 horas semanais, para angariar alguns recursos financeiros.²⁹

O vestibular para acesso à habilitação de Engenharia era um martírio, conforme Walter Ramalho, com provas escritas “estafantes” de “longas demonstrações e cálculos a fazer à mão e provas orais com cada um dos três membros de cada banca examinadora de cada matéria, isto é, dezoito provas orais numa tortura magoada e exasperante, entremeadas de furiosos serões movidos a ‘Per- vrlin’ e a lava-pés! E a sorte do ponto fácil existia: considerada uma aberração de mentalidade bicheira do brasileiro, os professores preparavam as suas argüições subordinando-as unicamente a seu próprio e livre arbítrio”.³⁰

As aulas práticas praticamente inexistiam, particularmente nas matemáticas. Em “Topografia, Astronomia, Resistência dos Materiais”, etc, os alunos realmente realizavam aulas práticas. Entretanto esta não era a regra”.³¹ Na Geologia, a reprovação em uma única disciplina, acarretava repetição de todas as outras no

ano seguinte. As provas eram aleatórias e sem aviso, ficando ao critério do professor, a seu bel-prazer. Os estudantes teriam que apresentar, no final do curso, um Relatório de Graduação, sob a orientação de vários professores, ao nível de dissertação de Mestrado.³²

Os estudantes inovaram na forma de ensinar quando instituíram as excursões aos Estados, a partir de 1946, “com visitas às obras de rodovias interestaduais, açudagem e construção de portos”³³. A repercussão foi positiva, principalmente, com os estudantes dos primeiros anos: “os estudantes dos primeiros anos, ao ouvirem os relatos dos que haviam participado de excursões ou estagiado, ficavam fortemente impressionados com ‘o que se fazia lá fora’, principalmente nas empresas situadas no sul do país”³⁴.

A Direção da Escola

O primeiro diretor da Escola de Engenharia da Universidade do Recife foi o professor maranhense Manoel Antonio de Moraes Rego. Em 18 de maio de 1895, aos 21 anos de idade, diplomou-se em engenharia civil. Em 1900, passa a constituir o corpo docente da Escola de Engenharia de Pernambuco. Em 1915 foi nomeado pelo governador Manoel Borba prefeito de Recife, permanecendo no cargo até 1920³⁵. Em 1919, fundou o Clube de Engenharia de Pernambuco, o segundo mais antigo do País. Presidiu o clube em cinco ocasiões: de 1º de Junho a dezembro de 1919; de janeiro a dezembro de 1921; de julho de 1924 a julho de 1926; de julho de 1928 a julho de 1930; e de julho de 1936 a julho de 1944. Foi presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Atual Crea/Pe) em duas oportunidades – de janeiro de 1941 a dezembro de 1943 e de janeiro de 1947 a dezembro de 1951. Assumiu a diretoria da Escola Livre de Engenharia entre os anos de 1917 a 1925 e, posteriormente, a diretoria da Escola de Engenharia até 1930. Em 1938, retorna à Diretoria e afasta-se, definitivamente, em 1948. Ele faleceu em 12 de maio de 1954.³⁶

Ele foi membro do Conselho Universitário nos anos de 1946, 1947, 1948 e 1949. Em 1951, o Reitor Joaquim Amazonas propõe ao Conselho Universitário

um voto de “aplausos e grande louvor” por o mesmo ter se aposentado e afastado deste órgão, tendo sido aprovado por unanimidade³⁷.

No momento da greve de 1947, Manoel Antonio de Moraes Rego se encontrava em viagem, assumindo esta função o professor Eurico Monteiro de Matos.

Por motivo de doença, o diretor Manoel Antonio de Moraes Rego é substituído por Eurico Monteiro de Matos e, posteriormente, por Napoleão de Albuquerque. Em 1950, o professor Aurino José Duarte é nomeado diretor da Escola.

2. Professor catedrático Luiz de Barros Freire³⁸

Nasceu no Recife em 16 de março de 1896, faleceu em 17 de julho de 1963, de aneurisma dissecante. Trabalhou na loja de seu tio entregando mercadorias e formou-se na área de humanidades, e, aos 22 anos, no curso de Engenharia. Antes de entrar nos estudos do ensino superior, aos 16 anos, criou a “Escola de Alexandria”, que era um grupo de estudos formado por jovens, entre os quais Aurino Duarte, Waldemar Monteiro e José Cordeiro³⁹.

Aos 23 anos, conquistava por concurso o curso de Engenharia que tinha por finalidade “fornecer mão-de-obra qualificada ao Estado, no momento em que ocorria um certo desenvolvimento industrial”. Em 1920 foi contratado para a função de professor da Escola de Engenharia. Foi professor de Física no Ginásio Pernambucano, no Nóbrega e no Osvaldo Cruz. Aos 38 anos foi aprovado em concurso para professor catedrático de Física, recebendo o título de Doutor em Ciências Físicas e Matemática.

Aos 47 anos, em 1943, era nomeado professor catedrático de Análise Matemática da Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega, hoje integrada à Universidade Católica de Pernambuco. Já no Rio de Janeiro, exerceu a regência de professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Distrito Federal,

hoje UFRJ, dirigida pelo educador Anísio Teixeira. Tendo sido criado o CNPQ, ele foi um dos seus membros, participando da comissão de Ciências Físicas e Matemática até a sua morte, em 1963, aos 67 anos. Ele foi, também, membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e membro da “American Mathematical Society” e do “Conimbrigensis Instituti Academia”.

Foi diretor da Escola Normal e idealizador e fundador do Instituto de Física e Matemática da Universidade do Recife. “Dirigiu este instituto”, conforme sua biografia, “mantendo intercâmbio com instituições semelhantes no país e no exterior, sobretudo Paris, onde esteve em missão científica, em 1958”. Além disso, foi Diretor Técnico de Educação do Estado da Associação Brasileira de Educação do Rio de Janeiro e presidente do Instituto Tecnológico de Pernambuco, órgão do governo do Estado. Em 1948 recebeu uma homenagem por “Serviço Relevante” pelo desempenho como Conselheiro de Engenharia e Arquitetura. Recebeu elogios do detentor do prêmio Nobel de Física, Charles Rickett, do professor Fernando Azevedo e do cientista J. Costa Ribeiro, presidente da Comissão de Energia Atômica do CNPQ. Os elogios dos mais renomados cientistas e intelectuais brasileiros são divulgados sobre a importância de Luiz Freire. Entre eles, o físico que foi seu aluno, Mario Schemberg que diz que “Era sem dúvida brilhante e seu principal interesse era a lógica matemática. Eu não fui seu aluno mas amigo. Personalidade interessante; inspirava muitas coisas. Era um homem arguto que sabia avaliar a capacidade dos outros”. Pelópidas Silveira, Gilberto Freyre, Francisco de Assis Brandão, José Leite Lopes são outros que rasgam elogios a Luiz Freire⁴⁰.

Luiz Freire foi um dos fundadores do Clube de Engenharia, como constata Antonio Jorge Siqueira, em primeiro de maio de 1919, no Salão de Honra da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco⁴¹.

Numa aula inaugural, na década de 30, Luiz Freire faz uma análise crítica do Brasil, conforme o historiador Jorge Siqueira. Diagnostica: a) dependência do país em relação ao estrangeiro; b) predominam a miséria e a ignorância entre as populações do interior; c) a elite do litoral é fútil, vestindo-se à moda francesa

e defende a intervenção do Estado na educação em termos de planejamento e racionalidade.⁴²

Nesta mesma década, como paranifo das normalistas, “critica o governo, que inicialmente o apoiara, e manifesta seu desejo de mudança para que haja igualdade social”.⁴³

Ele enveredou, também, por escritos biográficos, entre eles, escritos sobre Amoroso Costa, Joaquim Gomes de Souza, Teodoro Ramos e Gomes Teixeira.⁴⁴

O cientista José Leite Lopes ia à sua casa aos domingos, como ele diz, para “conhecer livros de sua biblioteca – sem biblioteca particular não se podia estudar -, para ouvir seus comentários e sábias digressões sobre questões e homens da ciência”. Ele residiu na Rua Amélia e em Olinda, sempre recebia seus alunos e amigos de pijama e na varanda⁴⁵.

Luiz de Barros Freire assumiu o Conselho Universitário, representando a Escola de Engenharia, nos anos de 1946, 1947, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954. Esta presença constante dele no Conselho, demonstra sua representatividade na escola de Engenharia, em que pese ter sido o pivô da greve.

Numa das reuniões do Conselho Universitário, em que pese seu discurso desenvolvimentista, fez duro discurso contra a primeira greve docente, iniciada na Faculdade de Filosofia - conforme consta na ata de 4 de dezembro de 1951. Os docentes catedráticos gostavam de ensinar a democracia fora da universidade, mas em seu interior...

Luiz Freire pelos seus pares

Luiz Freire era “pintado” como um homem de “caráter forte” e por isso mesmo, “primava por não ceder a pressões que iam contra as suas idéias” e “mostrava-se impaciente com o mediano; gostava de polêmicas e de confrontar com suas idéias. Como professor, era considerado, por alguns, exigente e reprovador. Era conhecido como bom orador”⁴⁶.

Outros o desenhavam semelhantemente, inclusive um dos grevistas, vice-presidente do Diretório de Engenharia, Jonio de Lemos, pelo seu “brilhantismo”, “inteligência”, e suas “aulas magníficas, modernas, vivas davam-lhe um caráter de excepcionalidade”. Contudo, era “polêmico”, conseqüentemente, circulavam boas e más notícias. Este autor conta uma delas: “Certa vez, numa roda de professores, um deles que havia sido seu aluno, disse, como uma homenagem, que tudo que sabia de Física a ele devia. Dr. Freire, muito sério, apanhou a caderneta de aula e, ao sair de mansinho, bateu-lhe no ombro e disse: a mim você não deve nada. Adquiriu aí um inimigo”.⁴⁷

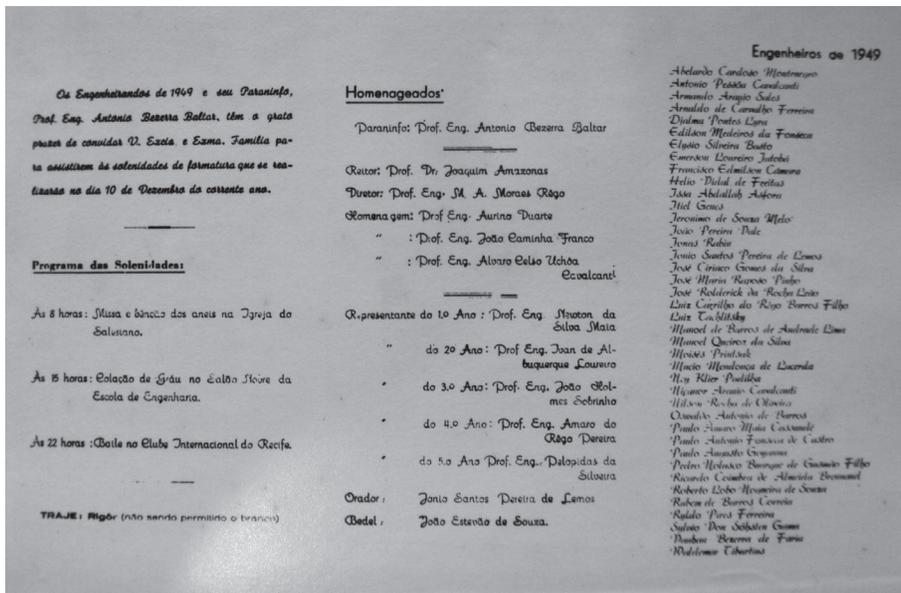
O Jornal dos estudantes a RIPA lembra que o Luiz Freire era muito vaidoso e os estudantes se aproveitavam de sua vaidade para conseguir os seus interesses. “Presumido e muito dado a jactância”, comenta Ramalho, “era, por outro lado, presa fácil da astúcia dos alunos que dele obtinham facilidades através do estímulo a sua vaidade”. Reconhece em Luiz Freire “imensa riqueza intelectual”, tinha uma “deliciosa presença de espírito quando se comunicava verbalmente” e “sabia manejar o português com pureza gramatical invejosa”.⁴⁸

Antonio Baltar destaca os “defeitos” de Luiz Freire, além de reconhecer ser ele um professor “notável”: “intransigência” e “ironia excessiva”. Baltar nos conta que Luiz Freire era “muito irônico e, quando implicava com uma pessoa, com um grupo de pessoas, não havia meio de tirá-lo daquela linha de implicância. Quando ele achava que os alunos eram vagabundos, que eram vigaristas, querendo passar sem saber, ele ficava furioso”. Num dos exemplos, ele diz: “uma vez, fui mandado para fazer parte com ele de uma banca e assisti, ele estava zangado com a turma, ele ficava de costas para o quadro negro e dizia: ‘tira um ponto aí, sabe qual é a matéria que tem nesse ponto? Escreva aí qualquer coisa sobre ela’. E não se voltava para olhar. Quando era daí... ‘Tá pronto?’ ‘Então pode ir embora’. E botava a nota. Quer dizer, ele estava realmente querendo espezinhar a turma”.⁴⁹

Notas

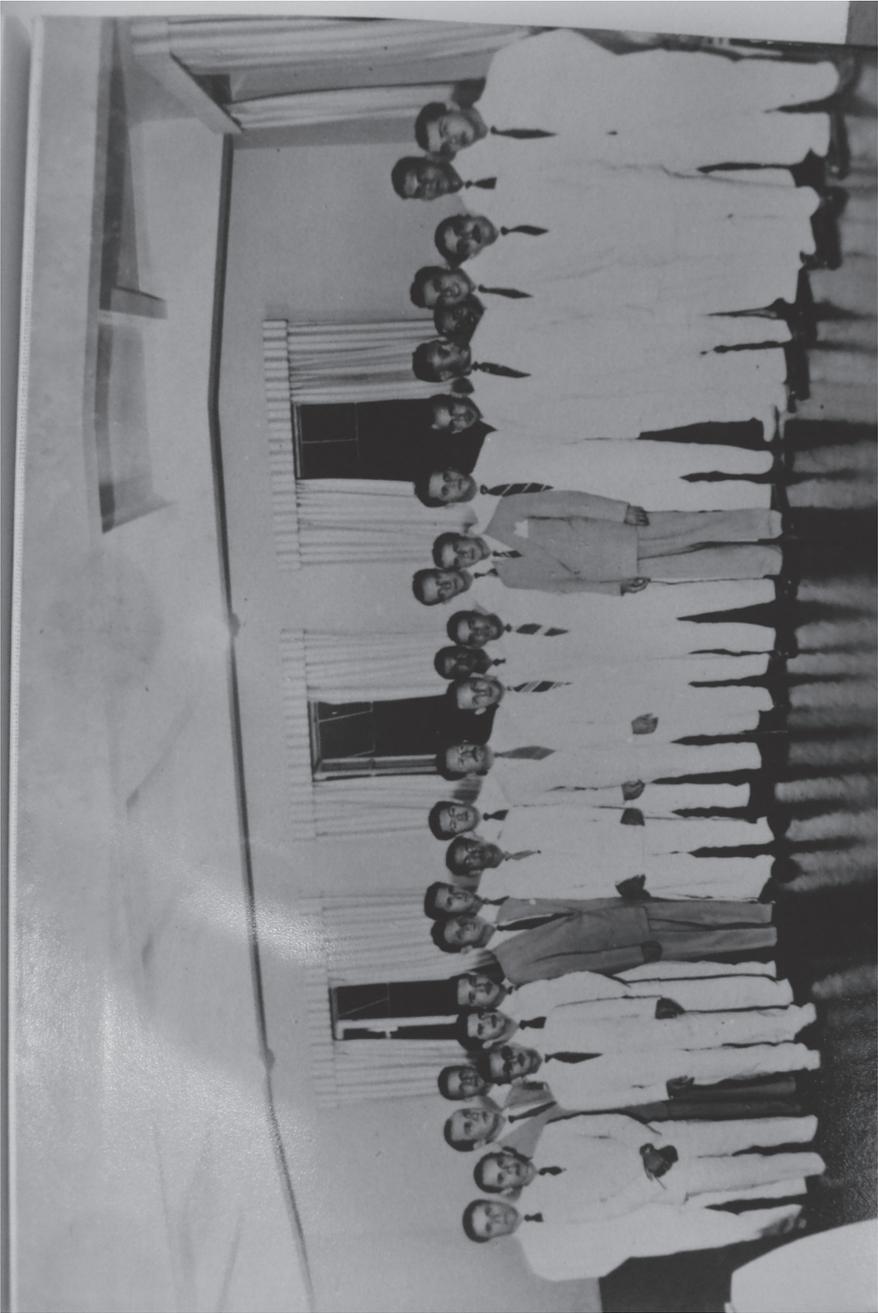
- ¹ Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu em Recife no e aos 20 anos ingressou nas Forças Armadas e na Escola Militar da Praia Vermelha. Foi defensor das ideias abolicionistas. Designado por Floriano, disputa eleições para assumir o governo de Pernambuco. Em 1896, após concluir seu mandato de governador, voltou à Câmara Federal como representante pernambucano. Sendo reeleito por mais duas vezes, de 1900 a 1906 pelo Estado do Rio Grande do Sul e, de 1906 a 1911 pelo Distrito Federal. Durante seu governo, Alexandre Barbosa Lima criou escolas em vários municípios do Estado, inclusive a Escola de Engenharia. Faleceu em 1931 (disponível em: <http://www2.pe.gov.br/web/portalpe/governadores>).
- ² BARRETO, Luiz de Gonzaga Braga. **Universidade do Recife**. Perfil das unidades no ano de 1946. Recife: EDUFPE, 1996.
- ³ Idem, p. 56
- ⁴ Ibidem, p. 57
- ⁵ Ibidem.
- ⁶ Ibidem.
- ⁷ O QUE É a Escola de Engenharia da Universidade do Recife. Recife: s/e, 1960.
- ⁸ MAIA, Newton. Apointamentos para a história da Escola de Engenharia. In: **Outras histórias**. Orgs. SIQUEIRA, Antônio Jorge; AGUIAR, Antônio Carlos M.; MONTENEGRO, Antônio Torres. Recife: Editora UFPE, 1995. pp.21-37.
- ⁹ s/a, op. cit.
- ¹⁰ BARBALHO, Arnaldo Rodrigues. A dissensão de 1958 na Escola de Engenharia de Pernambuco: greve e ocupação do prédio. In: **Outras histórias**. Orgs. SIQUEIRA, Antônio Jorge; AGUIAR, Antônio Carlos M.; MONTENEGRO, Antônio Torres. Recife: Editora UFPE, 1995. pp. 91-115.
- ¹¹ s/a, op. cit.
- ¹² O autor não apresenta outro indicador que dê credibilidade a sua afirmação. Além disso, não informa dados quantitativos desses que recorriam a esses veículos. Contudo, alguns dos líderes da greve, identificamo-los como burgueses e de classe média (BARBALHO, 1995).
- ¹³ LEMOS, Jonio Pereira. Jonio Pereira Lemos. **Engenheiros do Tempo**. Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco. Série Documentos. Recife: editora Universitária UFPE, 1995. p. 159
- ¹⁴ BALTAR, Antonio Bezerra. Antonio Bezerra Baltar. **Engenheiros do Tempo**. Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco. Série Documentos. Recife: Editora Universitária UFPE, 1995. pp. 29-63. p. 43
- ¹⁵ Idem. p. 47
- ¹⁶ NED apud RAMALHO, 1994, p.9
- ¹⁷ MAIA, op. cit.
- ¹⁸ Idem
- ¹⁹ RAMALHO, Walter Alves. **Olha a RIPA**. Fragmentos da Escola de Engenharia. Comemorativa do centenário da Escola de Engenharia. Recife; Editora Universitária, 1994. p.24
- ²⁰ Idem, p.61

- ²¹ COSTA, Norman B. A década de 50 e a Escola de Engenharia. A visão do Estudante. In: **Outras histórias**. Orgs. SIQUEIRA, Antônio Jorge; AGUIAR, Antônio Carlos M.; MONTENEGRO, Antônio Torres. Recife: Editora UFPE, 1995. p. 83
- ²² BARBALHO, op. cit.
- ²³ Idem
- ²⁴ Ibidem, p. 94
- ²⁵ NEVES, Claudio Luiz Dubeux. Subsídios para a história da Escola de Engenharia de Pernambuco período de 1960-1964. In: **Outras histórias**. Orgs. SIQUEIRA, Antônio Jorge; AGUIAR, Antônio Carlos M.; MONTENEGRO, Antônio Torres. Recife: Editora UFPE, 1995. pp.133-146.
- ²⁶ Idem, p. 141
- ²⁷ Idem.
- ²⁸ Ibidem
- ²⁹ BARBALHO, op. cit.
- ³⁰ RAMALHO, Walter Alves. Olha a RIPA. Fragmentos da Escola de Engenharia. Comemorativa do centenário da Escola de Engenharia. Recife; Editora Universitária, 1994. p. 31
- ³¹ BARBALHO, op. cit.
- ³² GUSMÃO FILHO, 1995
- ³³ BARBALHO, op. cit.
- ³⁴ Idem
- ³⁵ O Clube de Engenharia identifica que o mesmo assumiu o cargo de prefeito até 1918.
- ³⁶ BARRETO, Luiz de Gonzaga Braga. **Universidade do Recife**. Perfil das unidades no ano de 1946. Recife: EDUFPE, 1996.
- ³⁷ Cf. SANTOS, Evson M. M. e SILVA, Talita M. S. **O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário – 1946 a 1959**. Recife: EDUFPE, 2009. p. 47-62
- ³⁸ Parte das informações sobre Luis Freire foram extraídas do link do Departamento de Matemática da UFPE: http://www.dmat.ufpe.br/historia/boletim_do_ifm.htm
- ³⁹ MOTA e ALBUQUERQUE, Ivone Freire e HAMBUGUER, Amélia Império, 1988, p. 877
- ⁴⁰ Idem, p. 875
- ⁴¹ SIQUEIRA, Antonio Jorge. Engenheiros do social. In: **Outras histórias**. Orgs. SIQUEIRA, Antônio Jorge; AGUIAR, Antônio Carlos M.; MONTENEGRO, Antônio Torres. Recife: Editora UFPE, 1995. pp.201-215.
- ⁴² Idem
- ⁴³ Ibidem
- ⁴⁴ APUD MOTA e ALBUQUERQUE, Ivone Freire e HAMBUGUER, Amélia Império. Luiz Freire. **Ciência e cultura**, São Paulo, setembro, 1988, p.880
- ⁴⁵ Idem
- ⁴⁶ Ibidem, p.879
- ⁴⁷ LEMOS, Jonio Pereira. Jonio Pereira Lemos. **Engenheiros do Tempo**. Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco. Série Documentos. Recife: editora Universitária UFPE, 1995. p. 160
- ⁴⁸ A RIPA. Órgão crítico independente. Ano 1 No. 2, 1954. In: **Olha a Ripa**. RAMALHO, Walter (org.). Recife: EDUFPE, 1994. p. 63
- ⁴⁹ BALTAR, op. cit.



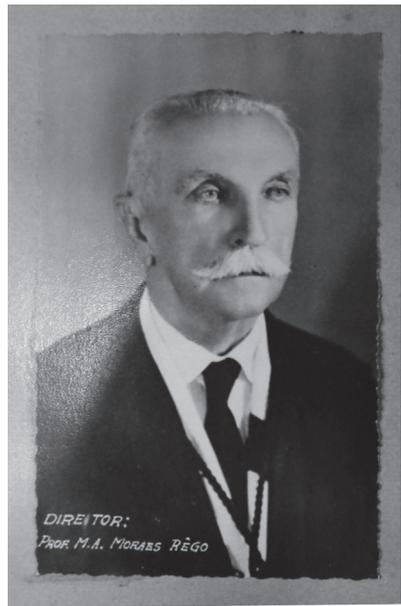
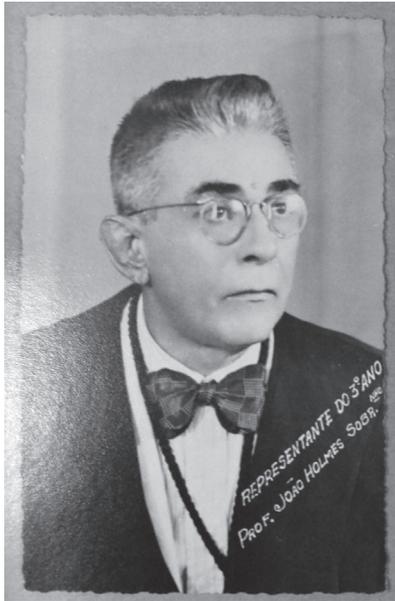
Arquivo pessoal de Jonio de Lemos

1ª Greve Estudantil da UFPE





1ª Greve Estudantil da UFPE



Arquivo pessoal de Jonio de Lemos

JORNAL PEQUENO

PARQUE

HOJE Matinée 2,40
 Soirée 7 e 9 horas

De volta, triunfante, o filme que causou as mais profundas emoções!

Gloria WARREN

mais uma vez, interpretando, como só ela sabe interpretar, a lindíssima canção de Ernesto Lecuona, "ALWAYS IN MY HEART", na película da WARNER



SEMPRE em MEU CORAÇÃO
com Walter HUSTON e Kay FRANCIS

SEGUNDA-FEIRA
Furacão Negro

MODERNO

HOJE -- 6 SESSÕES - 1 - 2,40 - 4,40 - 6
- 7,40 - 9 horas

Um verdadeiro sucesso do cinema nacional!

A CINEGRAFI-
CA SÃO LUIZ

apresenta :

Nelson VAZ
Madeleine ROSAY



Silvino NETO (O Pimpinela)
e Anselmo DUARTE em

Querida Suzana

Bicicleta
COM
TRES MARCHAS!

Impossível!!!



Vendas a vista e a PRAZO:
Manoel Pedro da Cunha & Cia. Ltd.
Rua S. João 531 -- Recife
Fone 6096 -- TELEG. DACUNHA

CONCESSIONARIOS  EM GARANHUNS

C I G A R R O S



Yolanda
N.º 500

APRECIADOS
POR TODOS!

CIA. DE CIGARROS *Souza Cruz*

Quando parti, jamais pensei que pudesse ser recebido, na volta, tão carinhosamente.

ACOLHIMENTO DOS PAULISTAS

S. PAULO, 23 (Meridional). Apoiá apreciável ao seu secretário, o sr. Ademar de Barros declarou ao sr. Washington a satisfação com que o recebe naquela casa onde o ilustre visitante vivera quando presidente de S. Paulo.

Inquirido sobre os seus futuros planos, o sr. Washington Luiz informou que pretende residir em S. Paulo, e acrescentou sorrindo: "Pois se é minha terra!" E acenou.

JULIO DE MELO
Secretário Geral

Recife, Terça-feira, 23 de Setembro de 1947

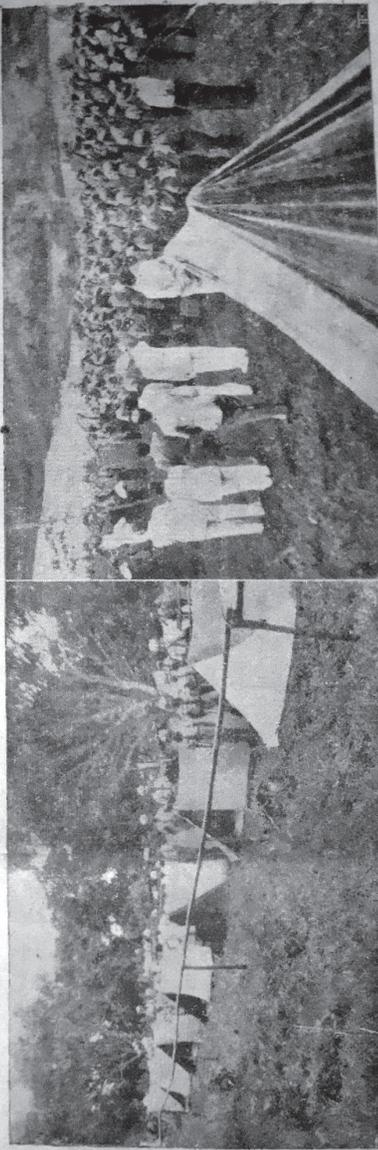
N.º 217

JORNAL PEQUENO

ORGAO INDEPENDENTE E NOTICIOSO

Fundador: THOME GIBSON

Demonstração de vitalidade do escotismo pernambucano



UM ASPECTO das cerimônias finais do concluse de chefes escoteiros. A ESQUERDA, uma vista de um dos sub-campos em que se dividiu o acampamento de 352 melitinos e capizes

O Ajuzi anual encerrou ontem, os seus trabalhos -- Comparcimento de autoridades

panção e a infitência que se cria de esperar. Pelo contrario, até sua averência e suas finalidades são

JORNAL PEQUENO 11-7-

TAÇA "FRED BROWN"

Cometa e Náutico, os vencedores da rodada de ontem

O campeonato oficial de basquetebol, no qual está sendo disputada a Taça Fred Brown, teve prosseguimento, ontem à noite, com a realização de duas interessantes partidas: "Cometa" x "Esporte", e "Náutico" x "Jet Clube".

As arquibancadas da quadra do estádio da avenida Rosa e Silva, local onde foram efetuadas as partidas, estavam completamente lotadas, destacando-se o elemento feminino.

Iniciando a noite de jogos os cestos estiveram em atividade os conjuntos do "Cometa Volei Clube" e do "Esporte Clube do Recife". O quadro rubro-negro, apontado como favorito, não confirmou seu favoritismo, sendo abatido pelo adversário.

Os rapazes do grêmio de Camarão Grande, desenvolvendo uma atuação mais destacada, conseguiram uma expressiva vitória sobre os defensores do clube da Ilha do Retiro, pela contagem de 14x11, vitória merecida e justa.

Na partida principal da noite de ontem, derrotaram-se os quintetos do "Clube Náutico Capibaribe" e do "Jet Club

peito dos esforços empregados pelos visitantes. Nessa fase os campeões de 1946, fazendo a-larde de sua melhor classe, passaram a exibir um padrão de jogo rápido e desconcertante, não dando treguas aos adversários que foram impotentes para deter as fulminantes jogadas do trio atacante dos locais. Quando o árbitro deu por encerrada a pelega, o marcador assinalava o escore de 49x23, a favor dos alvirrubros.

QUADROS E MARCADORES

NAUTICO: — Valter (4), Baby (3), Carlos Maurício (2), Dico (9), Renato (10), Jaime (15), Fiuza (4), Valdemar (2) e Olavo.

JET CLUBE: — Roberto, Felinto (2), Benoni (4), Guilherme (8), Donato (3), Arnobio (4) e Gladstone 2.

Campeonato de volei
Providências para os jogos de amanhã

BOA VISTA

SABADO:-
A's 2,30- 4,30- 6,30- 8,30

Duas horas de constantes gargalhadas com a mais impagável dupla medida na cidade do cinema!

Bud ABBOTT e Lou COSTELLO em **HOLLYWOOD**

Uma hilariante comédia da Metro

COED

SABADO:-

Humphrey BOGART Laureen em **A BEIRA DO ABISMO**

Uma das grandes da Warner na primeira série!

ELDORADO

SABADO :-

Humphrey BOGART Sidney GREENSTREET

na notavel pelicula da Warner Bros

TORRE

HOJE
MATINEE 2,40 SOIREE ANJO OU DR

..621 | pibaribe.

Amanhã, Nos Subúrbios

Atlântico x Locomoção, Iolanda x Guanabara, Tacaruna x Bahia e Farroupilha x São Paulo

A rodada do campeonato de amadores da segunda categoria, que será realizada amanhã, à tarde, apresenta em cartaz quatro excelentes partidas, sendo duas em cada zona.

O prêmio que envolve "Iolanda" e "Guanabara", no campo do primeiro, constitui, sem dúvida, a principal atração da rodada. O grêmio local que ostenta o título de campeão do primeiro turno, é apontado como favorito do empate, enquanto o "Guanabara" surge como uma séria ameaça às suas pretensões. Dai o grande interesse em torno do sensacional choque.

Na partida preliminar da zona sul, estarão em ação os quadros do "Atlântico" e do "Locomoção".

As demais partidas programadas para a tarde de amanhã, também estão despertando as atenções dos "lans" da zona norte, principalmente a que reúne os conjuntos do "Tacaruna" e do "Bahia", em que surgem os seguintes

2os., Florisvaldo Leal dos Santos

Horário: 9,40, para os 2os. quadros e 15,15, para os 1os., ambos com 10 minutos de tolerância.

Delegados: para os 2os. quadros, o representante do Estudantes e para os 1os. quadros, o representante do Oriental.

ZONA NORTE

Tacaruna x Bahia
Campo do Tacaruna
Juiz dos 1os. quadros, José Gomes da Silva.
Juiz dos 2os. quadros, José Barbosa de Albuquerque

Horário: 13,40, para os 2os. quadros e 15,15, para os 1os., ambos com 10 minutos de tolerância.

Delegado, o representante do Ateniense.

Farroupilha x São Paulo.
Campo do Agua Fria
Juiz dos 1os. quadros, Milton Gomes Farias
Juiz dos 2os. quadros, Alberto Augusto dos Santos

Horário: 13,40, para os 2os. quadros e 15,15, para os 1os., ambos com 10 minutos de tolerância.

Delegado, o representante do Agua Fria.

Carlos Duarte, Vicente Phelante e Luiz Dourado comunicam a transferência do seu escritório de advocacia para a Avenida 10 de Novembro, "Edifício Almare", 3.º andar, salas 301 e 302. Fone: 7044.

(1380)



ESPORTE x NÁUTICO — Sensacional sob todos os aspectos a partida em que se empenharam, ontem, as equipes do Esporte e do Náutico. Contra a expectativa dos "entendidos", os rubro-negros lograram um bonito triunfo, impondo o placard de 3x1 aos seus tradicionais adversários. O clichê mostra o goleiro Manuelzinho numa sensacional defesa. (Texto na 4.ª página).



VI Antecedendo a greve

A greve não surgiu num passe de mágica. Foi um processo paulatino, em que seus personagens não tinham conhecimento muito claro do seu desenlace, apesar de insinuar em possíveis enfrentamentos futuros. A partir de algumas informações das atas da Congregação e do Conselho Técnico administrativo e dos jornais, a greve poderia ter sido evitada, pois o problema com a cadeira de Física já vinha desde junho.

Apesar de a imprensa localizar a realização da prova de Física como estopim da greve, é possível deduzir que há muito tempo os conflitos emergiam nessa cadeira, pois, já em julho do mesmo ano, o Diretório convocava assembleia com estudantes dessa cadeira e série. A convocatória conclamava para a assembleia se realizar na “próxima segunda”, às 19 horas e externava a seguinte pauta: “O Diretorio Academico de Engenharia está convidando todos os membros desse órgão de classe, para uma reunião (...) a fim de tratar de assuntos particulares das comissões, embaixada do Congresso da UNE e *questões de interesse dos alunos matriculados na cadeira de Física da 2ª série*” (grifo nosso). Nesta mesma convocatória, informa-se que esta iniciativa da reunião é decorrente de um requerimento entregue ao Diretório, por um representante da 2ª série “convidando todos, os alunos matriculados na cadeira de Física da 2ª série (inclusive os dependentes) para uma assembléia geral a realizar-se às 19 horas no dia 8 do corrente, na Escola de Engenharia”¹.

Em agosto, os estudantes de Engenharia são convidados para uma reunião com o seu Diretório, em dias e horários diferentes, a qual teria como pauta o seguinte: os alunos inscritos na 5ª série do curso de Engenharia Civil, “a fim de deliberarem sobre assuntos gerais”, convocados para hoje (14) às 9 horas; e os alunos matriculados na 2ª cadeira de Física, para, hoje (14), uma reunião a se realizar às 14 horas, “a fim de tratarem de assuntos de máxima importância”². Uma semana depois, em 21 de agosto, os estudantes de Engenharia são convidados para uma reunião com os da 5ª série, às 16h30, “conforme requerimento de Zael Diógenes, secretário da Embaixada Moraes Rego”³.

Em 3 de setembro de 1947, no *Jornal do Commercio*, o Diretório Acadêmico de Engenharia convoca uma Assembleia para o dia 08 desse mesmo mês. Consta na convocatória a preocupação do Diretório com o desenvolvimento dos acontecimentos. Afirma a nota desta entidade que, “deante da iminência de acontecimentos que podem contribuir para uma modificação da maneira pela qual se vêm conduzindo as ‘démarches’ no sentido de se encontrar uma solução para o caso da 2ª cadeira de Física e, sobretudo, com a intenção de se assentar as bases de uma ação mais eficiente e enérgica”, convocam a todos os estudantes, “a classe em geral” e “seus membros”, para uma assembleia naquela data, segunda-feira, às 14 horas.

A convocatória apresenta-se com um intuito de mobilizar, pois os argumentos são expostos com a finalidade de sensibilizá-los. Isto não é comum neste tipo de nota naquela época. O *Diário de Pernambuco* (3 de setembro, p.5), por sinal, apenas informa a convocatória da assembleia, mas não expõe o seu conteúdo e motivação. Argumentam os estudantes sobre a “solidariedade da classe” e do “encarecimento do comparecimento” à assembleia, além de chamar o momento político do conflito “apoio às resoluções de emergência” devido à “exaustão” decorrente da postura da Instituição. O clima estava sendo preparado para um entrave ao professor Luiz Freire e a toda instituição de estudo. Possivelmente, eles já pensavam na possibilidade da greve. Assim, constituía a convocatória da assembleia:

“os alunos matriculados na cadeira em questão, certos do sentimento de solidariedade que caracteriza a classe, encarecem o comparecimento dos seus demais colegas, e o seu consequente apóio às resoluções de emergência que venham a ser tomadas, motivadas principalmente pelo processo de exaustão que os meios competentes vêm imprimindo ao julgamento do requerimento encaminhado por intermédio da D.A.E.”⁴

Esta assembleia convocada foi, certamente, decorrente da iniciativa dos estudantes diretamente envolvidos da 2ª série da cadeira de Física. Um dia antes da divulgação na imprensa da convocação desta assembleia, a “comissão encarregada da defesa dos interesses da 2ª série e os representantes desta série junto ao Diretório Acadêmico” convocaram os alunos matriculados nesta cadeira “a fim de tomar[e]m conhecimento da solução dada pelo Conselho Técnico Administrativo da referida escola ao requerimento que lhe foi enviado por intermédio do Diretório Acadêmico”.⁵

No dia 6 desse mês, noticiou-se uma reunião com todos os presidentes dos Diretórios Acadêmicos de Direito, Agronomia e Química, Medicina e Belas Artes. Todavia, o conteúdo da reunião não foi divulgado, e um diretório não estava presente, o de Engenharia.⁶

Dois dias antes da greve, ou seja, no dia 07 de setembro, os membros dos Diretórios, inclusive o de Engenharia, procuram a imprensa para pedir apoio “á campanha que ora estão fazendo os estudantes de engenharia contra o professor da 2ª cadeira de Física da aludida escola”. Continua a matéria afirmando que “os estudantes se prontificaram a publicar um manifesto através do qual levarão ao conhecimento do público a verdadeira causa da greve que fizeram contra o referido professor” e que “há possibilidade de toda a escola, dentro em breve em greve, como já o fez o segundo ano, até que seja dada uma solução satisfatória do caso”.⁷ O Diário de Pernambuco divulga, também, esta solicitação dos estudantes de apoio à “imprensa, da opinião pública e especialmente da classe universitária pernambucana”. Consoante a matéria, “esteve ontem, em nossa redação,

o estudante Antonio Hugo Guimarães, presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia, que se fez acompanhar de vários membros da diretoria daquele órgão de classe”. Conforme a matéria do jornal, o presidente do Diretório afirmou que, “examinada detalhadamente a situação, eu e demais membros do [D.A.E.] estamos unidos na solidariedade á justa causa dos nossos colegas da 2ª cadeira de Física”.⁸

No dia da greve, ou seja, 9 de setembro, o Jornal Pequeno divulga reunião ocorrida no dia 8, às 20horas, dos presidentes dos Diretórios estudantis que discutiram e deliberaram os seguintes assuntos: aplicação da taxa municipal cobrada aos estudantes nos cinemas da cidade no funcionamento do Ginásio Castro Alves; campanha dos Educandários Gratuitos; instalação de restaurante para os estudantes; transporte público; e a deliberação: “aos representantes de Engenharia foi emprestada solidariedade, por unanimidade, na campanha que vêm fazendo contra os abusos de um professor, naquela escola superior”.

Como vimos, e veremos mais adiante, os diretórios recorriam constantemente aos jornais para realizar suas ações e convocar as reuniões e assembléias. Este era um veículo importante neste meio social. Neste universo acadêmico, produziam-se políticos, governantes, administradores. A informação jornalística era importante na formação dos mesmos...e na dominação política. Não era a toa que as empresas jornalísticas, os deputados e senadores eram donos ou coproprietário deste meio. As disputas ideológicas chegavam, também, por este veículo. Os consumidores de letras se alimentavam desta informação do mundo, do Brasil e do local.

Mas, como estavam o Recife, o Brasil e o Mundo nesse período?

1. Enquanto a greve matura e a gente não chega lá, diversos fatos acontecem no mundo e no Brasil

No mundo

No primeiro semestre de 1947, vários conflitos sociopolítico-ideológicos ocorreram no meio estudantil. O tema ideológico estava em foco, sendo os movimentos de protestos e lutas associados aos “comunistas”, “infiltrados” e “instrumentalizadores”. Esse tema estará presente em Recife, na Universidade do Recife, e, particularmente, na Escola de Engenharia – veremos mais adiante. A própria fundação da Universidade expressou essa disputa ideológica quando Joaquim Amazonas e Edgar Altino fizeram discursos anticomunistas.

Os conflitos educacionais internacionais centravam-se mais nos estudantes em cena e, esporadicamente, os docentes, como nos EUA, em que transcorre a “maior greve de professores da história norte-americana” por reivindicação salarial e que 79 mil crianças ficarão sem aulas. Em Minnesota, em outro período, 80 mil ficaram sem aulas.⁹ Na Itália, os professores entram em greve reivindicando aumento de salários¹⁰ e na Inglaterra, estudantes assassinam docente.¹¹

Se no Brasil a greve é um dos principais recursos utilizados pelos estudantes para enfrentar a negociação dos contrários na China, a violência física, com até morte, decorre das ações dos estudantes chineses. O reitor da Universidade de Lighan faleceu devido ao espancamento infligido pelos estudantes.¹² Em maio, 5 mil estudante vão às ruas em Shangai e o governo faz um apelo para que os mesmos não sejam levados pelos comunistas, não sejam instrumentos de comunistas. Os estudantes disseram estar prontos para “um derramamento de sangue”.¹³ Os estudantes entram em greve na Universidade de Chiao Tung. A greve tem como motivo o fechamento dos cursos de construções navais, engenharia e outros.¹⁴

Já na França, os estudantes ameaçam entrar em greve caso o governo não volte atrás e desista de aumentar as taxas e reduzir os créditos¹⁵. Da mesma forma, os estudantes do Paraguai planejam uma greve geral de universitários e secundaristas. Os comunistas e os febristas são identificados como os líderes do movimento.¹⁶ Os estudantes do Paraguai, também, estão em greve “contra o general Morinigo, mantendo-se em greve todas as faculdades e escolas do paiz em represália á atitude do chefe do governo que determinou uma serie de medidas contra a liberdade estudantil, prendendo ainda o presidente da Federação dos Estudantes do Paraguai”.¹⁷

Da greve aos conflitos de ruas, violência policial, proibições de reuniões estavam em voga na Itália, em Portugal, em Bogotá e em Buenos Aires. Na Itália, Trieste, a Universidade de Trieste foi ocupada por estudantes que estavam contra a demissão do diretor Ângelo Camorata.¹⁸ Em Portugal, há forte conflito estudantil e de docentes com o governo Salazar. O governo proíbe a realização de reuniões estudantis, e estes desenvolveram protestos com comícios e pichações.¹⁹ Já em Buenos Aires, estavam proibidas reuniões públicas dos estudantes, em decorrência do estado de sítio, até que a Côrte Suprema restringiu essas proibições.²⁰ Em Bogotá, os estudantes são acusados de ‘vandalismo’ e de serem conduzidos “por elementos estranhos que procuram instigá-los a atos de vandalismo”.²¹

No Brasil

De forma sintética, podemos dizer que no Brasil, no campo estudantil, havia uma efervescência de lutas e organização: luta no Rio de Janeiro, acarretando uma greve bastante longa; tentativas de greve em Belém; e um acontecimento importante, em julho: o X Congresso da UNE. Este Congresso é matéria várias vezes com espaço bastante amplo. Percebem-se uma politização da entidade diante de temas e a busca do recurso artístico como forma de linguagem para pensar e criticar a sociedade vigente. Ao mesmo tempo, veremos instituições importantes, como as religiosas, buscando impor suas representações de mundo e de valores no seio dos estudantes, como, no Rio Grande do Sul, a recusa do arcebispo de re-

conhecer religiosamente a formatura dos estudantes – aqui, é possível detectar as tutelagens sobre a juventude em vários momentos, como já vimos anteriormente a simbólica da autoridade e da organização do Estatuto, como veremos em breve, as relações dos estudantes com os docentes, e em relação a organização dos Conselhos compostos dos catedráticos.

No Rio de Janeiro, em junho, expandido-se para julho de 1947, explode uma forte greve estudantil na Universidade do Brasil. Iniciou-se a greve contra a cobrança de taxa e, depois, explodiu novamente porque seu diretor, da Faculdade Nacional de Filosofia, o pernambucano Carneiro Leão²², colocou zero em todos os grevistas por não comparecerem à prova no período da greve. Em 22 de junho, a matéria informa que o reitor da Universidade “recomendou disciplina”; “e quanto à realização de novas provas, deixaria ao critério do diretor que marcou zero, em vez de novas provas, como os estudantes esperavam”²³. Já existem 12 Faculdades em greve. A Faculdade de Medicina fará sua assembléia e decidirá se entrará em greve²⁴. O Conselho decide se reunir e já existem 14 escolas em greve.²⁵ Tendo em vista esta reunião, a imprensa já anuncia o fim da greve; o que não aconteceu²⁶. Um dia após esta reunião, os estudantes visitam os jornais e se posicionam por continuar em greve; um voto de repulsa aos professores Carneiro Leão, por ser o principal motivador da greve com sua intransigência, Raul Bittencourt e Faria Góis, pela sua participação no Conselho; e um voto de “congratulação e louvor” aos professores “Otavio Catanhede” e “José Grabois”.²⁷

Em julho, o Congresso Nacional interfere no processo de greve propondo a criação de uma lei especial que regulasse a realização das provas: “os estudantes que tiveram nota zero na prova parcial a que não compareceram fariam exame em junho; e a prova parcial de junho seria realizada em julho”. O ministro Clemente Mariani recebeu uma comitiva dos estudantes.²⁸ Apesar de no dia anterior a manchete indicar o fim da greve, no dia 2 de julho, os estudantes de 12 escolas em greve, fazem “gigantesca passeata” e em seus cartazes diziam: “carneiro ou leão, sossega”. Eles se dirigiram à Câmara dos Deputados e conversaram com os deputados.²⁹ Os estudantes divulgam que a greve pode “vir [a] tornar-se num movimento nacional” e questionou, “desmentindo as notícias veiculadas,

indicando que o movimento não tinha mais razão de ser”. Apesar do compromisso da Câmara de resolver com uma lei de emergência, na assembleia, a palavra de ordem é “não debandar”.³⁰ Em reunião na Faculdade de Arquitetura, os presidentes dos diretórios “não concordam com o desejo do professor Carneiro Leão, de renunciar ao seu cargo de diretor da Faculdade de Filosofia”³¹. No dia 9 de julho, ainda continuam em greve 15 mil estudantes, informa nota do jornal³².

Em Belém, os estudantes ameaçam entrar em greve; motivo não informado. Os estudantes de Medicina entram em conflito com vários professores.³³

Entre os dias 15 e 20 de julho³⁴, realizou-se o Congresso da UNE que tinha como temas: ensino gratuito obrigatório, barateamento do livro em cinquenta por cento, diversões, condução, reforma no ensino superior, criação de teatro, oficialização dos estudos teatrais nas escolas secundárias e patrocínio do governo a grupo de amadores estudantis³⁵. Uma outra matéria destaca que “ele se realizará sob o signo da cultura, pois serão abordados principalmente problemas de ordem educacional e cultural”. A matéria destaca que o Congresso “pleiteará a melhoria de habitação e alimentação para os estudantes”³⁶. O Congresso da UNE se realizará na sede da UDN.³⁷ O presidente de honra do Congresso foi o professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Alberto Deodato, que clamou como tema do Congresso defesa da democracia. Pela UNE, saudou o estudante José Bonifácio Nogueira.³⁸ A delegação da Bahia propôs “autonomia do mecanismo dos diretores de educação do país, desligando-se do poder executivo”, “reforma no quadro do magistério primário e secundário”, “proteção aos estudantes contra a exploração, processando-se o comércio do livro” e “sistematização do ensino em bases racionais”.³⁹

A UEP convida os estudantes que forem participar do Congresso para uma reunião a se realizar às 19 horas na Faculdade de Direito (1947, p.6). Matéria específica sobre o Teatro Universitário a se apresentar no X Congresso da UNE é tema de jornal, particularmente com uma das atrizes universitárias, Geruza Camões.⁴⁰

Um dos outros temas tratados pela imprensa foi um conflito religioso com os estudantes na sua formatura. Em Porto Alegre, a Igreja tenta interferir na

formatura dos estudantes, mas não consegue. O arcebispo não benzeu as espadas dos estudantes militares do CPOR porque os mesmos tinham realizado um baile de formatura anteriormente, e ele era contra bailes. Os estudantes de medicina realizaram o baile mesmo sem a bênção do arcebispo.⁴¹

Percebemos, tanto ao nível internacional quanto nacional, uma efervescência político-ideológica no meio educacional que alimentava este segmento no mesmo período que se mobilizavam os estudantes em suas entidades e sobre a cadeira de Física. Vejamos agora, este clima político na cidade do Recife.

2. Enquanto a greve matura, e a gente não chega lá, diversos fatos acontecem em Recife

Aspectos políticos

Um dos temas com eco na sociedade brasileira e no mundo que repercutirá na Universidade do Recife, particularmente, na Faculdade de Direito e na Escola de Engenharia, é o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 7 de maio de 1947 pela Resolução nº 1.841. Tema este em que nos deteremos mais detalhadamente devido a importância político-ideológica que se desenvolverá. O que significa dizer que os ânimos, no que se refere a este tema, estavam exaltados. O Diário de Pernambuco acompanhou a assembleia estudantil e no dia 18 de maio estampou como título: “Repercussão do fechamento do P.C.B. na Escola de Engenharia”.⁴²

Antes de tratarmos sobre esta assembleia, merecem uma atenção maior, algumas narrativas sobre este acontecimento, pois já estamos no governo do General Dutra, que irá emitir o Decreto de fundação da Universidade, sendo o primeiro presidente eleito pós-Estado Novo e um anticomunista fervoroso.⁴³

Filho de militar, seu pai participou da guerra do Paraguai, fazendo carreira no Exército, chegando a Capitão Honorário. Dutra sempre foi um homem da or-

dem, com exceção de um momento em que se opôs à vacinação obrigatória. Ele, em 1922, 1924 e 1930 ficou ao lado dos governos, combatendo militarmente os levantes, e participou do massacre à comunidade do Caldeirão, com argumentos de que existiam comunistas infiltrados, chegando a morrer um mil civis.

Na segunda guerra mundial, Dutra toma o partido da Alemanha, apesar de, no transcorrer da guerra, busca a fortalecer o Exército, tirando proveito dos EUA, também. Ele é acusado de germanófilo pelo General Manuel Rabelo, pró-EUA, nas hostes do governo de Getúlio.

No Estado Novo, sempre foi um ardoroso combatente dos comunistas no País, e, em sua presidência, mais ainda. Cassou o mandato dos deputados e senadores comunistas, fechou o Partido Comunista e a Juventude Comunista. No Congresso, 170 deputados foram favoráveis e 70 se opuseram ao fechamento. Dois meses após sua posse, em 15 de março, suspende o direito de greve. Outras medidas ainda foram tomadas, no transcorrer de seu mandato: suspende e intervém nas eleições sindicais e fecha o Movimento da Reunificação dos Trabalhadores (MUT)⁴⁴

Dutra gostava do pensamento de Caxias que dizia: “É preferível cometer uma injustiça a tolerar uma desordem”. Afonso Arinos o classificava como pessoa que tinha “fobia extremada” aos comunistas. Foi um dos articuladores do golpe militar de 1964 e chegou a ser ventilado como um dos nomes que assumiriam a presidência do País, neste golpe.

É com este presidente da República, e nesta conjuntura político-ideológica, que se realizará a assembleia dos estudantes de Engenharia, antecedendo à greve.

O Diretório de Direito, em reunião extraordinária realizada no mês de maio, delibera “tomar conhecimento do apoio dado à sua atitude em relação ao fechamento do Partido Comunista do Brasil, decisão tomada pelos estudantes de Direito em assembleia geral extraordinária”⁴⁵. O Diretório da Escola de Engenharia convoca uma assembleia. Ela foi bastante disputada e os argumentos eram os mais variados para defender a democracia, permitindo o direito da diversidade de opiniões e existência; os favoráveis ao fechamento utilizaram os mesmos ar-

gumentos, em defesa da democracia, para concordar com o fechamento do Partido Comunista. A assembléia decide, por 63 votos contra e 47 favoráveis, pelo “não pronunciamento da assembléia pelo fechamento do Partido Comunista do Brasil”. Até chegar a esta decisão, a polêmica político-ideológica estabeleceu-se durante toda a sua realização. É o que veremos agora.

O presidente do Diretório, João José Rodrigues, abriu os trabalhos e, logo em seguida, o acadêmico José Augusto de Almeida pronunciou-se sobre o assunto. Reconhece a existência de um novo conceito “moderno de democracia” e que já está consolidado pelas Nações Unidas, “a garantia da pluralidade partidária, a garantia do livre pronunciamento e da equitativa representação nas Câmaras Legislativas, de todos os setores da opinião pública”. Para este estudante, conforme a matéria, “a Democracia, queiram ou não queiram os democratas de opereta, foi ferida, em seu conceito e em sua prática, com o recente fechamento de um partido político (...), o que equivale ao amordaçamento de uma porcentagem ponderável da opinião nacional”. Apesar de tomar essa leitura política, este estudante não propõe “um protesto contra a decisão do T.S.E. Reconheço, como todos, a autoridade do judiciário. Quero apenas uma declaração de que não estamos de acordo com a a medida, simplesmente porque só compreendemos uma Democracia com a pluralidade de partidos que lhe é inerente”.

Já o estudante Armando Monteiro Filho concorda com a medida do TSE e afirma que não podemos nos opor porque a medida desta Instituição é decorrente da Constituição democrática e construída por todos. Ele interfere constantemente na fala de um outro estudante, conforme a matéria, contestando-o: “o colega quer então protestar contra a constituição”; “o colega deve então protestar contra os deputados que a elaboraram”; “deve então o colega protestar contra o povo brasileiro que os elegeram”.

O presidente da UEP propõe “SILENCIARMOS. Silenciarmos não por covardia nem pela frieza do apoliticismo acadêmico contra o que tanto aliás tenho me batido. Penso nesse ponto como meu nobre colega José Augusto”. Este silenciamento é “sinal de respeito e acatamento áquilo que não é força nem prepotência, não é exército nem executivo. É lei. É justiça. É honestidade. São os

nossos encarnecidos juízes no sacerdócio de suas funções. É o S.T.E”.

Já o estudante José Gelásio é contrário a este posicionamento e advoga que “agora era impossível silenciarmos, pois que havia sido ultrajada a democracia brasileira”. Esse autor esclarece que não é comunista e que defende “uma democracia evangélica, compatível com seu espírito cristão”.

Mario Vilela, um dos candidatos na chapa do Diretório de Engenharia, afirma categoricamente que é “contra o fechamento do Partido Comunista Brasileiro”. Ele explica o porquê de ser contra, pois é “um passo dado”, “um caminho aberto”, para “extinguir o nosso regime democrático”.

José Rildo concorda com Armando Monteiro e “reitera o ‘ridículo de uma eventual demonstração de discórdia da decisão do TSE””.

Após essas e outras argumentações, a assembleia decidiu, como já apontamos logo no início do tema, não aceitar tomar conhecimento do problema, e, conseqüentemente, o Diretório não deve se posicionar sobre o ocorrido.

Se essa questão que acabamos de abordar fez parte das preocupações estudantis da engenharia, outra, o seu diretório acadêmico, se fez mobilizar e reagir à interferência do reitor Joaquim Amazonas nas sucessões eleitorais estudantis. Este conflito se fez presente, em debates, na reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Escola de Engenharia. A ingerência por parte das administrações do ensino superior e da Universidade do Recife nos Diretórios Acadêmicos era comum. Não havia um reconhecimento da autonomia destas entidades – veremos mais adiante.

Em junho, um conflito se estabelece entre os Diretórios e o Reitor Joaquim Amazonas. Este procura justificar, em carta à imprensa, que não interfere ou se intromete nas eleições e caminhos dos Diretórios. Conforme ele, “não interveio, não procurou nem procurará intervir nas deliberações e eleições dos [D.As] das várias Faculdades”. Em resposta a uma carta publicada pelo Diretório de Engenharia, esclareceu que foi procurado em sua residência por dois estudantes e, após, em seu gabinete, por uma comissão, para se discutir sobre as regras de sucessão nos diretórios acadêmicos. O Reitor disse que os regimentos estudantis

precisam se adaptar ao Estatuto da Universidade. “Interpelado pela comissão que o procura ouvir”, expondo a matéria, “o reitor declarou que o reconhecimento ou não do Diretório Acadêmico de cada Faculdade ou Escola cabia ao respectivo Conselho Técnico; e que só o Diretório Central tinha o reconhecimento dependente do Conselho Universitário⁴⁶.

Conflito semelhante acontece com o Diretório da Faculdade de Ciências Econômicas no mês de maio, segundo nota oficial publicada pelo referido Diretório. O diretor não reconhece ou cria dificuldades para reconhecer presidente do Diretório Nivaldo Landim com o argumento, conforme o Diretório, de que a diretoria não tomou conhecimento do processo legal da eleição. O Diretório argumenta que a eleição foi presidida pelo Prof. Dr. Manuel Aroucha, e que aquele estudante foi eleito conforme a Lei e o estatuto do Diretório. O diretório desqualifica continuamente o diretor por ele ser formado em Contabilidade, e o mesmo não deveria assumir esta função por ser formado neste curso.⁴⁷ Em 11 de maio, matéria comunica que este Diretório enviou ao ministro da Educação um telegrama que denunciava o diretor desta Faculdade por suspender por sessenta dias vários estudantes que apoiaram a nota publicada, aprovada em assembléia no dia 05 de maio. Pedem intervenção do Ministro, esclarece a nota do telegrama, “a fim de não ficarem obrigados a requerer mandado de segurança”. O Diretório informa, também, que o curso se encontra em greve e só pretende encerrar a greve “quando aquele diretor for afastado da função”⁴⁸.

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Commercio ao tomar conhecimento do incidente entre o Diretório da Faculdade Econômica e o diretor da Faculdade, Hermes Joven da Silva, não o reconhecendo como presidente do Diretório, “resolveu hipotecar a sua solidariedade aos colegas daquela Faculdade e ao mesmo tempo protestar contra a maneira incivil daquele senhor”⁴⁹.

Um tema com bastante tom político foi a criação de bolsa escola, iniciativa que foi criticada por se afirmar como eleitoreira por parte de Etelvino Lins. Por irregularidades diversas, várias bolsas foram canceladas⁵⁰. Foi constituída uma comissão de revisão de bolsas, a qual apurou os seguintes casos: “sonegação de

renda; omissão de dados relativos à família; ausência de documentos essenciais; informações falsas; atestados sem despacho da autoridade competente; duplicidade ou triplicidade de requerimento para o fim doloso de obtenção indevida de mais de uma bolsa; petições não assinadas; petições não datadas ou entregues de fora de prazo regulamentar; atestados gratuitos; declarações deficientes; informações inexatas e até jocosas do Serviço Social contra o Mocambo”⁵¹.

Um tema mobilizava bastante os estudantes: o petróleo nacional. Dois dias após as reuniões de presidentes dos Diretórios e um dia antes da deflagração da greve, o Diretório de Direito promove reunião para organizar debates sobre os temas sociais, econômicos e políticos, tendo como um dos pontos, o petróleo. Reuniram-se na Faculdade de Direito, além dos Diretórios, a UEP (União dos Estudantes de Pernambuco) e a UESP (União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco). Conforme a matéria, como “o primeiro tema desses debates, será estudado o problema do petróleo assunto que apaixonava atualmente a opinião brasileira”. Conforme esta mesma matéria, os estudantes já se dirigiram ao general presidente do Clube Militar, no Rio, solicitando “as ‘plaquetas’ das conferências ali pronunciadas pelos generais Juarez Távora e Horta Barbosa, depoimentos que constituem a base das atuais discussões sobre aquele assunto”⁵². A questão da “nacionalização total ou parcial do capital a empregar” era um dos pontos a serem discutidos nesses debates. Em agosto, o Diretório de Direito envia o estudante José Rafael de Menezes a São Paulo para participar de palestra sobre o petróleo, patrocinado pelo Diretório Acadêmico de Direito⁵³.

As reuniões e as eleições dos discentes e docentes

O primeiro semestre e o início do segundo de 1947 foram de realizações de eleições das entidades estudantis, posses e de reuniões dos diretórios e assembleias da categoria, além dos docentes; conflitos, disputa e agitação de rua. Os docentes, em agosto, conclama a categoria para uma “reunião de importância”, em local e horário de “costume”⁵⁴. Um dia após este anúncio, 13 de agosto, o Diretório de Agronomia e Química convoca os estudantes para uma assembleia

porque “serão tratados assuntos de importância”⁵⁵. Nesse mesmo mês, dia 22, o DCE convida para uma reunião, a se realizar às 15 horas, na Escola de Belas Artes, com “todos os componentes da administração desse Diretório e os representantes das Escolas”⁵⁶.

No início de maio, realizou-se a eleição da UESP, entidade secundarista, em que, possivelmente, a comissão eleitoral impugnou as urnas do colégio Marista⁵⁷.

Da mesma forma, o D.A. de Direito realiza sua eleição e a matéria destaca que “foi muito movimentado o pleito ontem disputado” e que saiu vitoriosa a chapa “anti-estadonovista”, encabeçada pelo estudante Felipe Gomes que teve apoio da “equipe a que pertenceu Demócrito de Souza Filho e que tão destacada atuação desenvolveu na campanha de redemocratização de 45”. A matéria identifica, também, a base de sustentação desta chapa, identificando seus apoiadores: Paulo Rangel Moreira, Murilo Costa Rego, José Inojosa, Odilon Ribeiro Coutinho, Jorge Carneiro da Cunha⁵⁸. Dois dias após, o candidato derrotado na eleição, Helio Dantas, reage à denominação de que sua chapa era “estadonovista”, pois, logo quando ingressou nessa Faculdade, ele combateu o regime que estava instaurado no país. Inclusive, “fomos quatro vezes presos na Secretaria de Segurança, juntamente com outros colegas e depois processados, indo ter às barras do Tribunal de Segurança Nacional”. Ele relata este fato e outros, não por vaidade, mas para “desmascarar aqueles que, por má fé ou ignorância de nossa vida de luta acadêmica e política, acoimaram indiretamente nossa chapa de estadonovista”⁵⁹.

Em 8 de maio, é a vez de o Diretório de Agronomia e Química realizar sua posse, em Dois Irmãos, comparecendo o diretor desta Escola, “dr. Vasconcelos Sobrinho, dr. Manoel de Castro, presidentes de diretorios e numerosos estudantes de nossas escolas superiores”. No momento da posse, o ex-presidente do Diretório, Lindalvo Farias, “fez a entrega de prêmios e diplomas aos vencedores do concurso de trabalhos escolares”⁶⁰.

A Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Medicina realizou sua eleição, que “decorreu fraternalmente e com a presença de elevado número de

alunos”, e o estudante José Alexandrino Filho, “elemento de grande prestígio e uma figura capaz de provocar o soerguimento da entidade que passa a dirigir”, foi “aclamado pelos colegas, pronunciou um vibrante discurso, quando traçou seu programa”⁶¹.

Em 22 de agosto, o DCE da Universidade convida os seus membros e os representantes das escolas a se reunirem na Escola de Belas Artes, às 15 horas, tendo como pauta discutir “assuntos importantes”.

Em 5 de setembro, a comissão organizadora da Embaixada Governador Faustino Albuquerque da Escola de Engenharia convoca uma reunião com os estudantes do 4º ano para “tratar de assuntos relativos á excursão a Fortaleza”⁶².

O Diretório de Medicina, em 3 de junho, realizou a sessão de posse da nova diretoria e estiveram presentes “à solenidade todos os alunos eleitos, estudantes e professores”⁶³.

Aspectos sócio culturais

Não somente de política tratavam os estudantes antes da deflagração da greve, pois se mobilizavam para ações solidárias em defesa de bolsas estudantis, campanha de saúde pública e embaixadas, realizações de debates político-culturais, confraternização, como a da Escola de Belas Artes para a comemoração da festa de aniversário. O Diretório Acadêmico desta Escola organizou uma festa comemorativa que se prolongou até as 21h, tendo início às 19h, com participação de “estudantes de todas as escolas da Universidade, bem como de convidados especiais”.⁶⁴ A Escola organizará, no dia 25 de agosto, às 20 horas, no salão nobre da Escola uma “sessão solene”, na qual falarão Antonio Bezerra Baltar e o acadêmico Altino Ferreira das Neves.⁶⁵ O professor Heitor Maia Filho é homenageado no dia 21 de agosto, às 20 horas, com a aposição de um quadro de retrato a óleo e, no salão nobre, uma sessão solene, com os discursos de João Alfredo e Mario Nunes.⁶⁶

Em 7 de junho, uma turma de formatura de Direito, em reunião delibera sobre a mesma, e escolhe o seu paraninfo, Soriano Neto; Luiz Delgado, Genaro

Guimarães e Mario Souza são os homenageados e o orador da turma foi Odilon Ribeiro Coutinho. As turmas ficaram representadas, do 5º ao 1º ano, respectivamente por: Loreto Filho, Edgar Altino, Aníbal Bruno, Samuel Mac Dowell e Murilo Guimarães. A matéria destaca que o espírito dessa turma é o mesmo que esteve “à frente da luta pela redemocratização do Brasil em nosso Estado”.⁶⁷

Era de praxe a realização de trote nos calouros. Os estudantes de Engenharia, os calouros, eram obrigados a desfilar em “ordem unida” pelas ruas de Recife, do Hospício, da Imperatriz e da rua Nova, cantando “mamãe eu quero”, logo após a realização da prova de admissão, e seguiram até o Diário de Pernambuco. As estudantes fizeram “ardentes e apaixonadas declarações de amor aos ‘feras’”, finalizando com discursos dos estudantes em frente ao Diário – com direito aos chopps, pagos pelos feras aos veteranos.⁶⁸

Os Diretórios preocupavam-se, também, com as condições de sobrevivência dos estudantes, como o Diretório de Medicina que estava empenhado em conseguir de “particulares ‘bolsas acadêmicas’, a fim de minorar a situação de inúmeros estudantes pobres que desejam cursar aquela Faculdade”⁶⁹.

Em julho, de 20 a 28, realiza-se em Recife o III Congresso Médico-Acadêmico interestadual, que tem como tema, amebíase: “o certame, que vem despertando interesse e conta com o apoio das autoridades do Estado, terá como presidente e vice-presidente de honra os profs Oscar Coutinho e Otávio de Freitas”.⁷⁰

Um dos temas não muito favoráveis aos estudantes foi o das embaixadas estudantis, que faziam visitas a órgãos diversos, públicos e privados, solicitando apoio financeiro para alguma atividade acadêmica. Um articulista do Diário critica duramente os estudantes que recorrem a esse expediente para angariar recursos financeiros. Para ele, há estudantes “especialistas” em “golpe e “cavações” e, através dos diretórios das escolas, “prestariam bom serviço”, publicariam seus nomes “para conhecimento de todos”. Não estudam, não frequentam aulas, apenas se matriculam, afirma o articulista⁷¹. A Faculdade de Agronomia e Química, buscando combater essas práticas, divulga nota segundo a qual os estudantes des-

ta Faculdade “levarão um documento autenticado pela diretoria”, visando “evitar exploração por parte de indivíduos inescrupulosos”.⁷²

Os Diretórios Acadêmicos de Engenharia e Medicina, em agosto, encamparam a luta contra a tuberculose, organizando uma “sessão extraordinária”, em que fará palestra o professor Vicente Ferreira Pinzon sobre a “Primeira Semana anti-tuberculose de Pernambuco”⁷³. Foi destaque na imprensa este tema – o que certamente sensibilizou os diretórios acadêmicos acima. Nelson Chaves é um dos entrevistados sobre o tema. Este pesquisador e professor, reconhece nas consequências sociais o problema da tuberculose. Ele alerta que morrem muitos em decorrência desta doença. Entre elas: “Em primeiro lugar, o baixo nível econômico do povo, acarretando a subalimentação, a ignorância, a promiscuidade em habitações anti-higiênicas, a falta de educação sanitária e afluência de grande parte da população dos campos para a cidade”. O cientista alerta que o principal causador dela são a subalimentação, proveniente da monocultura da cana em detrimento da agricultura de subsistência, a precariedade das estradas e a falta de pesquisas científicas.⁷⁴

O 120º aniversário da Faculdade de Direito foi comemorado durante vários dias com diversas atividades, entre elas, realização de uma Missa no Mosteiro de São Bento, visita ao salão da biblioteca do Mosteiro, “local onde foi dada a primeira aula de Direito”, seguidas de discursos do professor Mario Pessoa e dos acadêmicos Carlos Maciel e José Meira. Na Faculdade de Direito realizou-se um almoço às 12 horas. Às 20 horas, houve uma sessão solene, comparecendo autoridades do Estado, professores, estudantes e famílias.⁷⁵

Se a Faculdade de Direito realiza atividades de seu aniversário, a Faculdade de Medicina divulga concurso para os estudantes do 6º ano de Medicina, “Prêmio Gouveio de Barros”, instituído pela empresa Laborterápica S/A, estabelecendo premiação e tendo como tema “Vitaminas em todos os campos da terapeutica”. A comissão julgadora será composta por docentes da Faculdade.⁷⁶

O Diretório Acadêmico de Direito, em agosto, promove várias atividades de debates com temas e palestrantes diversos: sobre a vida cultural, política e econômica da França, com Lucien Pouessel, adido deste País; sobre os planos atuais

e futuros da Universidade, com o professor Joaquim Amazonas; sobre cultura, com o diretor da Diretoria de Documentação e Cultura, Césio Rigueira Costa; realização de um curso de sociologia, “absolutamente gratuita”, com o professor Luiz Delgado; sobre a posição social da Igreja, com o frei Romeu Peréa; curso de Geografia Econômica, com o professor Lucien Pouessel.⁷⁷ Além de debates acadêmicos, em 13 de junho, esse Diretório organizava cursos de música clássica, sobre os músicos Bach, Beethoven, Stravisnki, no Círculo Católico.⁷⁸

A literatura e a poesia são, também, atividades deste Diretório, que convida Oscar Mendes, pernambucano, para conferência sobre a temática “Alguns poetas mineiros”, presidida pelo acadêmico Marcelo Pessoa⁷⁹. É destaque, também, a presença do estudante carioca Dalmo Gaspar, ator do “Teatro do Estudante do Brasil” que visita o Recife em 13 de agosto.⁸⁰

Em 23 de agosto, o Diário expõe uma matéria sobre viagem do presidente do D.A. de Direito, Felipe Gomes, que realizou ao Rio de Janeiro, com a seguinte intenção: participar do X Congresso da UNE e solicitar apoio ao governo federal para a viabilização do restaurante universitário a dois cruzeiros. Este representante comenta sobre a questão do restaurante: “uma das maiores vitórias, talvez a maior para os estudantes pernambucanos, foi o apoio que conseguimos do diretor do S.A.P.S. para a instalação em breve de um restaurante daquela entidade para os estudantes, Faculdade de Direito do Recife”. Indagado pelo jornalista se dava para confiar na efetivação deste compromisso, Felipe Gomes responde: “Tudo indica (...) E assim teremos refeições ao custo de Cr\$2,00, como as oferecidas pela [UNE], no Rio, em cooperação com aquela autarquia. Irá causar surpresa a muita gente ver na mesa um copo de leite, carne, pão, verdura, legumes, frutas e, no final de contas, só pagar a pequena quantia de DOIS CRUZEIROS”. Ele complementa sua alegria e confiança com o representante daquela autarquia: “Desejo salientar a boa vontade com que o major Humberto Peregrino nos recebeu e encarou a solicitação de nosso pedido”. Além desse tema, foram tratadas na matéria as atividades que o D.A. de Direito está desenvolvendo: criação de uma revista mensal, promoção de encontros literários e concurso de monografia sobre Castro Alves⁸¹.

Visando à formação dos estudantes, o D.A. de Direito, em 27 de agosto, organiza visita à Penitenciária Agrícola de Itamaracá como parte dos estudos culturais e jurídicos. “Nela tomarão parte 60 alunos da Cadeira de Direito Penal, alguns dos quais serão designados pelo Diretório para apresentar trabalhos sobre o que for observado”, afirma a matéria. Uma comitiva de professores foram designados, entre eles, Barreto Campelo, Evandro Muniz e os srs. Césio Regueira Costa e Abelardo Jurema⁸². Já os estudantes e professores da Politécnica fazem sua excursão para a cachoeira de Paulo Afonso presidida pelo seu diretor Jaime Oliveira. Essa comitiva visa, também, passar por Petrolândia “a fim de cumprimentar o presidente da República”⁸³.

A participação de estudantes brasileiros, inclusive de Pernambuco, nos EUA e no estado de Luisiana é destaque na imprensa. A delegação brasileira a este país é um convênio de curso de verão sobre inglês e economia doméstica. Há mais de 140 estudantes latino americanos participando deste curso⁸⁴. Há destaque, também, na visita de um estudante pernambucano que retorna, em férias, dos Estados Unidos, onde estava realizando um curso de Engenharia, e volta impressionado com a “capacidade de produção do povo americano”. O estudante chama a atenção de quanto o governo valoriza o ensino superior, o que pode parecer estranho ao Brasil.⁸⁵

No dia 9 de setembro, ocorre uma reunião dos presidentes dos Diretórios⁸⁶ que ficou deliberado a realização de um concurso de Miss Universidade. Ficou marcada para o dia 27, a eleição da ‘Rainha dos Estudantes’.⁸⁷

Vimos que os diretórios estudantis desenvolviam diversas atividades sociais de seminários sobre literatura, campanhas de saúde e de economia do desenvolvimento (petróleo), atividade curricular, seminário sobre música, trotes nos calouros e, também, como veremos agora, concurso de miss universitária. “A festa da Cinderela” foi realizada no sábado, às 21 horas, no Clube Internacional. As estudantes das Escolas de Engenharia, de Medicina, de Direito, de Química, de Ciências Econômicas e de Belas Artes estavam inscritas e disputando o título de miss. A promoção deste evento é do Diretório Acadêmico de Direito com a

finalidade de beneficiar a Campanha dos Ginásios Populares.

A vida social-acadêmica era bastante intensa, patrocinada por eles mesmos, além das próprias atividades culturais que a sociedade de massa em formação no Recife e já consolidada no ocidente, realizava como peças de teatro (Santa Isabel), cinema (o do Parque, o Moderno, o Boa Vista), jogos de futebol (Esporte, Náutico, Íbis, Santa Cruz), basquetebol (Cometa x Esporte; Náutico x Jet Clube – sendo vitoriosos o Cometa e o Náutico), jogos de segunda categoria realizados nos subúrbios (Atlântico x Locomoção; Iolanda x Guanabara; Tacaruna x Bahia; Farroupinha x São Paulo), natação (o Náutico liderando a disputa), escotismo.

Por outro lado, no mundo, os conflitos e lutas dos atores educacionais agitavam os temas dos jornais. Da mesma forma, no Brasil, uma longa greve no Rio de Janeiro, que teve como pivô o pernambucano liberal Carneiro Leão, foi, certamente, inspiração aos estudantes da Universidade.

Além disso, o primeiro semestre de 1947 foi concorrido em eleições e posses dos Diretórios Acadêmicos do Ensino Superior e dos secundaristas, o que possibilitava discussões de diversos temas e climas eufóricos dos vencedores; inclusive do Diretório da Faculdade de Direito que foi polarizada entre os defensores do Estado Novo e os seus contrários – pelo menos é a leitura de um dos grupos que disputava o processo eletivo (inclusive Paulo Cavalcanti, em suas memórias).

É neste cenário, em movimento dinâmico, cultural, social, ideológico e político que acontecerá e emergirá a greve com toda a sua força unitária por parte dos estudantes e com forte apoio dos jornais comerciais e do Partido Comunista do Brasil, a Folha do Povo.

Notas

- ¹ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Diretório Acadêmico de Engenharia. Recife, 05 julho de 1947, p.6.
- ² Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Escola de Engenharia. Recife, 14 de agosto de 1947, p.5.
- ³ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Diretório Acadêmico de Engenharia. Recife, 21 de agosto de 1947, p. 6.
- ⁴ DIRETÓRIO ACDÊMICO de Engenharia. **Jornal do Commercio**, Recife, 03 de setembro de 1947, p.10.
- ⁵ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Diretório Acadêmico de Engenharia. Recife, 3 de setembro de 1947, p.5
- ⁶ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Reunião dos Presidentes dos Diretórios. Recife, 6 de setembro de 1947, p.6.
- ⁷ OS ESTUDANTES DE ENGENHARIA ameaçam entrar em greve. **Folha da Manhã**. Recife, setembro de 1947, p. 7.
- ⁸ SEM SOLUÇÃO o incidente da Escola de Engenharia. O Diretório solidário com os alunos de Física. **Diário de Pernambuco**. Recife, sete de setembro de 1947, p. 3.
- ⁹ GIGANTESCA GREVE DOS PROFESSORES. **Diário de Pernambuco**. Recife, 25 de fevereiro de 1947, p. 10.
- ¹⁰ GREVE DOS PROFESSORES italianos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de abril, capa.
- ¹¹ Em Londres, alguns colegas decidem matar um professor porque “estavam fartos do colégio”. Confessaram ter planejado o assassinato
- ¹² Conforme a matéria “os universitários da dita Universidade haviam exigido que o reitor lhes revelasse antecipadamente os pontos que iriam cair numa prova de química, o que foi categoricamente recusado por aquele mestre” (ESPANCADO o reitor da Universidade de Shanghai....., 1947, p.3).
- ¹³ CINCO MIL estudantes em desafio ao governo em Shanghai. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de maio de 1947, p. 1
- ¹⁴ ESTUDANTES EM GREVE na estação. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de maio de 1947, p. 8.

- ¹⁵ ENTRARÃO EM GREVE os estudantes parisienses. **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de junho de 1947, p.1.
- ¹⁶ AMEAÇA DE GREVE geral dos estudantes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de julho de 1947, p.4
- ¹⁷ CONTRA MORINIGO a juventude das escolas paraguaia. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de abril de 1947, p.1.
- ¹⁸ O governo usou a força, e tanto os estudantes quanto as autoridades universitárias, protestaram junto ao governo militar, “alegando que a ordem [removendo-o] era ilegal em face das leis vigentes e dos estatutos da universidade” (LUTAM CONTRA a polícia do edifício da Universidade. Graves ocorrências em Trieste motivadas pela demissão do prof. Camorato. **Diário de Pernambuco**. Recife).
- ¹⁹ Conforme a matéria, “numerosos estudantes universitários, daqui, foram detidos pela polícia, sob a acusação de estarem realizando atividades subversivas”. As prisões foram justificadas “afim de impedir que pessoas de boa fé se deixem iludir” e porque as agitações são ações dos comunistas. Afirma que o “governo não hesitará em aplicar aquelas medidas para garantir a regularidade dos trabalhos dos escolares” (REVOLTA de estudantes em Lisboa. **Diário de Pernambuco**. Salazar fecha a escola de Medicina. Recife, 1 de maio de 1947, p.1.).
- ²⁰ NÃO PODERÁ proibir as reuniões. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de abril de 1947, capa.
- ²¹ MANIFESTAÇÕES dos estudantes em Bogotá. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de abril de 1947, p.8.
- ²² Ele nasceu em Recife, em 2 de julho de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1966. É considerado como um dos grandes pensadores modernos da Educação no Brasil. Bacharelou-se em 15 de dezembro de 1911 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Foi diretor-geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro entre os anos de 1922 e 1926. Elaborou a reforma de Pernambuco, em 1928, que estava em sintonia com as reformas modernas da educação. Com a “Revolução de 30”, Estácio Coimbra cai juntamente com ele. Criou a Diretoria Técnica de Educação. Entrou na Academia Brasileira de Letras em 1944. Foi diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no período de 1945 a 1957. Foi criador e diretor do Centro de Pesquisas Pedagógicas da Faculdade Nacional de Filosofia em 1951. Pertenceu ao Instituto de França (substituindo John Dewey), Real Academia Espanhola, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Pernambucana de Letras. (NISKIER, Arnaldo. **O educador Carneiro Leão**. 2009. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/prosa7a.pdf>). Defendia o ensino gratuito assumido pelo Estado e que a Igreja Católica deveria assumir a educação desde que o ensino fosse laico. Defendia, também, em suas reformas: qualificação de mão-de-obra voltada ao gosto pelo trabalho, desde a infância; introdução de métodos ativos; introdução da sociologia; preocupação com a higiene; obrigatoriedade de frequência, etc. Tinha em Rui Barbosa a melhor proposta de organização da Educação: desenvolvimento harmônico do homem e da sociedade (PARRILHA DA SILVA e MACHADO, 2009).
- ²³ CONTINUA A GREVE DOS ESTUDANTES da Faculdade de Filosofia. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de junho de 1947, p. 9.
- ²⁴ ALUNOS DE 12 escolas superiores em greve. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de junho de 1947, p.3.
- ²⁵ Há matérias que informam 12 escolas em greve, outras, 14.
- ²⁶ FASE FINAL da greve dos estudantes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de junho de 1947, p.9.

- ²⁷ EM GREVE OS ESTUDANTES. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de junho de 1947, p.4.
- ²⁸ ENCERRADA a greve dos universitários. **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de julho de 1947, p.3.
- ²⁹ GIGANTESCA passeata de estudantes. Protestam contra o diretor da Faculdade de Filosofia. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2 de julho de 1947, p. 3.
- ³⁰ GREVE DOS ESTUDANTES. **Diário de Pernambuco**. Recife, 3 de julho de 1947, p.3
- ³¹ PERMANECERÃO em greve os universitário. **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de julho de 1947, p.4.
- ³² FIRMES, na greve, os estudantes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de julho de 1947, p. 3.
- ³³ GREVE DOS ESTUDANTES(a). **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de julho de 1947, p.
- ³⁴ Uma outra matéria, no mesmo jornal, registra os dias do Congresso entre 15 a 23.
- ³⁵ INSTALAÇÃO DO CONGRESSO nacional de estudantes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de julho de 1947, p. 4
- ³⁶ X CONGRESSO nacional dos estudantes. Realizar-se-á no Rio de 15 a 25. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de Julho de 1947, p.3.
- ³⁷ INSTALAÇÃO DO X CONGRESSO nacional dos estudantes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de setembro de 1947, p.4
- ³⁸ INSTALADO O 10º Congresso Nacional de Estudantes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de julho de 1947, p. 2
- ³⁹ PROPOSTAS ao Congresso de estudante. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de julho de 1947, p. 4.
- ⁴⁰ O TEATRO universitário presente ao X Congresso de Estudantes. De um grupo á uma iniciativa de âmbito nacional. Gerusa Camões uma batalhadora. Teses teatrais e seus debates: o que pleiteiam os estudantes de teatro. **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 de julho de 1947, p.10.
- ⁴¹ O ARCEBISPO condena os bailes de formatura. **Diário de Pernambuco**. Recife, ??? julho de 1947, p.
- ⁴² REPERCUSSÃO do fechamento do P.C.B. na Escola de Engenharia. Decidem os estudantes em Assembléia, não se pronunciar sobre o ato do T.S.E. Falaram varios oradores. Os discursos dos líderes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de maio de 1947, p. 5.
- ⁴³ Cf. MALIN, Mauro. **Eurico Gaspar Dutra**. Verbete Biográfico. CPDOC FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> Acesso em: 10 set 2009.
- ⁴⁴ Idem.
- ⁴⁵ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Diretório Acadêmico de Direito. Recife, 7 de maio de 1947, p.5.
- ⁴⁶ ELEIÇÕES DOS DIRETÓRIOS acadêmicos. Nota do reitor da Universidade. **Diário de Pernambuco**. Recife, 3 de junho de 1947, p. 2.
- ⁴⁷ DIRETÓRIO ACADÊMICO FACULDADE de Ciencias Econômicas de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, 06 de maio de 1947, p.??
- ⁴⁸ FACULDADE DE CIÊNCIAS econômicas. Telegrama dirigido ao ministro da Educação. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de maio de 1947, p.11.
- ⁴⁹ DIRETÓRIO ACADÊMICO FACULDADE DE COMMERCIO e Economia de Pernambuco. Nota Oficial. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de maio de 1947, p.10.

- ⁵⁰ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Cancelamento de bolsas. Recife, 19 de julho de 1947, p.6
- ⁵¹ A MAROTEIRA das bolsas escolares. **Diário de Pernambuco**. Recife 31 de julho de 1947, p. 4
- ⁵² REUNIÃO ESTUDANTIL, hoje, na Faculdade de Direito. **Jornal Pequeno**, Recife, 8 de setembro de 1947, p.3.
- ⁵³ **Diário de Pernambuco**.Vida Escolar. Diretório Acadêmico de Direito. 23 de agosto de 1947, p.3.
- ⁵⁴ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Sindicato dos professores. Recife,12 de agosto de 1947, p.6.
- ⁵⁵ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Diretório de Agronomia e Química. Recife, 12 de agosto de 1947, p.6.
- ⁵⁶ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. D.C. dos Estudantes da Universidade. Recife, 22 e agosto de 1947, p.6.
- ⁵⁷ ELEIÇÕES NA UNIÃO dos estudantes secundários. Prosseguem os trabalhos de apuração. **Diário de Pernambuco**. Recife, 3 de maio de 1947, p.3.
- ⁵⁸ ELEIÇÕES NO DIRETÓRIO ACADÊMICO de Direito. Vitoriosa a corrente anti-estadonovista. **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de maio de 1947, p.3.
- ⁵⁹ AS ELEIÇÕES DO DIRETÓRIO da Faculdade de Direito. Uma carta do academico Helio Dantas. **Diário de Pernambuco**. Recife, 8 de maio de 1947, p.3.
- ⁶⁰ DIRETORIO ACADEMICO DE AGRONOMIA. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de maio de 1947, p.6.
- ⁶¹ NOVO PRESIDENTE da A.A.A.da Faculdade de Medicina. Eleito o jovem José Alexandre Filho – Decorreram as eleições com grande entusiasmo. Palavras de incentivo do novo dirigente. A diretoria. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de agosto de 1947, p.7.
- ⁶² Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Embaixada Acadêmica. Recife, 5 de setembro de 1947.
- ⁶³ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Diretório Acadêmico de Medicina. Recife, 3 de junho de 1947, p.6.
- ⁶⁴ FESTA UNIVERSITÁRIA na Escola de Belas Artes. **Jornal Pequeno**. Recife, 5 de setembro de 1947, p. 2.
- ⁶⁵ Vida Escolar. Aniversário da Escola Belas Artes. Recife, 22 de agosto de 1947, p. 6..
- ⁶⁶ Diário de Pernambuco, 1947, p. 6
- ⁶⁷ CASTRO ALVES, PATRONO DOS BACHARÉIS. Escolhidos paraninfo e orador da turma respectivamente o prof. Soriano Neto e o bacharelado Odilon Coutinho. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 de junho de 1947, p.3.
- ⁶⁸ O TROTE aos calouros de varias escolas marca o inicio das aulas. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de fevereiro de 1947, p.3
- ⁶⁹ BOLSAS ACADÊMICAS para estudantes de medicina. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de fevereiro de 1947, p. 5
- ⁷⁰ III CONGRESSO medico-acadêmico. Será instalado no dia 20. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de julho de 1947, p. 8.
- ⁷¹ EMBAIXADA DE ESTUDANTES. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de agosto de 1947, p. 4.
- ⁷² Vida Escolar. Embaixadas de estudante de agronomia e química. Recife, 10 de junho de 1947, p.6

- ⁷³ No final do mês de agosto, nota divulga Campanha em Minas Gerais (CAMPANHA contra a tuberculose. Diário de Pernambuco. Recife, 24 de agosto de 1947, p.5.). A escola de Serviço Social e Teatro Amadores apóiam a campanha (PRIMEIRA semana anti-tuberculosa de Pernambuco. Apôio da Escola de Serviço Social e do Teatro de Amadores. **Diário de Pernambuco**. Recife, 3 de junho de 1947, p.6).
- ⁷⁴ CAMPANHA QUE DARÁ ao povo a noção exata da trágica realidade. É necessário que se procure evitar que se morra de tuberculose no Brasil. Fala sobre a “1ª semana Anti-tuberculosa de Pernambuco” o professor Nelson Chaves. Diário de Pernambuco. Recife, 07 de agosto de 1947, p. 3.
- ⁷⁵ FUNDAÇÃO DOS cursos jurídicos. As comemorações realizadas ontem. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de agosto de 1947, p.5.
- ⁷⁶ Diário de Pernambuco. Vida Escolar. Premio Gouveia de Barros. Recife, 20 de agosto de 1947, p.6.
- ⁷⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1947, p.3
- ⁷⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1947, p.6
- ⁷⁹ ALGUNS POETAS mineiros. A conferência do escritor Oscar Mendes, ontem na Faculdade de Direito. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2 de agosto de 1947, p.3.
- ⁸⁰ NO RECIFE, um dos interpretes de “Eletra no Circo”. O universitário Dalmo Gaspar, do “Teatro do Estudante do Brasil”, visita o Diário. Uma viagem de recreio para conhecer o Nordeste. O “Teatro de Estudante de Pernambuco” tem cartaz no Rio. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de agosto de 1947, p.3.
- ⁸¹ ATIVIDADES DO DIRETORIO acadêmico de Direito. Refeições a dois cruzeiros dentro de algumas semanas. Campanhas populares. Concursos de poesia e de conto. **Diário de Pernambuco**. Recife 23 de agosto de 1947, p.6.
- ⁸² 60 ACADÊMICOS de Direito visitarão Itamaracá. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de agosto de 1947, p. 6
- ⁸³ VISITA cachoeira de Paulo Afonso. Partem hoje os estudantes da E. Politécnica. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de junho de 1947, p.5
- ⁸⁴ ESTUDANTES BRASILEIROS nos EE Unidos – Nova Orleans. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de agosto de 1947, p. 1.
- ⁸⁵ UM ESTUDANTE pernambucano nos States. Veio passar as férias com a família e volta impressionado coma capacidade de produção do povo americano. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de junho de 1947, p.2.
- ⁸⁶ Estavam presentes os presidentes dos Diretórios de Direito, Agronomia e Química, Medicina, Engenharia, Belas Artes, Filosofia Manuel da Nóbrega, dirigentes da UEP e UESP e vários estudantes
- ⁸⁷ REUNIÃO DOS PRESIDENTES dos Diretórios Acadêmicos. **Jornal Pequeno**. Recife, 9 de setembro de 1947, capa.

Atos dos Comitês

Iniciado o fechamento dos diversos comitês do Partido Comunista no Recife e em Olinda

Sorteio de apolices

— Quais os nomes das pessoas sorteadas em todos os sorteios realizados? — Requerimento apresentado na Assembléa Constituinte

Foi apresentado ontem à Assembléa Constituinte o seguinte pedido de informações:

"Requeremos, por intermédio da Mesa, que o governo do Estado informe o seguinte:

a) — como se processou o contrato de financiamento do empréstimo da essência milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal para as obras complementares do porto do Recife;

b) — quantos sorteios semestrais foram procedidos pela Caixa Econômica Federal, com fiscalização do governo do Estado;

c) — quais os nomes das pessoas sorteadas em todos os sorteios realizados;

d) — se antecedeu a todos os sorteios a publicação dos números das apolices que deviam entrar em sortido, para conhecimento do público.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1947. (Ass.) — Pio Guerra, Mario Lira, Sônia Cruz Valadares, Constantino Carneiro Maranhão, Cleo de Sousa, Antonio Heráclio, Taboosa de Almeida, João Vieira de Almeida, Adrial Torres e Diomedes Gomes Lopes."

Decorre na mais perfeita ordem a ação policial

Lacradas portas, arquivos e outros móveis sem qualquer oposição — Idênticas providências tomadas em Olinda



A sede do Comitê Estadual do Partido Comunista de Brasil, no polo do Terço, momentos antes de ser lacradas as suas portas. Ao lado, um grupo de soldados em posição para dar cumprimento às ordens emanadas do sr. Benedito Costa Neto, ministro da Justiça.

Indústrias crescentes

agricultores

Indústria tomou até agora o governo do Estado as rodovias do interior — Exportação clandestina de algodão, imprescindível à alimentação dos requerimentos de informação — O edifício dos Correios e Telégrafos

Obedecendo a ordens emanadas do Ministério da Justiça, a polícia civil, em cooperação com a militar, fez as ordens emanadas do sr. Benedito Costa Neto, ministro da Justiça.

PC foram apreendidos, mediante arrolamento, e conduzidos à Secretaria da Segurança. Foram fechados o Comitê da rua dos Quilates, n. 2, 3 e 4 e o

considerando que a defesa da liberdade democrática do país, por todos os meios legais de que dispomos, a fim de consolidar a defesa do

de um grupo para que o Comitê encarregado do assessoramento do Ministério Interno apresente o seu trabalho.

HOJE, ÀS 19 HORAS, NO PARQUE 13 DE MAIO, O GRANDE COMÍCIO



DAVI CAPISTRANO



ANTÔNIO LINS DE VASCONCELOS

- Contra a Cassação Dos Mandatos Dos Parlamentares Comunistas
- EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
- Pelo Aumento De 100% De Salários
- E Por Uma Constituição Democrática Para O Estado

Promovido Pelo Comitê De Mulheres Pró Democracia, Apoiado Pelo PARTIDO POPULAR PROGRESSISTA E Terá A Participação De Todo O Povo.

Oradores: LAÍS ANTUNES, JURACI GOIS, CARLOS DUARTE, PAULO CAVALCANTI E O DEPUTADO DAVI CAPISTRANO.

TODOS AO PARQUE DO POVO!

POVO ESTÁ VIGILANTE! **Aprovadas as emendas parlamentaristas**

Pedro POMAR Comissão de Constituição do Congresso **Pela Comissão de Constituição .. Referendum do** Vieira e Antonio Lins de Vasconcelos



DE PREÇOS —
A APURA DE-
PRENSA

João Vicente da Silva; e
matriz de S. Pedro, hoje,
Violeta Galvão, e amanhã
Amália Gonçalves e Vir-
tódriques.

CA DAS MOÇAS — Na ma-
S. Pedro realizou-se, hoje, a
das moças, da paróquia de

A comunhão será distri-
buido vigário, Fr. Maurício,
hoje, na matriz de S. Pedro,
batizados às 9 e 16 horas.

batimentos

dirigo N. S. de Lourdes, e
S. Bento, 323, faleceu, no
do corrente, a sra. Zeulina
de Oliveira. Solteira contra-
de idade. Foi sepultura no
lo publico local, com a pre-
le Senhoras da Associação de
da secção de Olinda, e
de capuchinhos.

riço publico

em ferias, ontem, o dr.
Figueiredo, medico do Hos-
erman Londrum.

ramas retidos

n-se retidos na agencia pos-
grafica desta cidade os se-
telegramas: dr. Agricolo Al-
— av. Sigismundo Gonal-
Francisco Noré; Ieta Borges
la — trav. do Fortim, 47.

IZ

DA — "O estranho", com
Young, Orson Welles e Ed-
Robinson.

TE COELHO — Hoje e aman-
"Noites de farra", com Ra-
ramengod e Susan Quiser.

ção de farmacia

antão, hoje, a Farmacia San-
ento, à praça João Lapa.

imento

ENUNCIAS DA EMPRESA —
da em ontem, o capitão Al-
Lira, delegado de policia,

unipolico, assinou as segun-
tarias: designando o comis-
sari Cavalcanti, do distrito

capuchinhos, para proceder rigo-
sificancia em torno do fato

sado no DIARIO DE PER-
CO, edição de dia 18, e no

cura o capitulento Rosendo
residente nas Bertogas co-
mas de um furto praticado

es-rique da policia; e de-
o commissario Machado Ri-
nar o fato denunciado atrá-

"Jornal Pequeno", edição de
orrente, no qual não accusa-
toria de brutal espanca-

verificado em São Novo o
ador "Almeida", da delinqü-
e furtos, um soldado

Policial do Estado e ve-
nos de quartelão da re-
de Olinda.

O — a policia desta cida-
de denunciou a desordem

Basileia da Silva, vulgo Ba-
ca ocaído em que o mesmo

"na mercaderia de proprie-
r. Moisés Lopes de Andra-
zada e Plus Henrique Dias.

A — De promissoria ho-
mão todos a subjeção do Ju-
delegacia de policia, o co-
Manuel Pergentino, e en-
da ronda noturna e co-

Repercussão do fechamento do P. C. B. na Escola de Engenharia

Decidem os estudantes em Assembléa, não se pronunciam sobre o ato do T.S.E. — Falaram varios oradores — Os discursos dos lideres

Realizou-se na Escola de Engenharia de Pernambuco uma reunião da assembleia geral afim de manifestarem-se os estudantes sobre a repercussão do fechamento do Partido Comunista. Usaram da palavra manifestando suas opiniões sobre o ato do T. S. E. os seguintes oradores: José Jelsio, José Rildo e Marcos Botler.

Os academicos Armando Monteiro Filho e Mario Vilela mostraram-se favoráveis à proposta que se tornou victoriosa; Genival Barbosa por uma proposta de conciliação e os restantes pela manifestação da Escola sobre o assunto.

FALA DO ACADEMICO JOSE AUGUSTO

Iniciada a reunião sob a presidencia do academico José José Rodrigues, presidente do Directorio, usou da palavra em primeiro lugar o academico José Augusto de Almeida.

Começou o seu discurso, lembrando a segunda guerra mundial, e tidas as suas consequências externas e internas, particularmente no que se refere ao novo liberalismo politico, ao moderno conceito de Democracia que surgiu do sangue e dos sofrimentos da grande peleja. "Para tudo isto nós os brasileiros, e consequentemente nós os estudantes, contribuímos com o que estava ao nosso alcance. Enxurrada a FEB e isso é não somente lá, como também aqui em nosso país, aqui mesmo em Pernambuco morria-se pela Democracia". Ressaltou então o principal caracteristico deste novo conceito de Democracia, conceito lá desde muito consolidado e praticado pelas Nações Unidas, que é a garantia da pluralidade partidária, a garantia do livre pronunciamento e da equitativa representação nas Câmaras Legislativas, de todos os setores da opinião publica.

Reportou-se a assembleias anteriores, reunidas para deliberar sobre a proposta de nascença de democracia brasileira. "Nasquelas reuniões, não se levou em consideração argumentações de ordem contextual. Disse-me que só deveria haver um pronunciamento da Escola de Engenharia, quando a Democracia fosse de fato atingida. Chegou agora o momento. A Democracia, queiram ou não queiram as democratas de esquerda, foi ferida em seu conceito e em sua pratica, com o recente fechamento de um partido politico — o Partido Comunista do Brasil — o que equivale ao amordamento de uma personalidade pensável da opinião nacional". Exijo portanto, um pronunciamento dos alunos da Escola.

"Não significa isto — souza aliás, que seria um contrassenso, — que proponho um protesto contra a decisão do T. S. E. Reconheço, como todos a subjeção do Judiciário. Quero apenas uma declaração de que não nos submetemos ao presidente do Directorio e actual presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, que pronunciou o seguinte discurso:

"Caro presidente do Directorio, demais membros da mesa: Meus colegas! Depois de privado de vosso sagrado convívio por alguns meses, venho retornar as responsabilidades da vida academica; e chego a esta escola numa hora em que sia é uma verdadeira revolução, revolução de civismo e de boa fé; revolução interna provocada pela equidade das forças que ora em vespéras do pleito se degladiam pela posse de nosso orgão representativo de classe — o Directorio Academico — numa luta tão bela e emocionante em que já conhecemos dos candidatos os seus programas e cada um deles mais positivo e digno de nosso apoio.

Mas revolucionado também se encontra a nossa escola pela repercussão do acontecimento politico nacional de mais importancia nos ultimos tempos — a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro como agremiação politica. Certo, estou entretanto que o fruto dessas revoluções não será uma resolução precipitada. Não será uma resolução que não seja a mais justa delas.

Colégas, não venho manifestar o meu ponto de vista pessoal porque acho seria desnecessario e mesmo inoportuno. Venho apenas apelar para vosso espirito democratico e ponderar que se embora não estejamos numa democracia ideal tendamos para ela.

Ponderar também que vimos de 15 anos de uma ditadura das mais prepotentes e que por isso estamos apenas na fase embrionaria da democracia, que a nós moços de hoje, cabe sedimentá-la e fortalecê-la.

POLITIZAÇÃO DO HOMEM
Para isso proclamamos resolver o problema fundamental da politica brasileira, que é a politização do homem. E é exatamente por esta democracia, que venho apelar para o vosso espirito, no sentido de que sejamos realmente democratas, respeitando a Constituição Brasileira

que foi tão carinhosamente elaborada pelos representantes do povo na Assembléa Nacional Constituinte. Representantes estes que previram a cassação do registro de partidos quando esses aiam da lei, pelo que há de mais insubstituível em materia de Justiça: o S. T. E.

Se osarmos protestar contra esse decisão do Tribunal seremos ridiculizados, pois somos leigos e absolutamente ignorantes a respeito do assunto; não conhecemos os laudos bem o processo que foram, estou certo, conhecemos os 3 poderosos fundamentos, noite a fio, pelos nossos honrados juizes. Se assim agissemos, estaríamos atentando contra nós mesmos. Estamos atentos e absolutamente ignorantes a respeito do assunto; não conhecemos os laudos bem o processo que foram, estou certo, conhecemos os 3 poderosos fundamentos e mantenedores dessa democracia que tanto apreçamos. O legislativo, o judicial e o executivo

temos seguido até hoje e acho que a violencia gera a violencia, e que uma ideia só se combate com outra ideia.

Mas, sr. presidente, depois de dar a minha opinião pessoal, quero levantar uma questão de ordem, que peço seja submetida à aprovação da assembleia, antes de qualquer proposta: E' a não participação da Escola em assuntos politicos. Ao terminar o seu discurso o orador foi muito aplaudido, não só pelas suas convicções palatras, pela coragem e desprendimento de sua attitude como também pela sua proposta.

CITA ROOSEVELT

Com a palavra o academico Genival Barbosa, um dos lideres da campanha pró Mario Vilela, depois de analisar o novo conceito de regime democratico baseado na pluralidade partidária e nos direitos fundamentais do homem, citou Roosevelt: "A democracia não é uma coisa estatística. E' uma marcha perpetua" e considera o "silencio uma attitude incompativel com as tradições de luta dos estudantes pernambucanos". A seguir diz que "somente a nósos téamos solução democratica para todos os problemas politicos nos permitis, nesta hora, que talvez marque o inicio de uma nova ditadura, respirar a decisão do S.T.E., cassando o registro do Partido Comunista do Brasil". Isto porque, acrescenta, não compreendo democracia ser a independência e a autonomia dos tres poderes basicos, caracteristicos deste regime: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Depois de analisar as consequências que adviriam de um protesto ou falta de acatamento a um fate de direito, pelo ambiente de inquisição e amargura que seria criado, lembra que a Constituição faculta o direito de critica e de livre opinião e é, em nome deste direito que lamenta a decisão do S.T.E.

Admite que a cassação do registro do PCB tenha sido um erro em face de uma parcela de opinião publica ficar privada de participar da vida politica da nação, contrariando assim um postulado democratico que é a pluralidade de partidos e de mais diversos credos politicos. Depois de fazer considerações em torno das condições atuais do país, reponta o exemplo de José Américo de Almeida, um sincero patriota, sempre a alertar as consciências livres contra possíveis golpes e outras semelhantes soluções aprovadas por democratas improvisados.

Finalizando pede que a Assembléa se manifeste pelo conhecimento do assunto, apresentando fortes argumentos nesse sentido e concretizando as suas palavras além de propor que os alunos da Escola de Engenharia, reunidos em Assembléa Geral, acatem a decisão do S.T.E. e que não os impedia, em face da liberdade de opinião, de lamentarem o fato e de dirigirem uma moção de condão aos desistidos de Brasil e nos sagrados ideais democraticos.

Coesos os estudantes de Engenharia na defesa dos interesses da classe

"Iniciamos a luta contra o nosso inimigo público nº 1" --declara o acadêmico Antônio Hugo Cavalcanti de M

Os meios acadêmicos do Estado estão acompanhando, com vivo interesse, o caso surgido entre os estudantes da Escola de Engenharia e o catedrático da 2ª. cadeira de Física.

Conforme vem sendo publicado, a classe se reunirá, hoje, às 14 horas, em assembleia geral, convocada pelo diretório acadêmico daquela escola, para "assentar as bases de uma ação mais eficiente e enérgica", revidante, dessa for-

ma, "ao processo de exaustão que os meios competentes estão imprimindo ao julgamento do requerimento encaminhado por intermédio do Diretório Acadêmico de Engenharia".

Hoje, recebemos a visita de uma comissão de estudantes da mesma escola, composta dos acadêmicos Antônio Hugo Cavalcanti de Moraes, presidente do Diretório; Paulo Pessoa de Queiroz e Henrique Vieira, representantes do 2º. ano;

procurou escarnecer um seu assistente ao qual havia facultado o manuseio de sua biblioteca, retirando em tempo os mais preciosos livros sobre o assunto de sua tese, para apresentá-los no momento da realização do concurso.

Sua vaidade pessoal chega ao ponto de se julgar uma das maiores culturas físicas do continente sul-americano. São suas as palavras: "Há, na América, duas grandes culturas físicas; cito ape-

nos, enquanto a lei não se deve ultrapassar de 30.

O seu "Senso físico-mático", duas criações de inteligência atribuídas a uma grande arma de guerra em massa.

E' grave o caso das notas, em provas orais. Freire atribui notas e demais componentes da prova. Contra todas essas

levantam-se os alunos de Engenharia, para essa ditadura Freire.

Outros absurdos são levados ao conhecimento público, e se não o faz a questão de ética universitária.

Conserva-se o Diretório de Engenharia em condições de luta em defesa sempre atento à conservação do patrimônio moral e moral da nossa Escola, onde existem muitos apóstolos de grandes culturas seculares onde somente o sr. Freire executa; e assim, inicia sem quartel contra o mero um da classe.

Os estudantes de Engenharia que sempre soberanamente dentro dos preceitos dos direitos e a supremacia dos oprimidos, certamente, unir-se-ão aos alunos da Escola de Engenharia por termo a esse regime ta contra os nossos de mesmo contra a ditadura Freire.



Acadêmicos de engenharia em visita ao JORNAL PEQUENO.

te a essas palavras o sentido de... Washington Luiz sera recebi... embarque.

ANO XLVIII

Recife, Sexta-feira, 19 de Setembro de 1947

N.º 214

JORNAL PEQUENO

ORGAO INDEPENDENTE E NOTICIOSO

Fundador: THOME GIBSON

Terminou A Gréve Universitária

Venceram as pretensões dos diretórios estudantis -- Um voto de louvor do prof. Freire

Afinal teve fim, na manhã de hoje, a greve universitária que vinha agitando todos os estabelecimentos de ensino superior de Pernambuco.

Logo após as 12 horas, o Conselho Universitário deu o

seu veredicto final sobre a questão, resolvendo que a última pretensão estudantil também era cabível e, portanto, digna de provimento.

A resolução foi dada por nove votos contra dois, tendo comparecido todos os membros daquele tribunal universitário.

Dois professores juraram suspensão, no caso, por serem da Escola de Engenharia e, por isso, se absteram de votar.

Outra proposta que venceu na reunião — iniciada às 10 e 30 — foi um voto de louvor ao prof. Luiz Freire pela maneira com que se conduziu na questão, afastando-se voluntariamente dos bancos e aquiescendo na realização de novas provas.

de hoje, no Conselho Universitário.

FESTA

Os estudantes da Universidade do Recife consideram o movimento que hoje termina como uma "prova de fogo" da solidariedade estudantil. Por isso, festejarão o fato, na próxima segunda-feira, no Teatro Santa Isabel, com uma grande concentração, durante a qual será lido um documento com as reivindicações consideradas vitais para a numerosa classe.

Para tal manifestação — que desejam fazer não ser de odio-sidade conta quem quer que seja — fazem, por nosso intermédio, um apelo a todos os estudantes desta capital, no sentido de que, com as suas presenças, deem maior brilhantismo aos atos.

comício acintosa manifestações

dora e criar um ambiente de inquietação tão propício aos seus conhecidos propósitos.

Quando fazia uso da palavra um dos oradores, Galileu Nascimento, que pertenceu ao Partido Trabalhista Brasileiro, e já esteve envolvido em certos rumorosos incidentes políticos, e que, segundo consta, inscreveu-se agora no P. S. D., passou a atacar, em termos lesabridos, o regime e as autoridades constituídas.

Então o delegado posto à disposição da comissão e que se achava a tribuna, deu por encerrada a reunião e solicitou da assistência, situada em cerca de duas mil pessoas, que se dissolvesse, sendo lido e nenhum incidente se verificando.

E de notar que os outros discursos, embora sem caráter pessoal, fugiram a finalidade comemorativa do comício, e que no local foi distribuído farto material propaganda comunista.

NÃO FUIROU A GREVE

Pela manhã, coíria que os estudantes de medicina furtariam o movimento grevista, por motivos ignorados. A nossa reportagem, contudo, esteve com o estudante Heleno Grilo, representante daquela escola, o qual afirmou que seus companheiros iriam até o fim, no seu movimento de solidariedade à Escola de Engenharia.

O que estava acontecendo — explicou — é que o trabalho dos estudantes, nos hospitais não poderia parar de modo algum e isso por razões fáceis de se constatar.

Vale acrescentar, neste registro que também os ginasianos e colegiais acompanhariam seus colegas, no movimento caso não se desse a resolução favorável



O sr. Washington Luiz deve estar hoje perfeitamente vingado. As manifestações de ontem encheram-lhe as medidas. Fuzos em 1930 uma Revolução, sob o pretexto de Instaurar no Brasil uma Democracia. Na verdade, o que trazia no bolso era uma Ditadura.

Alguns homens de boa fé entraram no movimento, pensando que assim melhor serviriam ao Brasil e à República. Esses, bem cedo se desfilidaram. Vieram de-

1ª Greve Estudantil da UFPE





VII Explode a greve ¹

Apresentaremos a greve em seis momentos: no primeiro, a sua deflagração na assembleia; no segundo, o “apoio moral” à greve dos estudantes de engenharia; no terceiro momento, as solidariedades de apoio dos diretórios acadêmicos assumindo a greve como sua; o quarto, entram em cena novo ator: a Comissão Universitária e o recuo da greve; no quinto, a reação da Congregação à greve; e, por fim, o término da greve.

Estudaremos agora os personagens, o clima, as polêmicas para a deflagração da greve na assembleia. A imprensa acompanha o desenrolar da assembleia estudantil e manifesta seu apoio desde o início. Uma minoria presente à assembleia manifesta-se contrária à greve, o que é suficiente para a polêmica se estabelecer, mas não para evitá-la. Da mesma forma, uma minoria manifesta-se contrária à aprovação na assembleia do afastamento dos professores envolvidos Luiz Freire e Amaranto Lopes. Aprovada a greve na Escola de Engenharia, sucedem-se “apoios morais” à greve por parte de entidades estudantis da Universidade e fora da Universidade – inclusive estudantes secundaristas e da Paraíba. Os “apoios morais” transformam-se em ação: pipocam várias greves nas Faculdades. Da greve ao recuo das propostas reivindicadas, novo momento, até o término da greve, com grande festa a se realizar no Teatro Santa Izabel.

Momento rico, intenso e efervescente na recém-fundada Universidade, envolvendo politicamente, em seu interior, o Conselho Universitário, a Congre-

gação da Escola de Engenharia e o Conselho Técnico-Administrativo. A imprensa escrita, as rádios foram chamadas a se posicionar sobre a greve, e vários docentes buscaram apaziguar os ânimos dos estudantes – outros, parece-nos, a apoiaram. Marcas ficaram nas memórias dos envolvidos, pois acarretou, após a greve, a solicitação de licença, por três meses, do professor Luiz Freire.

Esta greve, se balançou as estruturas da Universidade – apesar de aspectos conservadores –, colocou questões ligadas à democracia da sociedade instituinte, como analisou e defendeu a Folha do Povo, jornal do Partido Comunista do Brasil: que os estudantes ampliem suas reivindicações, “exigindo as que mais necessitam e [ligando-as] à luta pela democracia, cujo ambiente está lhes permitindo tais vitórias, e à defesa da Constituição, que os restos da reação tentam desrespeitar”.²

Assim, como se segue, inicia a primeira greve estudantil da UFPE.

1. Deflagra-se a greve

Em 9 de setembro de 1947, explode a greve. A imprensa dá destaque ao seu primeiro dia: “Estão em greve, desde ontem, os alunos da Escola de Engenharia” (Diário de Pernambuco) e “Em pé de greve a universidade” (Jornal Pequeno). O Diário de Pernambuco acompanhou a assembléia e a denominou de “movimentada sessão”. Conforme a matéria, “aberta a sessão, o presidente do [D.A.] leu um manifesto à classe e ao público em geral, contendo um histórico pormenorizado da questão que tanto está interessando a classe”. Já o Jornal Pequeno a definiu como “enérgica resolução” e “agitação que vem se verificando entre os estudantes”. A Folha da Manhã a definiu como “agitada e rumorosa”.³ A assembléia seria realizada no salão nobre da Escola, mas a direção não a autorizou e os estudantes a realizaram no saguão do estabelecimento. Conforme a matéria do Jornal Pequeno, “tudo decorria em ordem, em ambiente improvisado, onde [havia] pelas paredes, quadros no (???), portas, frases contra o mestre arbitrário, insuflação à greve e apêlos à solidariedade universitária”.⁴

A Folha do Povo chama a atenção para duas faixas enormes: “Greve” e “Contra o sadismo de Luiz Freire está a mocidade desta escola”, destacando, também, que as portas e paredes estavam riscadas com giz em alusivo ao incidente⁵.

Aberta a assembleia, após a leitura do manifesto pelo presidente Hugo Guimarães, falaram José de Augusto de Almeida, representando a 2ª série; Dirceu Pereira, outro estudante; Heleno de Meira Grilo, vice-presidente do D.A. de Medicina, Farmácia e Cursos anexos; Altino Neves, presidente do D.A. de Belas Artes; os acadêmicos de Engenharia Enock Coutinho (1ª série), Jonio de Lemos (3ª série) e Jair Teixeira de Barros (4ª série). O representante da 2ª série concluiu sua fala com a “apresentação de proposta no sentido de ser declarada a greve geral até que os órgãos competentes da Escola resolvam o caso”, conforme as condições apresentadas: “1º) anulação da 1ª prova parcial da 2ª cadeira de Física; 2º) realização de nova prova; 3º) afastamento dos professores assistentes da referida cadeira; 4º) afastamento do professor contratado Luiz de Barros Freire; 5º) garantias aos alunos matriculados na 1ª cadeira de Física no sentido de evitar prováveis represálias; 6º) repetição das aulas dadas ou como tal consideradas; 7º) inclusão de um representante dos alunos no Conselho Técnico Administrativo da Escola”.⁶

Após diversas falas, encaminhou-se a votação. O acadêmico José Augusto solicitou que a votação fosse feita por aclamação, contudo, por divergências de opiniões, foi feita a votação, ficando o resultado da seguinte forma: 136 votos pela greve, 9 contra e 2 abstenções⁷. Apesar da votação folgada a favor da greve, a assembleia encontrou posições resistentes. Mac Dowell, um dos contrários ao afastamento dos professores, e à greve, argumentou que “era contra por três motivos: 1) porque nada resolvia; 2) porque era prejudicial; 3) porque era desnecessária”. A plenária não o deixava falar quando outros queriam apoiá-lo. Assim registrou a imprensa: “um outro quis continuar-lhe as palavras. Mas o plenário protestava forte, argumenta, queria e as vozes dos dissidentes se perderam...”. Os defensores da greve fizeram um “apelo para que os contrários á greve não atrapalhassem a marcha do movimento”.⁸

Na votação das reivindicações, todos os pontos foram aprovados por unanimidade – após novas falas, entre elas, de José Augusto e de Jonio de Lemos, vice-presidente do Diretório de Engenharia, com exceção, do sobre o afastamento do professor Luiz de Barros Freire, “que motivou longos e acalorados debates”⁹. A Folha do Povo destaca, também, que neste ponto “houve intensa agitação no recinto, pois alguns achavam que o professor em lide, não deveria ser afastado, mas apenas impedido de julgar os seus próprios alunos, que uma banca especial deveria examinar”¹⁰. Pelo afastamento desse professor votaram favoravelmente 85, 28 contra e houve várias abstenções.¹¹

Na fala do último orador, Luiz Alberto de Alcântara Velho Barreto, este propôs “um voto de louvor a ser inserto na ata, à imprensa, pela sua atuação, desde o início da campanha, ‘o que certamente continuará a se fazer sentir de agora em diante em defesa da mocidade’”.¹² Foi proposto por José Augusto o lançamento de um outro manifesto solicitando que as outras Faculdades entrassem em greve por solidariedade.¹³

No encerramento da assembleia, o presidente do Diretório Acadêmico Hugo Guimarães exaltou a “união e a solidariedade da classe e agradeceu aos representantes dos Diretorios das outras escolas presentes aos trabalhos declarando oficialmente em greve os alunos da Escola de Engenharia”.¹⁴ A assembleia estendeu-se até as 17 horas da tarde.¹⁵

Este clima político aumentará no transcórre da greve. A presença na assembleia dos presidentes dos Diretórios Acadêmicos já demonstrava articulação e unidade.

1.1. Solidariedades em apoio à greve

Os diretórios acadêmicos de outras Faculdades acompanharam todo o desenrolar da construção da greve, através das reuniões, discutindo o problema dos alunos de Física. Com a deflagração da greve, este acompanhamento transforma-se em solidariedade ativa mais concreta, com os diretórios declarando apoio à greve dos estudantes de engenharia.

Os diretórios mais envolvidos na solidariedade de “apôio moral”, que des-cambrará em greve de solidariedade, são os de Direito, Medicina e Belas Artes.

O D.A. de Direito, imediatamente à greve, constrói uma moção de “apôio moral” aos estudantes de Engenharia e a distribui à imprensa.¹⁶ Politicamente, o Diretório de Direito, como já vimos, tinha uma atuação político-cultural bastante forte e intensa.

O Jornal do Commercio, em 11 de setembro, chama a atenção de que a greve está recebendo apoios de “outros estados; lhe têm chegado, também, expressivas manifestações de apoio e simpatia”. Às 13 horas desse dia, a Congregação se reunirá “para deliberar sobre os graves acontecimentos que estão perturbando a vida do tradicional e prestigioso instituto, havendo, de parte dos estudantes, esperanças de que seja, nessa reunião, encontrada pelos mestres uma fórmula que lhes atenda os reclamos e ponderações”, informa o mesmo Jornal.¹⁷ Este mesmo Jornal, um dia após, anuncia que será “muito provável uma greve geral, pois o diretório da E.E.P. já conseguiu, ao que se sabe, a adesão das escolas de Direito, Medicina e Belas Artes”.¹⁸

A greve começa a receber apoios abertos em solidariedade, além daquele do Diretório de Direito, já no momento da assembleia grevista. Os estudantes não só falam em “apôio moral” ou “completo apôio moral”¹⁹, como anteriormente, e como na nota do D.A. de Filosofia Manoel da Nóbrega, mas a possibilidade de adentrarem à greve. O D.A. da Escola Belas Artes lança uma nota de solidariedade²⁰, e até a greve, se necessário, e conclama “assembléia permanente” para acompanhar a luta dos estudantes de engenharia. O D.A. de Direito conclama uma assembleia a se realizar às 10 horas, desse mesmo dia, com a finalidade de discutir “a participação dos estudantes de Direito no movimento grevista daquela escola”²¹.

O Diretório da E.E.P., em nota publicada no dia 12 de setembro, agradece os apoios que vem recebendo afirmando estar “profundamente sensibilizado” e “agradece o sentimento classista” manifestado pelos Diretórios de Medicina, Direito e Belas Artes e Filosofia. “Confiantes na vitória final das nossas reivindi-

cações”, assevera a nota, “este se deve principalmente ao apóio por nós recebido de nossos colegas de Universidade”²².

Outra entidade que até agora não tinha manifestado publicamente apoio, apresenta-se ao público: o D.A. de Agronomia. Em 13 de setembro, solidariza-se com os estudantes de Engenharia que entram em greve “contra a incompreensão e intolerância de um professor” e porque “o descaso e o desprezo ordinariamente dispensados aos seus alunos pelo Prof Luiz Freire constituem desconsideração a toda a classe estudantil do Estado”²³.

1.2 Diretórios aderem à greve

Nesse mesmo dia, 12 de setembro, O Jornal Pequeno divulga a nota do D.A. de Direito aderindo à greve dos estudantes de Engenharia, e o argumento adotado foi o de que os estudantes estavam “conscios da sua responsabilidade de defensores do direito e da justiça; e fiel á tradição da Faculdade de Direito, que sempre teve em seus estudantes lutadores contra falsos professores ou falsos estadistas”, e levando em conta os “graves acontecimentos ocorridos na Escola de Engenharia, motivados pela intransigência de um professor que se diz sábio; cientes dos métodos depressivos empregados pelo professor, como sejam: humilhação, menosprezo, etc”, resolvem “entrar em greve por tempo indeterminado, voltando às aulas quando os colegas de Engenharia considerarem o seu caso resolvido”.²⁴ Antes mesmo de iniciar a assembleia, marcada para as 10 horas, “numerosos acadêmicos de Direito e representantes de outras escolas superiores enchem os corredores da Faculdade”.²⁵ O clima e agitação emocional se via com o desenrolar dos acontecimentos, com forte presença dos estudantes nos debates e deliberações.

Conforme a matéria, no dia da assembleia de Direito, o presidente desta entidade, Felipe Gomes, ao abrir a assembléia, arguiu que sempre essas duas escolas foram solidárias na luta e “disse que nunca havia faltado as campanhas movidas pelos estudantes de Direito, o apóio total da Escola de Engenharia”²⁶. Logo após, falou o presidente do D.A. E.E.P., Hugo Guimarães, que “agradeceu

o apoio dos estudantes de Direito e acrescentou que, aquele era um exemplo de vitalidade democrática”.²⁷

Além do apoio dos estudantes à greve, os docentes dessa mesma Faculdade²⁸, “Genaro Guimarães, Pinto Ferreira, Abgar Soriano, Barreto Campelo e Pedro Palmeira, suspenderam suas aulas num gesto digno dos maiores aplausos da classe estudantil, em sinal de solidariedade”.²⁹

Se, no dia 11 de setembro, o D.A. de Belas Artes manifestou “apoio moral”, no dia seguinte, 12 de setembro, em sua assembleia, considerando que a resolução da Congregação “não satisfaz às legítimas aspirações dos colegas daquela Escola; considerando que a luta (...) merece irrestrito apoio de toda a classe, e tendo em vista o sagrado dever de manter a unidade da classe”, deliberou-se pela greve.

Ainda nesse mesmo dia, o D.A. de Direito, além da produção de uma Carta Aberta à Congregação da Faculdade de Direito informando os motivos da greve de apoio aos estudantes de Engenharia, solicita à direção que seja entregue a todos os seus membros “a fim de tornar bem claro o acato e o respeito que devotamos à totalidade de seus mestres”.³⁰

No dia 13 de setembro, o Jornal Pequeno divulga a entrada em greve do D.A. de Medicina, através da assembleia que se realizou às 10 horas. Informa, também, que a decisão da greve não foi unânime, “ao contrário, sido combatida por regular numero de elementos estudantis, cujos argumentos, contudo não conseguiram demover a maioria da classe prestar inteira solidariedade a seus colegas”.³¹

O Diretório de Engenharia divulga uma extensa nota, no quarto dia de greve, analisando o seu momento, ressaltando a “solidez cada vez maior da classe universitária”, que a greve “ultrapassa seus limites naturais” e que “a nossa posição continua a mesma, firme em nossos pontos”.

No seu quinto dia de greve, 14 de setembro,³² o Jornal do Commercio reconhece que “está assumindo proporções consideráveis o movimento grevista” e que “ontem, os alunos de Engenharia receberam duas outras expressivas demonstrações de solidariedade: a adesão à greve dos acadêmicos de Medicina e dos

acadêmicos da escola Politécnica. Amanhã, possivelmente, a parede se alastrará ainda mais com a adesão dos alunos da Escola de Agronomia e Química”.³³

Surgiram várias notas comunicando apoio efetivo à greve: uma do D.A. de Medicina, a outra, do D.A. de Agronomia e Química, e a terceira, da U.E.P. Sendo que, na primeira, comunica a entrada na “greve total”, pois os estudantes de Medicina “não poderiam deixar de marchar ombro a ombro com seus colegas”; a segunda divulga uma convocação de assembleia para tratar do assunto; a terceira, do D. A. da Escola Politécnica, comunica, também, sua entrada na “greve pacífica (..) situação imposta pelo delírio descabido de um professor e intransigência dos meios competentes”; a quarta, a nota da U.E.P., faz um “apelo aos estudantes das demais escolas superiores do estado, que se encontram fora da parede (...) venham para este movimento que hoje se transforma numa causa comum, para a toda mocidade de Pernambuco”.³⁴

Em 17 de setembro, no Jornal do Commercio, o D.A. da Faculdade Manuel da Nóbrega entra na greve e afirma que em “assembléia Geral, unanimemente, deliberaram aderir aos prezados colegas da Escola de Engenharia, entrando em greve até que consigam aqueles, as justas reivindicações dos seus direitos”.

Havia um boato, conforme jornal Pequeno do dia 19, de que os estudantes de Medicina furariam a greve, o que não ocorreu, conforme a matéria. Heleno Grilo, “afirmou que seus companheiros iriam até o fim, no seu movimento de solidariedade”. Na verdade, o hospital não poderia ficar em greve, “e isso por razões fáceis de se constatar”. Os secundaristas estavam de prontidão para entrar em greve caso o Conselho não atendesse as reivindicações³⁵.

1.3. Novo ator em cena: a Comissão Universitária e o recuo da greve

A Comissão Universitária é composta pelos presidentes dos Diretórios.³⁶ Ela busca se apresentar, em 14 de setembro, como mediadora da greve e não como representante da greve. Ela desenvolve algumas intervenções através da publicização de seus textos, analisando e propondo saídas. Faz apelo para a solu-

ção do conflito ao Reitor Joaquim Amazonas, elogia a Universidade como “esteio da cultura do Nordeste”, enquanto critica, unicamente, o professor Luiz Freire, com a intenção, certamente, de isolá-lo.

Tudo indica que havia uma preocupação por parte dos estudantes com a dificuldade de continuidade da greve. O pensamento conservador da época, certamente, amedrontava e conduzia os alunos nesta postura política elogiosa às estruturas de poder. Quanto mais rápido acabasse a greve, melhor seria – pensavam os estudantes. A proposta de saída da greve, apresentada pela Comissão, indicava um recuo: ou por questões táticas de avaliação da força da greve ou pelos valores conservadores da época sobre o jovem. Mesmo que prevalecesse uma avaliação “tática”, acreditamos que os valores hierárquicos e de tutela falaram mais alto: fortes elogios a Joaquim e aos catedráticos em geral e às suas organizações.

Um dos indicadores que podemos ilustrar sobre o conservadorismo da época, além dos discursos dos estudantes, talvez seja a vestimenta. O papel dos estudantes na sociedade se materializava nas roupas também: jovens se vestiam e se apresentavam esteticamente feito os velhos e adultos. O bigode, o cabelo, a roupa de adulto sinalizavam as representações do jovem como adulto.

Assim, nesse contexto sociocultural-político, emergiu esta comissão em busca de solução, começando a agir.

A Comissão envia uma nota e uma Carta Aberta ao Reitor da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas, e é publicada na íntegra, a solicitação de solução da crise. A Comissão, em suas palavras iniciais, busca sensibilizar o Reitor, fazendo apelo ao mesmo para que escute o clamor dos estudantes e utilize o seu elevado espírito de conhecimento jurídico para a solução do problema. A Comissão apresenta uma proposta ao Reitor e ao Diretório de Engenharia: retirar a exigência de afastamento do professor Luiz Freire, e o pleito de participar da CTA, “a não ser nos casos previstos em lei”. Quanto à primeira proposta, a Comissão adverte que o professor não poderia participar da Banca examinadora. A apresentação da proposta foi apresentada da seguinte forma: “para a mais pronta e harmônica solução”, “aceite a permanência do professor Luiz Freire no corpo discente da Escola de Engenharia, levantando, entretanto, a sua suspeição para

participar das bancas examinadoras em suas cadeiras”. Argumentam, mais adiante, reforçando a posição de que “trata-se de uma suspeição, de direito declarada. Não nos podemos furtar a admitir a justeza da alegação”.³⁷

Novos apelos de compreensão jurídica são feitos com a finalidade de sensibilizar o Reitor quando destaca que o Magnífico reitor “compreenderá, como jurista nato que é, nosso ponto de vista” e “depõe os destinos deste movimento nas mãos de V. Magnificência” e assume “confiança”, porque se sabe que V. Magnificência agirá como “um juiz imparcial e magnânimo, deixará em lugar invulnerável e seguro, a honra da classe acadêmica e apaziguará a família universitária pernambucana. Nunca tantos confiaram num só”.³⁸ Nesse discurso, a vitória da greve está nas mãos do Reitor e não na sua força própria. Há uma valorização de sentido dos sujeitos: a autoridade saberá usar seu poder, os estudantes devem recorrer a ela quando precisarem para se defenderem de pessoas “más”.

Não foram gratuitos e fúteis o motivo e a ação da greve, procuram argumentar a Comissão, mas o corpo discente foi obrigado “a tomar a extrema atitude a que foi arrastado pela incompreensão de um mestre” e não falta outra coisa a fazer que solicitar que o Magnífico Reitor interceda “com o seu alto prestígio e a sua comprovada dedicação à vida acadêmica, para uma solução honrosa, enquanto eficaz e tanto quanto possível rápida deste incidente”.³⁹

Faz-se necessário que o Magnífico reitor “desça” ao mundo “terreno” dos acadêmicos, com seu “senso de justiça, de equidade de um velho e autorizado cultor das leis” e procure “dirimir esta contenda com espírito de compreensão e apaziguamento”, assim manifestou a mensagem da Comissão com o intuito de sensibilização do Magnífico Reitor Joaquim Amazonas. Novos apelos transcorrem no texto, reconhecendo no Magnífico Reitor “um amigo dedicado da classe estudantil e do ensino, a que tem dedicado longos anos da sua vida e tôda a sua capacidade e toda a sua cultura”.⁴⁰

Alerta a Comissão que o movimento “transbordou os corredores da Escola”, transcendendo a “significação corriqueira das greves estudantis e assume as proporções graves de um caso estadual e, possivelmente, de repercussão nacional”.⁴¹

1.4. A Congregação e a CTA são chamadas a se posicionar

No dia 16 de setembro⁴², uma nota entre outras tantas do Diretório de Engenharia, divulgada ao público e encaminhada antecipadamente ao diretor da Escola de Engenharia, solicita uma reunião da Congregação para que se discuta o conteúdo da proposta da Comissão, reconhecendo nela “fórmula conciliatória”, “acolhendo, com simpatia, a inteligente sugestão formulada pela Comissão Universitária – em boa hora incumbida da amistosa solução da contenda”. Entende que a solução do problema não vingou devido à “incompreensão de alguns, ou pela simples vaidade de outros”. E recorre à honra e importância da Universidade por ela ser “um dos esteios da cultura científica do Nordeste Brasileiro”.

No dia 17 de setembro, o Jornal Pequeno afirma que “continuará a greve”, já que foi “insatisfatória a resolução dos diretores da Escola de Engenharia”. O principal entrave foi o de que a Escola manteve a prova da 1ª turma. A Congregação utilizou o seguinte raciocínio para tal posição: “Tendo ficado claramente esclarecido que a Congregação anteriormente anulou a prova parcial da 2ª turma em virtude de fato verdadeiro, argüido pelos alunos e pelo próprio professor, qual seja o de haver este reconhecido a dificuldade relativa dos quesitos em conjunto, na ocasião da prova, não encontrou a Congregação motivo plausível para estender tal anulação à prova parcial da primeira turma cujo resultado foi regular”. Houve, também, a deliberação “da necessidade do professor ministrar mais um aula por semana. Com o objetivo de lecionar a matéria que deveria ser explicada durante o lapso de tempo em que os alunos faltaram”. A Nota da Congregação não menciona o requerimento dos estudantes, fazendo menção, apenas, à carta do professor Luiz Freire ao Reitor Joaquim Amazonas, que assim se posicionou: “a Congregação resolveu acatar a decisão espontânea daquele professor de se afastar das bancas examinadoras dos alunos da 2ª cadeira de Física, matriculados no 2º ano”.⁴³ O jornal informa, também, que os estudantes grevistas deram entrada num recurso ao Conselho Universitário, que a Comissão Universitária convocou uma reunião para as 15 horas a fim de analisar o processo de luta e a

UESP (União Secundarista) convoca uma assembléia para o dia 19, as 19h para deliberar sobre o assunto.

O Jornal do Commercio⁴⁴, “deante da resolução da Congregação”, afirma que “não se modificou a atitude dos alunos daquela Escola, como também dos demais universitários”, e ressalta que a greve “tomou novo impulso, com a adesão da Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega”.⁴⁵ Os estudantes pretendem realizar “uma grande passeata pacífica, que terminará com uma Concentração em frente à Reitoria da Universidade, como uma demonstração da confiança que os acadêmicos de tôdas as Escolas têm no magnífico Reitor”. O D.A. de Engenharia convoca, nesse mesmo dia, para uma reunião às 10h, os alunos da 1ª turma da série para fazerem balanço da situação. A Comissão Universitária faz o mesmo, convocando todos os Diretórios.

O processo de greve, o dia-a-dia, apresentado nesta seção ficaria incompleto sem os bastidores da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo, fóruns dos quais estavam ausentes os estudantes. Durante toda a greve, os estudantes mostraram flexibilidade diante da Congregação e Conselho modificando discursos e propostas – além de evitar confrontos como o se segue.

Com o argumento de que se realizaria a 7ª Reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas na Escola, o Diretório retirou o material expostos da greve, certamente, por pressão da Escola e do predomínio do imaginário social patriarcal:

*fiel à tradição de fidalguia que tem servido de norma a hospitalidade desta nobre gente pernambucana, determinou que fossem retirados, durante o dia de ontem, da fachada da Escola, todos os dísticos que traduziam a veemência do protesto da classe contra o processo de julgamento do professor Luiz Freire.*⁴⁶

Outro argumento para a retirada do material foi o de que “não era de bom alvitre que servisse de arco à passagem daqueles congressistas ilustres a bandeira de uma luta ingrata a que foram levados os alunos daquela Escola” e

que o “despotismo de um homem não deveria tirar o brilho daquela festa de uma plêiade de técnicos de renome”. Não satisfeito com a ação, o Diretório afirma que “fez substituir, ainda, aqueles dísticos por uma vibrante saudação aos dignos congressistas”.⁴⁷

A Congregação lança uma nota no jornal Folha da Manhã que “serviu não só para fortalecer os propósitos dos estudantes de Engenharia, como também deu lugar a que, imediatamente, mais duas escolas da Universidade do Recife se declarassem em greve”.⁴⁸ Essa nota foi aprovada por unanimidade⁴⁹, em 12 de setembro, assinada em 11 de setembro, respondendo aos estudantes que manda “submeter a nova prova a segunda turma da segunda cadeira de Física, sob o fundamento de que os quesitos apresentavam dificuldade acima da compatível com o gênero da prova” e considera que há pessoas que são estranhas ao meio e que fazem “campanha de desmoralização pública do estabelecimento e fazendo deflagrar uma greve às vésperas da Reunião em que a Congregação deveria apreciar o assunto”. A Congregação desmente os estudantes, corrigindo-os no que tange à natureza do vínculo profissional do professor Luiz de Barros Freire. Desqualifica, “corrige” o sujeito que fala, tutela aquele que busca construir sua autonomia. Assim expôs o Conselho: “o professor da cadeira que, como catedrático da mesma disciplina no Curso de Engenharia Industrial, é o substituto nato do titular e não simples professor contratado desde o momento da realização da prova”. Além disso, a Congregação rejeita “as demais exigências dos alunos”, sem fazer menções a elas, quais sejam: a destituição dos professores, a participação dos estudantes no CTA, segurança de que não haverá represálias, repetições das aulas dadas.⁵⁰

A elaboração desta nota mostra o “espírito de corpo” da categoria docente, pois a nota foi elaborada pelo próprio envolvido, Luiz Freire, com o apoio de Newton Maia e outros, conforme ata da Congregação do dia 11 de setembro.⁵¹ É impropriedade delegar ao envolvido a elaboração da carta.

No desenrolar da reunião, aconteceu discussão sobre: 1) críticas ao suposto apoio de Aníbal Matos aos estudantes; 2) apelo ao professor Luiz Freire para

a realização da segunda prova; 3) possibilidade de cancelamento das provas de todas as turmas por ultrapassarem o número de estudantes por prova conforme a lei.

A greve colocou divergências no modo como solucionar o fato entre a corporação docente. O Professor Anibal Ramos de Matos tomou para si a responsabilidade de ajudar na solução do conflito: 1) conversando com o D. A.; e 2) visitando o professor Luiz Freire. A conversa com os estudantes parece que saiu pela culatra, pois este foi logo se explicando no início da reunião da Congregação que não “estava ao lado dos alunos” e que não colaborou no memorial dos mesmos. Os estudantes tinham explicitado na imprensa que existia, conforme a ata, “um dos membros do CTA que estava ao lado dos alunos, tendo colaborado na organização do memorial” (1947, p.45). O professor explica a matéria se referia a ele e “deveria dizer que não agira como advogado de qualquer das partes, mas exclusivamente como mediador, visando evitar que o caso se torne ainda mais grave, à falta de um pouco de transigência”.⁵²

Este professor deve ter influenciado no discurso dos estudantes, pois a mudança do discurso foi patente: elogios aos órgãos colegiados dos catedráticos, ao Reitor e Diretor da Escola, ou seja, busca de harmonia com a ordem estabelecida.

Ele esclarece que não participou da última reunião de julho, pois estava viajando quando tomou conhecimento dos conflitos com o professor Luiz Freire. Lembra que, em agosto, na mesma reunião

*a qual assistiu, propôs em face dos termos violentos e descontentes em que estava redigido o 2º memorial, a rejeição do mesmo, sugerindo entretanto que fosse dado aos alunos o direito que lhes assistia, de volta sobre o assunto, desde que encaminhado pelo órgão competente, que é o Diretório Acadêmico e nunca por intermédio de advogado, pois os casos entre alunos e professores nesta Escola sempre foram resolvidos intramuros, sem interferência de estranhos, dentro de um espírito universitário de compreensão mútua.*⁵³

Ele esclarece que, quando procurou o presidente do Diretório foi para que revisse os termos “violentos e descorteses” e aceitasse “a rejeição feita pelo C.T.A., porém apresentariam novo memorial” – o que acordaram. O presidente do D. A. esclareceu que procurara um advogado, conforme explica ainda Anibal Matos, “á falta de uma pessoa, entre os alunos, com pratica bastante para organização do memorial e que pelo mesmo motivo, teriam agora de procurar um elemento estranho”. O professor se propôs, então, “auxiliar na elaboração do novo memorial, retirando todas as expressões ofensivas e descorteses”.⁵⁴

Quanto à procura do professor Luiz Freire em sua residência, Aurino Duarte assumiu que foi um dos que procuraram Luiz Freire juntamente com Anibal Matos, quando este explicou que tinha procurado o professor com mais dois membros da Congregação com o intuito de “ encontrar um meio conciliativo para a questão, o que infelizmente não foi obtido naquele momento”⁵⁵

Reconhecendo que falhou na iniciativa propõe que não participe da votação, o que não é aceito pela Congregação, que vota contrário ao pleito por unanimidade.

O professor Paulo Guedes interfere na discussão e faz um apelo ao professor Luiz Freire, chamando a atenção sobre a “intransigência dos alunos” e

“pedindo que fosse concedida uma nova prova, uma repetição de prova, não como anulada, dada aos alunos como não tendo feito a prova, uma 2ª chamada, dada pelo mesmo professor, não havendo nisso quebra da dignidade, sendo o prof Luiz Freire o próprio julgador; daria o prof. Luiz Freire problemas [em] que os alunos mostrariam os seus conhecimentos, estava certo da aquiescencia do prof. Luiz Freire, em beneficio da nossa escola. A prova funcionaria com 3 professores designados pela congregação (o prof. Paulo Guedes é apartado pelos presentes que lembram que a designação das bancas era da competência do CTA). Continuando, dis que o afastamento do prof. Luiz Freire

Evson Malaquias de Moraes Santos

é um absurdo porque os próprios alunos fazem boas referências do mesmo como professor, que faz um apêlo como amigo velho e colega para o prof. Luiz Freire aquiescer uma 2ª chamada para os alunos.

Luiz Freire pede a palavra e acrescenta à discussão o tema da ilegalidade de vários exames, argumentando que terá que anular todas as outras provas, “uma vez que 16 bancas funcionaram com número superior a 30 alunos”.⁵⁶ O Professor Antonio Baltar argumenta que seria necessário encontrar uma “variante, declarando a impossibilidade de realização de uma nova prova em face da legislação de ensino”. Paulo Guedes utiliza o mesmo raciocínio e afirma: “se fossem anuladas as provas por terem funcionado com número superior a trinta (30), então era preciso anular todas às provas realizadas na regência da lei em apreço”. Freire interfere novamente e defende que “deve anular todas as provas realizadas irregularmente”. Outros defendem, a ata não faz referência aos autores, que a prova poderia ser anulada e o espaço de decisão poderia ser o Conselho Universitário. Os professores Siqueira Neto e Antonio Baltar defendem a realização de uma nova prova – este último propõe uma banca sem a presença de Luiz Freire, e este a chama de “cambalacho”.⁵⁷

O professor Siqueira Neto vem a defender a realização de uma nova prova com 15 alunos ou menos e Anibal Matos inclui uma das reclamações dos alunos de realização irregular de três exames num só dia e sobre os quesitos que não obedeceram às normas regulamentares.⁵⁸ Pelópidas Silveira defende a nulidade de todos os exames com mais de 30 alunos na sala. Antonio Baltar indaga se as provas são nulas e Paulo Guedes apela ao professor Luiz Freire “fazer uma 2ª chamada para os alunos que tiraram zero”. O professor Anibal Matos pergunta “por que se anula a prova?” Ele propõe “para que dos três (3) exercícios dados, fique transformado em um (1), tirando-se a média dos três”. Siqueira Neto defende que “essa iniciativa deveria partir do próprio professor Freire e não da Congregação”.⁵⁹ Newton Maia defende que os dois exercícios excedentes “fos-

sem feitos em 2ª chamada, no que é apartado pelo prof. Luiz Freire, declarando que para fazer a 1ª prova parcial não era necessário ter exercícios escolares”.⁶⁰

1.4.1 Reação dos alunos à nota da Congregação

Os estudantes não participaram da reunião da Congregação, e não sabedores do conflito instaurado nele, apesar do “espírito de corpo” dos docentes, reagem nota da Congregação divulgada pela imprensa, produto desta reunião exposta e analisada anteriormente.

O presidente do Diretório, Hugo Guimarães, afirma: “lamentamos dizer que não procurou dar ao nosso caso a justa solução que esperávamos. Não resolveu o incidente surgido entre o Sr. Freire e os alunos do nosso educandário”. O estudante se diz estranho a declaração do professor Luiz Freire “de que não se sentia de maneira alguma diminuído em sua dignidade com a anulação da prova da cadeira de Física” e que o mesmo pediria demissão se isso acontecesse: “afirmava bastar essa anulação para o seu afastamento”. O estudante reafirma que os estudantes da cadeira de Física recorreram três vezes da dificuldade dos quesitos e “nada se obteve desses recursos”. A anulação era esperada, “tamanho era o atentado a lei do ensino superior”. A greve era uma luta contra a “injustiça” e “contra os métodos absurdos” e que não cabia a afirmação de que pessoas estranhas eram as responsáveis pela luta deles: “nós que decidimos unanimemente lutar contra a injustiça, contra os métodos absurdos do Sr. Luiz Freire, repelimos a precipitada declaração de que somos conduzidos por pessoas estranhas à Escola” o que nos faz lutar é “a defesa da nossa dignidade”: “A única coisa que nos conduz nessa campanha é a defesa da nossa dignidade e dos direitos dos estudantes da Escola de Engenharia”. O Sr Luiz Freire é que “desmoraliza” a Escola com a sua “insuficientíssima pedagogia, os seus absurdos reconhecidos pela própria Congregação”.⁶¹

Além disso, o representante do Diretório destaca quanto à alegação de uma “campanha de desmoralização” que estaria sendo feita pelos alunos que “se

não chegava a ser infantil, era quando nada capciosa”. Afirma o caráter autônomo do movimento: “Sendo autônomo o Diretório, nada mais natural do que tomar a peito a campanha, para mostrar com quem estava a razão”.⁶²

Os estudantes afirmam a vontade deliberada do professor Luiz Freire de prejudicar os estudantes a partir de seu método de avaliação. Segundo a matéria do jornal, “realizando três provas num só dia e numa mesma folha de papel, o professor da cadeira teve o propósito evidente de prejudicar os alunos coisa que não é de estranhar, pois o propósito de humilhar é inato no professor Freire quando procura humilhar os seus próprios colegas, como é fato notório. Nota-se, ainda mais, que ele é um homem inteiramente desnorteadado dos modernos métodos pedagógicos, fazendo o que fez”.⁶³

1.4.2 O Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia (CTA)

O CTA foi o agenciador direto dos conflitos dos estudantes com Luiz Barros Freire e o Diretório Acadêmico, pois, às vésperas da greve, no início do primeiro semestre, o CTA discutiu vários assuntos, entre eles: estudantes reprovados de 1ª e 2ª época (17/03); abaixo-assinado sobre habilitação (25/03); exigiu deste Diretório que adaptasse seu regimento ao da Universidade (20/05 e 09/06); solicitação de matrícula do estudante Antonio Hugo Guimarães (13/06); discussão sobre a prova parcial de Física e sobre pesos nas questões diferentes; memorial dos estudantes enviado por advogado; memorial sobre três exercícios no mesmo dia e excedente de alunos na turma (02/07, 14/07; 02/09); criação de cargo do assistente para a cadeira de Hidráulica Térmica (11/09); requerimento do professor Luiz Freire pedindo licença até 31 de dezembro do corrente ano (29/09).

A partir dos assuntos discutidos no CTA, percebemos que, desde o mês de julho, a cadeira de Física era problema em evidência. Tínhamos chamado a atenção de que, segundo uma matéria no Diário de Pernambuco, os estudantes

estavam fazendo reuniões com outras entidades e com o próprio D. A. de Engenharia para discutir a cadeira de Física e a prova parcial. Conforme a ata do dia 2 de julho, o presidente do CTA, Moraes Rego, recebe visitas de estudantes no mês de junho, em sua residência, para tratar do assunto das provas parciais em Física realizadas no dia 17. O presidente do CTA comunica, também, que recebeu visitas de três estudantes em seu gabinete para tratar do assunto. Conforme a ata, “é discutida a questão sobre pesos distribuídos às questões dos quesitos, ficando resolvido que uma questão não podia valer mais do que dois pontos da outra, que a diferença maior entre duas questões era dois, [ou] ainda podendo o professor dar três questões com os pesos 3.3.4, sendo uma facultativa” (1947, p.30). A deliberação final do CTA sobre o memorial dos estudantes, não explicitado claramente o conteúdo do memorial na ata, é que foi “por unanimidade indeferido o pedido constante no memorial por falta de apoio legal”.⁶⁴

É importante destacar que, os estudantes já em greve (11/09), o CTA faz uma reunião exclusivamente para deliberar a criação de cargo de assistente para a cadeira de Hidráulica Térmica, não havendo nenhuma menção, por menor que seja, à greve. Esta postura do CTA mostra-nos o distanciamento e, talvez, melhor dizendo, o desprezo deste órgão à vida político-acadêmica da Universidade.

Já em 2 de setembro, o CTA reconhece fundamento no memorial dos estudantes quanto à “irregularidade cometida na realização simultânea de três exercícios no mesmo dia, tendo constatado também que a prova parcial foi realizada com um número de alunos excedentes do máximo fixado pela legislação em vigor”. O professor João Holmes opina que “seja ouvido o assistente sobre o problema dado pelo mesmo na prova parcial” (1947, p.32, verso). Imediatamente a este ponto, João Holmes pede a palavra para tratar do assunto da saúde do servente e este tema é encerrado.

Todos estes conflitos que deflagraram a greve, forçaram o professor Luiz de Barros Freire, como consta na ata do dia 29 de setembro, a solicitar por requerimento, pedindo licença “até 31 de dezembro do corrente ano, do exercício das cadeiras de Física (1ª e 2ª cadeira) e como membro do CTA e do Conselho Universitário da Universidade do Recife”.⁶⁵ Conforme as atas do Conselho Uni-

versitário, seu nome está ausente não por três meses, mas por dois anos.

A análise dos dois órgãos, da Congregação e do CTA, demonstra o distanciamento destes órgãos em relação aos estudantes. A sua aproximação se dá apenas, no reconhecimento do lugar que já está estabelecido no estatuto, a relação entre os catedráticos e os estudantes – vide a pressão do CTA para adequar o regimento do D.A. ao estatuto, senão não teria garantia de reconhecimento de sua representação enquanto categoria. Contudo, estes colegiados não são uma pedra monolítica em que os comportamentos de todos se dão da mesma forma. A postura de Aníbal Matos destoa das resoluções efetivadas por estes órgãos. Entretanto, prevalece hegemonicamente o caráter conservador destes órgãos, pela unanimidade das decisões em vários assuntos, inclusive os da greve, ou seja, mesmo os docentes identificados como democráticos, do porte de Newton Maia, Antonio Baltar e Pelópidas Silveira, nas votações, ficavam a favor da corporação docente patrimonialista dos catedráticos. Isto ocorria, também, no Conselho Universitário, em que todos os recursos interpostos pelos estudantes foram recusados por unanimidade, em todo o mandato do Reitor Joaquim Amazonas (1946 a 1959) (análise de 113 atas de um total de 159 atas) – com exceção do caso dos estudantes que serviram na segunda guerra, tendo, assim, direito a concluir algumas disciplinas.

1.5 O desfecho da greve

Quanto mais passavam os dias, mais apelos surgiam aos catedráticos, ao Sr. Joaquim Amazonas e ao “digno povo pernambucano”. Neste último exemplo de apelo, há uma mudança, um deslocamento do apelo aos catedráticos ao “povo pernambucano”. Com esse deslocamento, os estudantes utilizavam-se do meio de comunicação para angariar simpatias da população – certamente já existia um mercado de massa que se via como pernambucano através do consumo das letras dos jornais. Mas sabiam, também, que ele não era sólido. A “salvação” da greve estava nas mãos, de fato, do Reitor e do principal órgão dos catedráticos, o Conselho Universitário – pelo menos acreditavam ou queriam acreditar eles.

Se as matérias anteriores mostravam o impasse, a manchete do Jornal do Commercio⁶⁶, após a carta de Luiz Freire, apontava para a solução do conflito em breve, ao estabelecer o seguinte: “Praticamente resolvido o grave incidente surgido na Escola”. Mas parte do texto não expressava bem a manchete: “a greve dos estudantes no entanto continua. E continuará até que se conheça o pronunciamento oficial da Congregação”. Informa, também, que “o movimento paredista (...) foi engrossado, ontem, com as adesões da Escola de Agronomia, de Química e Ciências Econômicas”.⁶⁷ Este jornal já sinalizava para o fim da greve, antes do tempo. Já achava que a estava demorando demais.

A expectativa de a greve se encerrar é grande, principalmente, porque a posição da Congregação não ajudou a sanear o conflito, e transferiu-se para o Conselho Universitário essa possibilidade – a instância máxima da Universidade. Duas longas notas estudantis são publicadas⁶⁸: uma do D.A. de Engenharia e uma outra da Comissão Universitária, além de uma carta explicativa do professor Amaranto Lopes Ferreira. Assim, em 18 de setembro, o Jornal do Commercio destaca; “tudo indica que esta solução virá amanhã, favorável aos estudantes através do Conselho Universitário”. O Jornal apoia as ações dos estudantes, ao divulgar a nota do D.A. de Engenharia enfatizando “os motivos justos e ponderáveis que fundamentam aquela pretensão”⁶⁹. Essa nota do Diretório é assinada pelo presidente do D. A. de Engenharia, Hugo Guimarães, e seu vice, Jonio Santos de Lemos.

O Diretório não se dirige mais apenas aos estudantes, mas ao “digno povo pernambucano”, para se explicar “deante das insinuações cavilosas de terceiros, que nos acusam de estarmos em greve, já agora, sem motivos justos”. A pressão psicológica pelo fim da greve faz-se sentir neste discurso e busca apoio não somente da estudantada, mas da população em geral, ampliando alianças. A entrada na greve foi por “um motivo justo”, a saída será pelo mesmo motivo. “Repelimos, de início, estas insinuações malévolas”, advertem o Diretório. O motivo alegado de permanecer em greve é que a “egrégia Congregação achou por bem não atender [às razões] desde que não [as] considerava justas. Foram elas: 1º Considerar o professor Luiz Freire suspeito para os alunos do primeiro ano da nossa Escola,

das bancas examinadoras daqueles alunos; 2º anular a primeira prova parcial da primeira turma da segunda cadeira de Física”. No final de sua exposição, após uma longa narrativa do que sucedeu nas provas, o D. A. afirma: “não estamos em greve pelo simples propósito de estar em greve”, o D. A. não seria “traidor” e “abandonaria” a turma nesse momento do jôgo. Nesse momento da situação, “consideramos já encerrado, e vitorioso o nosso movimento, sob todos os outros aspectos. Não podemos abandonar, pois, esta reivindicação última, quando ela não é uma exigência, senão um direito”. Ressalta o documento, ainda, que “o público guarde, pois, a certeza de que são nobres os nossos propósitos. Mesmo porque, sem propósitos nobres não contaríamos com o conforto da sua simpatia que tanto prezamos porque tanto nos anima”. O D. A. confia na instituição Universidade e na “consciência jurídica dos doutos componentes do nosso egrégio Conselho Universitário”. O D. A. tem a confiança na “clarividência” “daquela consciência jurídica, [que] há de se pronunciar por nós e fará que volte a paz ao seio da nossa querida família universitária”.

Categoricamente afirma o D.A.: “cessem os motivos, cessaremos incontinenti a nossa greve”, faz “promessa” ao povo pernambucano e “deseja estar à altura da distinção que lhe tem dedicado a imprensa e o povo em geral, já que a nossa causa é verdadeira e a verdade é soberana e está em todas as partes”. Na sua conclusão, apela à possibilidade de “voltar à paz, porque nela é que desejamos estar, trabalhando para a grandeza da nossa Pátria estremecida”.⁷⁰

A Comissão Universitária, em nota divulgada nesse mesmo jornal, dia e espaço, vem a público solidarizar-se com o D.A. e os grevistas, dar solidariedade aos mesmos, reconhecendo “plenamente as razões dos colegas de Engenharia” e a “justeza das considerações do [D. A.], em proclamação dirigida ao povo”.⁷¹

A Comissão vem em defesa da política e, conseqüentemente, em defesa do “direito” de fazer greve e se rebelar com a finalidade de combater os discursos que buscavam “outras intenções” da greve. Porém, recorre à política pelo viés legalista, utilizando como salvaguarda a Lei constitucional, e não, simplesmente, pelo direito de organização e de liberdade de ação.. Afirma a Comissão: “Encaramos a greve como um direito líquido, legal e sadio – direito garantido pela

constituição de 1946 – ao qual, uma vez esgotados os meios normais, recorra uma classe prejudicada em suas justas aspirações”. Logo adiante, complementa seu argumento combatendo a ideia de que havia uma outra motivação na greve: “refutamos, veementemente, qualquer insinuação de quem quer que seja que, maldosamente, tente descobrir no movimento outras intenções que não estas. Fomos sinceros e honestos no início, e sob a mesma característica continuamos”. Contudo, a Comissão não ataca a Congregação, mas reconhece seu esforço em solucionar os problemas, a sua “boa vontade com as últimas resoluções”, “atendendo a mais dois pontos das reivindicações dos alunos”. Volta novamente a confirmar a justeza da sua posição: “não vemos por que motivo devemos fazer cessar nosso apóio, quando apenas uma turma foi satisfeita em seus desejos. Se entramos no movimento, por reconhecermos, nas suas pretensões, justiça e honestidade, e evocando a solidariedade da classe, não podemos abandonar nossos colegas deante de uma solução parcial de um dos pontos em questão”. A unidade e coesão do movimento é ressaltada no texto: “Não poderíamos agir de outra forma. Nossa compreensão de unidade e de solidariedade não permite interpelações dúbias ou vacilantes. Não prestamos apoios a grupos. Somos pela classe”.⁷²

A Comissão joga para o Conselho Universitário a responsabilidade da solução do conflito: “Apêlo aos membros do Douto Conselho Universitário para que reconheçam um direito, e assegurem a paz e a tranqüilidade para alunos e professores”. Enaltece novamente o Conselho: “Conhecedores que somos, todos nós, do equilíbrio jurídico dos componentes do Conselho Universitário, podemos dizer, de corações tranqüilos, que estamos em boa casa. Temos, por conseguinte, o direito e dever de ter esperança”⁷³.

Apesar da crença dos estudantes no Conselho Universitário – recém-formado, por sinal -, historicamente, o Conselho Universitário não fora o espaço dos estudantes. Não apareceu a fala dos estudantes na ata que deliberou a favor dos mesmos. O estudante só aparece na ata como componente do Conselho. Ou o representante do estudante ficou omissivo durante a reunião (o que é difícil acreditar), ou a lógica cultural da época não permitia o aparecimento de vozes

discordantes que não fossem os catedráticos.

O Conselho Universitário se reúne na sala da Congregação da Faculdade de Direito, às 10 horas, com as presenças de Mario Guimarães, José Soriano de S. Neto, Eurico Matos, Oscar Coutinho, Jorge Lobo, Ferreira dos Santos, Ernesto Silva, Pelópidas da Silveira, José Maria, Maria Torres, Luiz Delgado, Torquato Castro e o bacharelado Paulo Rangel Moreira sob a presidência de Joaquim Amazonas, “tendo deixado de comparecer”, o professor Luiz Freire, segundo informa a ata da reunião. O único ponto da ordem do dia é o recurso interposto pelo Diretório “contra a decisão da Congregação da mesma Escola que, tomando conhecimento de um memorial da classe, em que pedia a anulação das primeiras provas parciais realizadas em junho, da 2ª cadeira de Física, deixara de anular as da 1ª turma, mantendo a resolução de anular somente as da segunda turma”.

Apesar de todo o conservadorismo organizacional da UR, a greve muda o ritual da reunião do conselho universitário. O Reitor argumenta que o procedimento regular seria encaminhar a solicitação do Diretório a um dos membros do Conselho para que se apresentasse na próxima reunião o referido parecer. Porém, como “o assunto era de extrema urgência, a fim de ser solucionada a crise por que passam os trabalhos universitários, em face da greve em que se declaravam os alunos de todas os institutos desta Universidade, além de outros não integrados nesta, resolveu trazer o caso ao conhecimento e deliberação do Conselho, independente de tal formalidade”.

Após a historicização de todo o conflito pelo Magnífico Reitor, o professor Pelópidas da Silveira pede a palavra e declara-se “impedido de votar, por ser componente da Congregação recorrida, mas não se julga (???) de discutir e informar o caso. Eurico de Matos se coloca na mesma posição do Sr. Pelópidas”. Soriano Neto pede a palavra e discorda, achando que ambos podem votar. Já Torquato Castro e Mario de Souza concordam com a posição de Pelópidas e Eurico Matos. O professor Oscar Coutinho indaga se na ata da Congregação constam “os fundamentos da decisão recorrida”. Pelópidas pede a palavra e diz que “não são difíceis ou insolúveis” todas as questões postas. Jorge Lobo já declara sua posição: “em face da anulação da prova da Segunda Turma, não via razão para não

serem anuladas as da primeira, sendo neste sentido o seu voto”. Contudo, propõe uma “moção de louvor” ao professor Luiz Freire, “pelo seu gesto, afastando-se, espontaneamente, das Comissões Examinadoras da Segunda Cadeira de Física, no corrente ano letivo, e enaltecendo os seus grandes méritos de professor e de cientista”. Soriano Neto e Ferreira dos Santos, Pelópidas da Silveira, José Maria e Paulo Rangel defendem a aceitação do recurso.

O Magnífico Reitor Joaquim Amazonas comenta que já está esclarecido o assunto e passa à votação. Votam favoráveis ao recurso: Maria de Souza, Soriano Neto, Oscar Coutinho, Jorge Lobo, Ferreira dos Santos, Ernesto Silva, José Maria, soror Maria Torres e o bacharelando Paulo Rangel; e contra, Luiz Delgado e Toquato Castro – com justificativas de voto: mais da metade da primeira turma conseguiram notas “rasoáveis, e isto prova de que as dificuldades não eram insuperáveis para a classe”. Proclama, assim, o magnífico Reitor, o resultado da votação: “o Conselho por nove (9) votos contra dois (2), tendo se absterido de votar os profs Pelópidas da Silveira e Eurico de Matos, deu provimento ao recurso interposto, a fim de se considerar nulas as primeiras provas parciais, realizadas em junho último pelos alunos componentes na primeira turma da segunda cadeira de Física”. Logo após a proclamação dos resultados, o Reitor Joaquim Amazonas coloca em questão a proposta do prof. Jorge Lobo sobre a “moção de Louvor” ao professor Luiz Freire, ninguém se pronuncia e é aprovada por unanimidade, com os votos dos profs. Pelópidas da Silveira e Eurico de Matos.

Neste dia 19 de setembro, único jornal a divulgar o fim da greve, no dia da reunião, o Jornal Pequeno estampa em sua manchete: “Terminou a Gréve Universitária”. Este Jornal destaca que “venceram as pretensões estudantis” e que, logo após as 12 horas, já se sabia o resultado do Conselho. Este informativo diz que Luiz Freire recebeu um “voto de louvor” “pela maneira com que se conduziu na questão, afastando-se voluntariamente dos bancos e aquiescendo na realização de novas provas”.⁷⁴

Os estudantes grevistas “consideraram uma ‘prova de fogo’ a solidariedade estudantil. Por isso, festejarão o fato, na próxima segunda-feira, no Teatro Santa Isabel, com uma grande concentração, durante a qual será lido um documento

com as reivindicações consideradas vitais para a numerosa classe”. A festa não é de ódio contra quem quer que seja, afirmam os estudantes; “fazem, por nosso intermédio, um apêlo a todos os estudantes desta capital, no sentido de que, com as suas presenças, dêem maior brilhantismo nos atos”.⁷⁵ O Teatro de Amadores foi convidado para realizar apresentação nesse evento e “levará a cena a peça de Paulo Gonçalves – a Comédia do Coração – colaborando, assim, para o maior brilhantismo das festas dos universitários pernambucanos”.⁷⁶

Já no dia 20 de setembro, no *Jornal do Commercio*, a manchete dizia, também, que “Terminou, ontem, a greve dos universitários”. Conforme a matéria, “o órgão máximo da Universidade, tomando conhecimento do referido recurso, veio ao encontro das justas pretensões da classe, pondo término ao estado de greve”.⁷⁷ O *Jornal* publica duas notas: uma, da Comissão Universitária⁷⁸, e uma outra, do Diretório de Engenharia”.

A Comissão considera seus trabalhos “encerrados” e “concluídas as tarefas” devido ao fim paredista. “A vitória”, diz um dos trechos da nota, “-em face da amplitude alcançada – pertence não somente aos colegas de Engenharia, como também a nós todos, alunos de outras Escolas superiores de Recife”. A carta elenca várias causas que contribuíram para o deslanche vitorioso: “a transigência dos diretamente prejudicados, em [preze] dos pontos apresentados; a boa vontade da Egrégia Congregação da Escola de Engenharia; o equilíbrio jurídico do Douto Conselho Universitário; a atitude mediadora do Magnífico Reitor da Universidade; a elegante atitude do professor Luiz Freire que, em carta aberta, concordou em não participar das bancas de exame dos alunos matriculados na 2ª Cadeira de Física e dependentes da 1ª; o apôio unânime da imprensa do Recife; e o interêsse e a atenção acolhedora com que a opinião pública distinguiu a nossa causa”. Novamente, a Comissão faz questão de reafirmar os motivos desse apoio: “Não nos moveu, na atitude que assumimos, de apôio e de solidariedade aos colegas de Engenharia, outra intenção que não fosse o sentimento de unidade de classe, ainda mais quando estávamos convencidos de que eram justas as pretensões daqueles colegas”.⁷⁹

A Comissão apela para que não mais aconteçam tais “incidentes desa-

gradáveis” e “que não sejamos jamais levados a atitudes tão extremas e a luta tão ingratas”. Desejam “paz” e “harmonia entre os colegas e compreensão entre mestres e alunos”⁸⁰. A Comissão apela, também, para que, da mesma forma que usaram sua energia “para o combate” e “magnificamente somadas durante a campanha grevista”, que a utilizem para o “trabalho útil e produtivo”.

A nota do Diretório de Engenharia se propõe a esclarecer os motivos da cessação da greve, “que advém de terem sido reconhecidas todas as nossas reivindicações pela egrégia Congregação da Escola de Engenharia e pelo douto Conselho Universitário da Universidade do Recife”. Ela foi assinada pelo seu presidente, Antônio Hugo Guimarães, e seu vice, Jonio de Lemos. O diretório faz um “agradecimento vibrante” ao rádio e à imprensa pelo apoio, aos colegas de todas as escolas superiores: “não poderíamos esquecer a maioria dos dignos professores de nossa querida Escola, como também os professores das demais escolas que compreenderam a elevação moral das nossas reivindicações nos confortando e nos fortalecendo com o seu estímulo e até mesmo se solidarizando conosco”.⁸¹ Agradece, também, ao “mestre e amigo”, reitor Joaquim Amazonas, e ao diretor interino da Escola de Engenharia, Eurico de Matos: “a nossa mais profunda admiração pelo interesse e pela boa vontade que manifestaram nos entendimentos para a solução do grave incidente”.

O Diretório prega o fim dos “rancores” e “ressentimentos”, voltando à normalidade: “tudo faremos para que, cada vez mais unidos e confiantes, professores e alunos da Escola de Engenharia construam, pela compreensão e sinceridade de propósitos, um ambiente onde exista, acima de tudo, o espírito universitário tão necessário a cada um de nós para que possamos cumprir o nosso dever e o nosso objetivo comuns”. Solicita “ausência de ânimo” ao professor Luiz Freire, e afirma não experimentar sentimento de “hostilidade à sua pessoa”. O Diretório reconhece seus “méritos intelectuais”, contestando apenas o “seu método de julgamento”. “Por isto”, conclui o Diretório, “não vamos cantar hino de vitória. Ela virá mais tarde, com o restabelecimento da harmonia e da compreensão mútua. Este dia será então, legitimamente, o dia da VITÓRIA”.

O Diário de Pernambuco⁸², no dia 20 de setembro, expõe sua manchete:

“Terminou, ontem, a greve dos universitários pernambucanos” e classifica a greve como “ruidoso caso, que repercutiu longamente em todos os nossos círculos sociais”. Luiz Freire “atenuou” as pretensões estudantis, posiciona-se favoravelmente o Diário de Pernambuco. Foi deliberado um voto de louvor ao professor Luiz Freire “pelo modo com que se conduziu nesse movimento de classe universitária, aquiescendo na realização de novas provas e afastando-se voluntariamente das bancas examinadoras.

Todos os jornais comerciais, como já vimos, trataram a greve em seus próprios círculos corporativos da greve, não incluindo nenhum aspecto político mais amplo. O jornal Folha do Povo inova, incluindo outros temas, conforme a sua matéria, em decorrência de conversas com os líderes do movimento, quando ressaltaram que, apesar da vitória, faltava muito a conquistar, como “federalização das escolas superiores, abatimento nas passagens de ônibus e bonde, representantes da classe nos Conselhos Técnico-Administrativo, ajuda oficial á Campanha dos Ginásio Populares, restaurantes populares para estudantes, etc”.⁸³

Percebemos aqui como foi rica e densa a dinâmica da greve com apoios de solidariedade entre os estudantes. Quanto mais apontava a não solução do conflito, mais estudantes aderiam à greve, com forte crítica ao “autoritarismo” do professor, o que na verdade era uma crítica à estrutura dos catedráticos, pensamos nós.

A greve sinalizou a construção da autonomia dos estudantes, constituindo um imaginário de liberdade perante a instituição educacional patrimonial. A inclusão da reivindicação de participação no CTA já demonstrava a exigência da democratização da Universidade. A própria defesa do direito de greve, argumento essencialmente político, expressava esta consciência autônoma em formação, como o debate desenvolvido pelo Diretório sobre o fechamento do Partido Comunista. O ideário burguês de liberdade ecoava entre os estudantes. Não podemos esquecer as lutas ideológicas vigentes entre capitalismo e socialismo, manifestadas nas eleições, nas greves e conflitos sociais nas ruas. Contudo, era frágil, ainda, esta autonomia pela força do imaginário social patrimonial que estabelecia a tutela como forma de relação social principal.

Manifestava-se esta tutela pelo ataque sistemático ao professor Luiz Freire, em detrimento da estrutura catedrática, núcleo central do autoritarismo da instituição: masculina, hierárquica e verticalizada. A glorificação do Conselho Universitário, do C.T.A., dos seus professores e, particularmente, de Joaquim Amazonas expressava a prisão e o limite deste imaginário de autonomia em construção. Gadiel Perruci, em seu estudo sobre a história da UFPE, defende que não adiantava quem não fosse catedrático, recorrer aos órgãos colegiados da Universidade, pois eram compostos dos catedráticos, todos eles, o que inviabilizava qualquer reivindicação. Sem dúvida procede esta argumentação quando investigamos a estrutura organizacional e quando os diretórios estudantis, entre eles, o de Engenharia são obrigados a adaptar o seu regimento ao estatuto vigente – exigência imposta pelo CTA com resistência desta entidade estudantil (como veremos mais adiante).

2. Explicação da greve conforme os docentes envolvidos

2.1 O ocorrido conforme o professor Luiz Freire

Antes de apresentar o seu esclarecimento dos fatos de acordo com a nota publicada pelos jornais, é importante situar sua reação diante da greve durante o processo, possibilitando assim, mais riqueza e compreensão de sua postura durante todo o conflito.

2.1.1 Postura política de Luiz Freire

Em 11 de setembro, conforme o Jornal do Commercio, a matéria chama a atenção de que o Sr. Luiz Freire enviou “um telegrama em termos algo ofensivos, dirigido (...) ao diretor interino da Escola, e do qual o professor contratado de Física teria enviado cópia ao reitor da Universidade do Recife”.

Não satisfeito com sua postura emocional, Luiz Freire tenta resolver o

problema da greve propondo um encontro dos estudantes em sua casa. O Diretório informa que recusou uma proposta do professor Luiz Barros Freire, apresentada pelo seu assistente, Amaranto Lopes Pereira, que se resumia à realização de sabatina em que ambos, estudantes e o professor, poderiam fazer perguntas entre si. A realização da prova oral seria na casa do professor, acompanhada de vinho de genipapo, o que serviu de gozação por parte dos estudantes. Relata a nota dos estudantes:

*Não faltou o lado pitoresco da questão, quando o emissário, ino-
centemente, afirmou que o Dr. Freire franquearia sua própria
casa para o tetê-à-tête, regado para a delícia dos conferencistas
a um maravilhoso vinho de genipapo. Embora profundamente
sensibilizado com o gentil convite, este Diretório, fazendo vista
grossa à ironia nele mal disfarçada não aceitou a proposta. Não
que o (???) no caso, uma forte alergia dos seus membros pelo vi-
nho, mas simplesmente atendendo á situação de fato existente,
que não permite um entendimento aberto desse órgão de classe
com pessoas intencionalmente interessadas em envolvê-lo, e, pe-
las circunstancias, incompatibilizado com o mesmo.⁸⁴*

O diretório argumenta que esta iniciativa do professor Luiz Freire não é suficiente para mostrar sua não animosidade com os estudantes, e que eles não duvidam da capacidade intelectual do mestre e que a greve só surgiu por sua “intransigência e pela sua ausência de método pedagógico”. Afirma o Diretório: “sem desacreditar na superioridade intelectual do mestre, consta que sempre foi do nosso propósito ressaltar, não cremos que ela seja suficiente para dar ao Dr. Freire isenção de animo com relação a alunos”. Em relação a este assunto, o Diretório afirma categoricamente que não pode fazer acordo com pessoas de direito “suspeitas”, sendo este o seu principal motivo da sua recusa à proposta: “Não podemos aceitar entendimento com pessoas que consideremos, de direito,

suspeitas. E no simples fato de evocarmos a suspeição, vai uma explicação do móvel principal da recusa”.⁸⁵

Na reunião da Congregação, Antonio Baltar indaga a Luiz Freire se haveria “constrangimento” em aceitar as sugestões feitas – entre elas, realização de nova prova. Na verdade, Luiz Freire não responde ao professor Baltar, pois fala como se a pergunta não fosse dirigida a ele, mas ao seu assistente. A seu modo, Luiz Freire afirma que não haveria problema para o assistente, raciocinando da seguinte forma, conforme a ata:

“No caso do assistente que ou cairá com ele ou subirá com ele, declarando que pessoalmente não se sentirá de nenhum modo diminuído em sua dignidade com o aqui ceder na realização de uma nova prova, uma vez que fora sua [a] iniciativa de [constatar] o fundamento do [meio como] decidir a Congregação, iniciativa essa prejudicada tão somente pela atitude dos alunos”.⁸⁶

Podemos deduzir, de tudo o que foi posto, pelo material coletado, de que as ações e atitudes de Luiz Freire não ajudaram a dirimir os conflitos. Pelo o contrário, demonstrou intolerância e indisposto a negociar a solução do conflito com os estudantes.

2.1.2 Carta explicativa de Luiz Freire

No dia 15 de setembro, no *Jornal Pequeno*⁸⁷, o professor Luiz Freire disponibiliza publicamente uma carta enviada ao Reitor Joaquim Amazonas propondo “dar a minha parcela para a solução do celebre ‘caso’ da Escola de Engenharia que, hoje, envolve toda a Universidade do Recife”. Segundo o professor, “essas razões”, as postas na nota da Congregação, “militam inteiramente em meu favor, ao contrário do que maldosamente insinuam uns, e outros, inadvertidamente”. Continuando com seus argumentos, o professor acredita que o exame oral final é a “única prova idônea, entre nós – é isso que a minha já larga experiência tem indicado”. Ele não considera que tenha tido culpa no que diz respeito à gravidade do incidente e conflito. Só há dois culpados: os estudantes e o professor assistente: “como vemos, magnífico reitor, os culpados pôr esse triste incidente

foram, em 1º lugar, o meu assistente e, em 2º, os próprios alunos. Eu é que nenhuma culpa tive nesse caso deplorável, embora o contrário estejam parecendo a todos”⁸⁸. Este professor propõe a criação de uma “comissão credenciada de universitários, a minha ausência das bancas examinadoras dos alunos em causa, temendo esses da minha parte uma possível ‘vingança’”. Após essa proposta, o professor entende que o magnífico reitor pode “dar tudo por encerrado” esse “deplorável incidente verdadeira tempestade em copo d’água” e encerra suas palavras sobre este aspecto do tema desejando que “sejam de pronto reiniciadas as aulas da nossa querida Universidade, que abriga a mocidade, que, talvez mesmo em sua absoluta totalidade, constitui das maiores esperanças da nossa Pátria”⁸⁹.

Para ele, “a prova estaria inteiramente válida” se não fosse a intervenção da Congregação que visava solucionar o caso, “fazendo-me um apelo unânime nêsse sentido e a que eu não pude deixar de acceder”⁹⁰. Sugeriu, assim, Luiz Freire, estar fazendo um favor à Congregação que visava pôr termo ao conflito.

Os argumentos postos pelo professor que o inocentam são os seguintes: “apresento sempre em minhas provas parciais dois quesitos, um relativamente difícil, e outro, a cargo do meu assistente, de solução pronta, a fim de que possam os alunos prestar exame oral final - única prova idônea...”. “Acontece, porém”, esclarece o professor, que “este ano, que havendo eu mudado de assistente, esse, certamente por falta de experiência, deu um quesito que não consultava ao critério da cadeira”. O referido professor adverte ainda que tinha apresentado ao professor assistente as referências de como deveria ser elaborada a questão. Assim se pronunciou: “E isso, apesar de ter eu, antes da prova, lhe feito ver qual aquele critério, dizendo-lhe mesmo que, se a questão que ele formulara extravazava do referido critério, eu e não ele a daria, então”⁹¹.

Na ata da Congregação, quando ele é chamado a explicar, no início da reunião, o ocorrido, o seu registro é brevíssimo e, conforme a ata, ele afirma que “obedece ao programa [nacional] da Escola de Engenharia e que sempre deu quesitos relativamente difíceis”.

2.2 O ocorrido conforme Amaranto Lopes Ferreira

Em 18 de setembro de 1947, no *Jornal do Commercio*, publica-se a carta do professor Amaranto Lopes Ferreira cuja análise vem a seguir.

Este professor elabora uma carta ao Reitor Joaquim Amazonas e pede “permissão” para se comunicar por “este meio” e esclarecer, “por dever”, “em face do incidente havido”. Para o professor, a questão estava “enquadrada dentro do ponto e da matéria por mim dada e detalhada em aula e cuja solução so me afigurava compatível com o nível do curso”. Afirmo que o titular, professor Luiz Freire, tinha conhecimento antecipado da questão e que aquele indagou “se a questão que iria formular estava acessível, respondendo-lhe afirmativamente (...) para os alunos que tivessem estudado a matéria por mim explicada. Caso o que, plenamente concordou. Enunciados os quesitos não recebi por parte daquele professor a menor observação, o que atestava insofismavelmente não ter havido de minha parte, exorbitância de atribuições. Foi realizada normalmente a prova, nas condições citadas sem nenhuma reclamação ocasional”.⁹²

. “Mantendo a mesma coerência”, afirma o professor que apresentou “um problema em condições idênticas” pra segunda turma e “ainda sem nenhuma advertência por parte do professor titular”. Informa este professor que a questão elaborada pelo professor Titular, Luiz Freire, valia peso 7 (sete) e 3 (três) o quesito elaborado pelo professor assistente. Tendo ocorrido insatisfação dos estudantes, o professor Titular “propôz à turma, para escôlha, uma segunda situação de exame em que seriam dados 3 quesitos, com a substituição daquele apresentado pelo titular por dois outros de peso 5 (cinco) e 2 (dois), permanecendo sem substituição e com o mesmo pêso, a do assistente, propostas estas rejeitadas pelos alunos, que se retiraram sem fazer a prova”.⁹³

Este professor alega que não cabia a ele apresentar o quesito de “solução pronta, diria melhor, um quesito incondicional, afim de que fôsem atingidos os objetivos pedagógicos e didáticos” como foi argumentado pelo professor Luiz Freire e que a nota da Congregação é clara ao afirmar que “não é este ou àquêle

quesito em separado, mas aos ‘quesitos apresentados’”. O professor afirma que relatou “os fatos na verdadeira ordem em que se processaram, e como se processaram” e que teve a verdade “como objetivo”, acrescentando: me “baterei intransigentemente na defesa dos meus direitos e da minha própria dignidade”.⁹⁴

3. Quem são os atores paredistas e contemporâneos daquela época?

Não temos condições de apresentar todos os atores da época por falta de informação concreta. Não temos certeza, também, se Armando Monteiro Filho foi grevista. Contudo, como não foi noticiada a existência de aulas, supõe-se que ele aderiu à greve. Assim, conseguimos identificar alguns, e seguem, adiante, por ordem alfabética:

3.1 Amaranto Lopes Ferreira

Neto de seringueiro, o professor Amaranto Lopes Pereira nasceu em 1923, em Porto Velho, capital de Rondônia. Aos dois anos de idade, Amaranto mudou-se com a família para Manaus e aos quatro anos foi para Pernambuco, terra natal de seu pai, o advogado Manoel Amaro Lopes Pereira, que fora nomeado Secretário de Segurança Pública do Estado, função na época denominada Chefe de Polícia. Na cidade de Recife concluiu seus estudos em 1946, graduando-se em Engenharia Civil pela UR. Ingressou na Great Western, empresa com sede no Canadá, que em 1957 passou a ser a Rede Ferroviária do Nordeste, onde exerceu o cargo de Diretor Administrativo entre 1962 e 1965. Em 47 foi convidado pelo professor Luís de Barros Freire para o cargo de professor assistente de física na Escola de Engenharia da UR. Passou a ensinar eletrotécnica, como professor-assistente, no recém-fundado curso de Engenharia Elétrica da UFPE, a convite do professor francês Pierre Lalange. Ganhou uma bolsa de estudos na Universidade de Toulouse, na França, onde passou um ano estagiando na área de eletrotécnica,

no Laboratório de Engenharia Elétrica. De volta ao Brasil, em 1960, Amaranto fundou e passou a chefiar o Departamento de Engenharia Elétrica da Escola de Engenharia da UFPE. Cinco anos depois retornava a Toulouse como pesquisador do Laboratório de Engenharia Elétrica e Professor Titular do Instituto Nacional de Ciência Aplicada (INSA). Ligado a UFPE e lecionando em Toulouse, Amaranto inaugurou em 68 a primeira disciplina de Teoria Geral de Sistemas, a ser ministrada na França. Tal disciplina despertou interesse da Escola Politécnica de Montreal, no Canadá que o convidou para ministrar um curso sobre o tema, como parte de um convívio entre a França e o Canadá. O professor foi contemplado em 1973 com o Diploma e Medalha da Ordem Nacional do Mérito da França. No decorrer de sua trajetória na UFRJ, o professor Amaranto assumiu vários cargos e funções: foi membro do Conselho Universitário por oito anos, diretor eleito da Escola de Engenharia, entre 1978 e 1982, decano do Centro de Tecnologia, de 1982 a 1986, e Subreitor de Patrimônio, Finanças e de Pessoal. Foi três vezes eleito presidente do Conselho Deliberativo. Em 1995, foi incluído no seleto grupo de doze ex-alunos escolhidos para receber a Medalha do Mérito do Centenário da Escola de Engenharia de Pernambuco, uma das mais antigas do país. (disponíveis em: <http://www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=842> e <http://www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=1058>)

3.2 Armando Monteiro Filho

Armando Monteiro Filho nasceu no dia 11 de setembro de 1925 em Recife (PE), filho de Armando de Queirós Monteiro e de Maria José Dourado de Queirós Monteiro. Ingressou na Escola de Engenharia da Universidade de Recife em 1945. Nas eleições de 1950 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), em Pernambuco, mas foi impedido de assumir o mandato devido a seu parentesco com o governador eleito Agamenon Magalhães, seu sogro. Em 1951, obteve a primeira suplência na Assembleia Legislativa e foi nomeado secretário estadual de Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1954, quando assumiu vaga aberta na Assembleia Legislativa. Em outubro de 1954 foi

o deputado federal mais votado. O pessedista Tancredo Neves nomeou Armando Monteiro Filho para o Ministério da Agricultura. Com a renúncia do gabinete de Tancredo Neves em 26 de junho de 1962, deixou a pasta da Agricultura e reassumiu sua cadeira de deputado federal. Nas eleições de outubro de 1962, disputou o governo de Pernambuco pelo PSD, mas Miguel Arraes venceu o pleito. Contrário ao golpe militar que destituiu Goulart em 31 de março de 1964, filiou-se ao MDB, partido de oposição ao novo regime, sob cuja legenda concorreu, sem sucesso, ao Senado em novembro de 1966. Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Somente em outubro de 1994 voltou a disputar um cargo público, concorrendo a uma vaga de senador, mas não foi bem sucedido. Em outubro de 1998, depois de deixar o PDT, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Armando_Monteiro_Filho.asp).

3.3 Felipe Tiago Gomes

Felipe Tiago Gomes nasceu em Picuí, em 1 de maio de 1921. Em 1936, ingressou no Colégio Pio XI em Campina Grande, Paraíba. Fundou e presidiu o Grêmio Littero-Cultural Humberto de Campos em Picuí, no ano de 1938. Concluiu o Curso Ginasial no Colégio Pio XI, em 1940; já em 1941 foi para o Ginásio Pernambucano, no Recife, e no ano seguinte foi nomeado secretário de Assistência da Casa do Estudante. Fundou a CGP - Campanha do Ginasiano Pobre, no Recife, em 1943, atual CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1944, no ano seguinte foi eleito representante da turma junto ao Diretório da Faculdade de Direito. Em 1946 é nomeado prefeito de Picuí. Foi presidente do DCE da Universidade Federal de Pernambuco, em 1947, e fundou o Teatro Universitário de Pernambuco. Formou-se bacharel em Direito em 1948, dois anos depois tornou-se integrante da Campanha de Erradicação do Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro

e organizou o Movimento Popular de Alfabetização em 1951. Foi colaborador do Movimento Cívico Contra o Analfabetismo no estado do Espírito Santo em 1954. Em 1958 foi nomeado diretor do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e em 1960 torna-se membro diretor da Associação Brasileira de Educação. Desde esse ano passou a dedicar-se integralmente ao trabalho para o desenvolvimento da CNEC (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Felipe_Tiago_Gomes).

3.4 Joaquim Amazonas

Joaquim Amazonas era recifense, do Engenho do Meio, nascido na casa-grande onde João Fernandes Vieira reuniu-se com os conjurados com a finalidade de expulsar os holandeses. O terreno deste engenho foi doado para a construção da UR, hoje UFPE. Estudou os cursos primário e secundário no Recife, foi o laureado e colou grau em 7 de dezembro de 1901. Em 1909, por concurso público, assume a cadeira de Direito Comercial. Em 1911, representando a Faculdade de Direito, assume a cadeira do Conselho Superior do Ensino até 1935. Fez parte do Corpo Editorial da Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife nos períodos de 1913 a 1925 e de 1931 a 1946. Foi deputado estadual entre os anos de 1927 e 1930, senador estadual em 1930, membro da Comissão de Economia e Finanças do Estado, membro e presidente do Conselho Administrativo do Estado. Organizador da seção de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e seu presidente por 17 anos (1932 a 1949 e em 1951); organizador e presidente, por 17 anos, do Conselho Penitenciário de Pernambuco; presidente, por longos anos, do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco; e Diretor efetivo da Faculdade de Direito do Recife em 1945. Foi reitor da Universidade do Recife entre os anos de 1946 a 1959. (Diversas fontes coletadas por Evson Malaquias de M. Santos e equipe de pesquisa)

3.5 Jonio Santos Pereira de Lemos

Jonio Santos Pereira de Lemos nasceu em 14 de novembro de 1926 em Recife. Estudou no Ginásio Pernambucano em 1937, no Colégio Carneiro Leão, formando-se no Científico. Ingressou na Escola de Engenharia em 1947, obtendo o primeiro lugar na seleção, diplomando-se em Engenharia Civil em 1949, sempre aprovado em primeira época. Em 1947, foi vice-Presidente do D. A. de Engenharia. Professor de Física do Colégio Oswaldo Cruz. Em 1952/53 retorna à Universidade como aluno, diplomando-se em Engenharia Eletricista. Em 1952/56 ensinou na UNICAP. Em 1959 foi professor Catedrático por concurso. Em 1963/66 é nomeado diretor da Faculdade de Arquitetura da UFPE. De 1964 a 1967 foi nomeado vice-Reitor da UFPE. De 1967 a 1970, foi reconduzido a vice-Reitoria (Currículo, 1971).

3.6 Paulo Pessoa de Queiroz

Paulo Pessoa de Queiroz, filho de Francisco Pessoa de Queiroz, - este, sobrinho de Epiácio Pessoa e seu secretário particular, foi também, senador pelo Estado da Paraíba e proprietário do Jornal do Commercio - foi Diretor Técnico da Rádio Jornal do Commercio em 1948. No período da greve estudantil de 1947, era estudante do segundo ano de Engenharia. Em 1966, ele assume o comando da empresa Jornal do Commercio. Este entra em conflito com D. Helder Câmara ao fazer exigências para a realização de um debate transmitido pela sua emissora de televisão com os bispos que lançaram Manifesto dos Bispos do Nordeste, chegando a retirar da proposta de debate a presença dos jornalistas. O debate não se realizou (D. Helder, Pastor da liberdade. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm>).

3.7 Paulo Rodolfo de Rangel Moreira

Paulo Rodolfo de Rangel Moreira, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife 1946-1947. Membro do Conselho Universitário da Universidade do Recife neste período. Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco entre os anos de 1966 a 1969.

Notas

- ¹ Este capítulo só foi possível com a participação da estudante Hercília Melo do Nascimento na coleta dos jornais.
- ² GREVE DE SOLIDARIEDADE dos estudantes de Direito e de Belas Artes. Decidirão hoje os de Medicina. Não atendidas as reivindicações dos universitários de Engenharia. **Folha do Povo**. Recife, 13 de setembro de 1947, capa.
- ³ ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA ??? No "Hall" da Escola de Engenharia. Pedida a anulação da primeira prova pericial da 2ª cadeira de física e o afastamento dos professores. Assistente é contratado na mesma cadeira - apoio moral dos estudantes de outros estabelecimentos. **Folha da Manhã**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 11, 12.
- ⁴ Em pé de greve a universidade iniciaram o movimento, na tarde de ontem, os estudantes de engenharia - a campanha contra o professor de física. **Jornal Pequeno**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 1.
- ⁵ Os estudantes da Escola de Engenharia declaram-se em greve pelas suas reivindicações. **Folha do Povo**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 4.
- ⁶ Estão em greve, desde ontem, os alunos da Escola de Engenharia. Em movimentada Sessão de Assembléia. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 10.
- ⁷ A Folha da Manhã forneceu outros números da votação: 134 votos favoráveis, 9 contra e 2 abstenções.
- ⁸ EM PÉ DE GREVE a universidade. Iniciaram o movimento, na tarde de ontem, os estudantes de Engenharia – a campanha contra o professor de Física. **Jornal Pequeno**. Recife, 10 de setembro de 1947, p.1.
- ⁹ ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIÁ????? No "hall" da Escola de Engenharia. Pedida a anulação da primeira prova parcial da 2ª. cadeira de Física e o afastamento dos professores assistente e contratado da mesma cadeira – apoio moral dos estudantes de outros estabelecimentos. **Folha da Manhã**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 11
- ¹⁰ OS ESTUDANTES da Escola de Engenharia declaram-se em greve pelas suas reivindicações. **Folha do Povo**. Recife, 10 de setembro de 1947, p.4.

- ¹¹ ESTÃO EM GREVE, desde ontem, os alunos da Escola de Engenharia. Em movimentada sessão de assembléia geral, ontem realizada, tomaram os estudantes importantes medidas para a defesa dos interesses da classe. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 10.
- ¹² ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA????? No "hall" da Escola de Engenharia. Pedida a anulação da primeira prova parcial da 2ª cadeira de Física e o afastamento dos professores assistente e contratado da mesma cadeira – apoio moral dos estudantes de outros estabelecimentos. **Folha da Manhã**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 11
- ¹³ OS ESTUDANTES da Escola de Engenharia declaram-se em greve pelas suas reivindicações. **Folha do Povo**. Recife, 10 de setembro de 1947, p.4.
- ¹⁴ ESTÃO EM GREVE, desde ontem, os alunos da Escola de Engenharia. Em movimentada sessão de assembléia geral, ontem realizada, tomaram os estudantes importantes medidas para a defesa dos interesses da classe. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de setembro de 1947, p. 10.
- ¹⁵ EM PÉ DE GREVE a universidade. Iniciaram o movimento, na tarde de ontem, os estudantes de Engenharia – a campanha contra o professor de Física. **Jornal Pequeno**. Recife, 10 de setembro de 1947, p.1.
- ¹⁶ Idem
- ¹⁷ CONTINUA A GREVE na Escola de Engenharia. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 de setembro de 1947, p.12.
- ¹⁸ FALA O ACADÊMICO Antonio Hugo Guimarães. "Jamais Tentamos organizar uma campanha de desmoralização". A greve dos estudantes de Engenharia de Pernambuco. Aguardada a parede como um fato inevitável. A resolução da Congregação não satisfaz. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 de setembro de 1947, p.3.
- ¹⁹ MANTÊM-SE FIRMES na sua decisão de greve, os estudantes de Engenharia. Considerada insatisfatória a nota da Congregação. Apoio dos estudantes de Belas Artes. Participação dos estudantes de Direito no movimento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1947, p. 3.
- ²⁰ A nota diz: " O [D.A.] de Belas Artes, em reunião realizada hoje, aprovou unanimemente seu irrestrito apoio aos colegas dessa Escola, indo á greve se preciso".
- ²¹ MANTÊM-SE FIRMES na sua decisão de greve, os estudantes de Engenharia. Considerada insatisfatória a nota da Congregação. Apoio dos estudantes de Belas Artes. Participação dos estudantes de Direito no movimento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1947, p. 3.
- ²² FALA O ACADÊMICO Antonio Hugo Guimarães. "Jamais Tentamos organizar uma campanha de desmoralização". A greve dos estudantes de Engenharia de Pernambuco. Aguardada a parede como um fato inevitável. A resolução da Congregação não satisfaz. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 de setembro de 1947, p.3
- ²³ MAIS DUAS escolas superiores em greve. Aderiram ao movimento dos estudantes de engenharia, os alunos da faculdade de Direito e da Escola de Belas Artes. Possibilidade de apoio das outras escolas que compõem a universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 de setembro de 1947, p. 3.
- ²⁴ EM GREVE os estudantes de Direito. Solidários com os colegas de Engenharia. **Jornal Pequeno**. Recife, 12 de setembro de 1947, p.3.

- ²⁵ MAIS DUAS escolas superiores em greve. Aderiram ao movimento dos estudantes de engenharia, os alunos da faculdade de Direito e da Escola de Belas Artes. Possibilidade de apoio das outras escolas que compõem a universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 de setembro de 1947, p. 3.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ Ibidem.
- ²⁸ Não temos maiores informações sobre a posição desses e de outros docentes de outras faculdades acerca da greve. É apressado afirmar “apoio” de vários docentes à greve. Contudo, a liberação das aulas facilitou aos estudantes a participação na assembleia. Tanto o *Jornal Pequeno*, Folha da Manhã como o *Jornal do Commercio* afirmam categoricamente o apoio desses professores à greve.
- ²⁹ EM GREVE os estudantes de Direito. Solidários com os colegas de Engenharia. **Jornal Pequeno**. Recife, 12 de setembro de 1947, p.3.
- ³⁰ PROSEGUE O MOVIMENTO grevista dos estudantes da escola de Engenharia. Ainda ontem, entraram a fortalecer a parede a Faculdade de Direito e a Escola de Belas Artes. Outros protestos de solidariedade. **Jornal do Commercio**. Recife, 13 de setembro de 1947, p. 10.
- ³¹ EM GREVE, TAMBÉM, os estudantes de Medicina. **Jornal Pequeno**. Recife, 13 de setembro de 1947, p.3.
- ³² O jornal Folha da Manhã, nesse mesmo dia, ressalta a falta de solução do impasse ao destacar que “prosegue sem qualquer perspectiva a resolução da greve” e divulga, sem maiores comentários, as notas dos Diretórios de Medicina, Politécnica, Agronomia e Química, da Comissão Universitária e da UEP.
- ³³ EXPRESSIVO EXEMPLO de coesão e solidariedade da mocidade universitária de Pernambuco. Solidários com os estudantes de Engenharia, entraram em greve os alunos da Faculdade de Medicina e Escola Politécnica. Vão deliberar os estudantes de Agronomia. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 de setembro, p.14.
- ³⁴ Ibidem.
- ³⁵ TERMINOU A GRÉVE universitária. Venceram as pretensões estudantis. Um voto de louvor do prof. Freire. **Jornal Pequeno**. Recife, 19 de setembro de 1947, p. 19.
- ³⁶ A longa nota de sensibilização ao Reitor, da qual trataremos em seguida, é assinada por Paulo Rangel Moreira (D.C.E), Felipe Tiago Gomes (D.A. de Direito), Altino das Neves (D.A. Belas Artes), Gilberto Duque de Souza (D.A. Politécnica), Heleno de Meiroz Grilo (D.A. de Medicina).
- ³⁷ Expressivo exemplo de coesão e solidariedade da mocidade universitária de pernambuco. Solidários com os estudantes de engenharia.
- ³⁸ Idem.
- ³⁹ Ibidem
- ⁴⁰ Ibidem
- ⁴¹ Ibidem
- ⁴² O Diário de Pernambuco, nesse dia, divulga a carta de Luiz Freire ao Reitor; a adesão à greve do Diretório de Filosofia; de Ciências Econômicas, por maioria; Faculdade de Comercio e Economia, por unanimidade; carta do D.A. à direção da Faculdade de Agronomia e Química solicitando intermediação para sanar o fim do impasse (ULTRAPASSA O AMBITO da Universidade a greve da Escola de Engenharia. Carta do prof. Luiz Freire ao reitor. Aderiram ontem a Faculdade de Filosofia, Escola de Agronomia, Faculdades de Ciências Econômicas e Comercio. O requerimento do D.E.E. à Congregação. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16

de setembro de 1947, p.2 e 8). A Folha da Manhã expõe o “longo requerimento” do D.A. ao diretor da Escola solicitando a convocação com urgência da Congregação e a informação de que a Congregação já tinha sido convocada para o dia 16/09, às 10 horas (CONVOCADA A CONGREGAÇÃO..., 1947, p.5 e 8).

- ⁴³ CONTINUARÁ A GREVE..., 1947, p. capa e 3
- ⁴⁴ São publicadas as notas dos D. As. da Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega, Escola de Agronomia do Nordeste, de Engenharia, da Comissão Universitária e da Escola de Engenharia.
- ⁴⁵ AINDA NÃO SOLUCIONADA a greve dos estudantes de Engenharia. Adere ao movimento a Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega. Apoio da Escola de Agronomia do Nordeste. Convocadas 2 reuniões para hoje, na Escola de Engenharia. Uma grande passeata pacífica. **Jornal do Commercio**. Recife, 17 de setembro de 1947, p. 10.
- ⁴⁶ DIARIO DE PERNAMBUCO, 1947, p. 12
- ⁴⁷ REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO da Escola. Concedida a realização de nova prova parcial. Serão dadas aulas especiais para não prejudicar o curso. Rejeitadas as demais exigências dos alunos. Será mantida a greve que tende alastrar-se a outras escolas da Universidade. **Folha da Manhã**. Recife, 12 de setembro de 1947, p. 5
- ⁴⁸ EM PAREDE quase toda a universidade do Recife. **Folha da Manhã**. Recife, 13 de setembro de 1947, p. 12.
- ⁴⁹ A Folha da Manhã ressalta que a Congregação deliberou aqueles pontos “depois de amplamente apresentados os vários pontos do memorial enviado pelo Diretório” (grifo nosso). Assina a nota: Eurico de Monteiro de Matos, Newton da Maia, Álvaro Celso Cavalcanti, Paulo Guedes Pereira, Aurino Duarte, Ivan Loureiro, Manoel Falcão Filho, Almir Fernando Barros, Lula Ribeiro, Luis Osório Siqueira Neto, Pelópidas Silveira, Nestor Moreira Reis, Antonio Bezerra Baltar, Napoleão Albuquerque, Aníbal Ramos de Matos, Ivan Fonseca
- ⁵⁰ MANTÊM-SE FIRMES na sua decisão de greve, os estudantes de Engenharia. Considerada insatisfatória a nota da Congregação. Apoio dos estudantes de Belas Artes. Participação dos estudantes de Direito no movimento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1947, p. 3.
- ⁵¹ O diretor suspende a sessão temporariamente para que Luiz Freire elabore a nota da Congregação com a ajuda de alguns membros, e, logo após o seu retorno com a nota, o professor Antonio Baltar a lê para o colegiado e a mesma é aprovada por unanimidade. Após a leitura, o professor Siqueira Neto propõe uma “moção de apreço” ao professor Luiz Freire “pela maneira superior como se conduziu”.
- ⁵² 1947, p. 45 verso
- ⁵³ 1947, p. 46
- ⁵⁴ 1947, p.46
- ⁵⁵ 1947, p. 46 verso
- ⁵⁶ 1947, p. 47 verso
- ⁵⁷ 1947, p.48
- ⁵⁸ Denunciam os estudantes que já se chegou a realizar “3 exercícios escolares, num só dia, numa só folha de papel, enquanto somente é permitida a sua realização em períodos diferentes”. Chamam a atenção ainda de que “provas escritas são realizadas muitas vezes com cerca de 90 alunos, enquanto a lei determina que não se deve ultrapassar o número de 30”. O professor Luiz Freire é denunciado, também, por repetir as notas das provas orais até por outros docentes da banca. Os estudantes criticam ironicamente este professor ao observa-

rem que “o seu ‘senso físico’ e ‘matemático’, duas criações de sua inteligência atrabiliária, tem sido uma grande arma para reprovações em massa”(COESOS OS ESTUDANTES de Engenharia na defesa dos interesses da classe. ‘Iniciamos a luta contra o nosso inimigo público’. **Jornal Pequeno**. Recife, 10 de setembro de 1947, capa).

⁵⁹ 1947, p. 48 verso

⁶⁰ 1947, p. 48 verso

⁶¹ MANTÊM-SE FIRMES na sua decisão de greve, os estudantes de Engenharia. Considerada insatisfatória a nota da Congregação. Apoio dos estudantes de Belas Artes. Participação dos estudantes de Direito no movimento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1947, p. 3.

⁶² FALA O ACADÊMICO Antonio Hugo Guimarães. “Jamais Tentamos organizar uma campanha de desmoralização”. A greve dos estudantes de Engenharia de Pernambuco. Aguardada a parede como um fato inevitável. A resolução da Congregação não satisfaz. **Jornal do Comercio**. Recife, 12 de setembro de 1947, p.3

⁶³ Idem

⁶⁴ 1947, p.30

⁶⁵ 1947, p.34

⁶⁶ O Jornal publica o Memorial do DA de Engenharia entregue à Direção da Escola de Engenharia, Notas dos Diretórios de Agronomia, da Faculdade de Filosofia do Recife, da Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega e a Carta Aberta do prof. Luiz Freire ao reitor da Universidade do Recife.

⁶⁷ PRATICAMENTE RESOLVIDO..., 1947, p. 3

⁶⁸ A Folha da Manhã, com a manchete “Não foram atendidos em suas reivindicações”, sem nenhuma análise ou interpretação do processo de greve, publica as mesmas notas a serem desenvolvidas aqui e a Carta de Amaranto Lopes Ferreira.

⁶⁹ AMANHÃ UMA SOLUÇÃO definitiva para o “caso” da Escola de Engenharia. Em longa e fundamentada nota, o diretório acadêmico diz dos motivos porque a classe ainda continua em greve. **Jornal do Comercio**. Recife, 18 de setembro de 1947, p. 3.

⁷⁰ Idem. Ela é assinada por Paulo Rangel Moreira (D.C.E.), Felipe Gomes (D. A. de Direito), Altino Neves (D. A. de Belas Artes), Heleno Grilo (D. A. de Medicina), Gilberto Duque (D. A. de Politécnica), Sebastião Simões Filho (D. A. de Agronomia e Química), Antonio Bezerra de Carvalho (D. A. de Filosofia Manuel da Nóbrega), Nivaldo Landim (D.A. de Ciências Econômicas) e Maria de Lourdes Barreto Campelo (D. A. de Filosofia da Universidade do Recife)

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ TERMINOU A GRÉVE universitária. Venceram as pretensões estudantis. Um voto de louvor do prof. Freire. **Jornal Pequeno**. Recife, 19 de setembro de 1947, p. capa.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ TERMINOU, ONTEM, a greve dos estudantes da Escola de Engenharia. A decisão do Conselho Universitário. Hoje mesmo serão reiniciado as aulas. Nota oficial do Diretório Acadêmico de Engenharia. Proclamação da Comissão Universitária da greve. Outras notas. **Jornal do Comercio**. Recife, 20 de setembro de 1947, p. 10.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Assinam a nota: Paulo Rangel Moreira (DCE), Felipe Tiago Gomes (D.A. de Direito), Altino

Neves (D.A. de Belas Artes), Heleno Grilo (D.A. de Medicina), Sebastião Simões Filho (D.A. de Agronomia e Química), Gilberto Duque (D.A. da Politécnica), Maria de Lordes B Campelo (D.A. da Faculdade de Filosofia da Universidade), Nivaldo Landim (D.A. de Ciências Econômicas), Antonio Carvalho (D.A. da Faculdade Manuel da Nóbrega) e Dalvino Santos (D.A. de Economia e Comercio).

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

⁸² O Diário de Pernambuco publica na íntegra, também, nesse dia, as notas do Diretório Acadêmico de Engenharia e da Comissão Universitária.

⁸³ TERMINOU A GRÉVE, COM a vitória dos estudantes. Satisfeitas as reivindicações pleiteadas. Comemorão a vitória com uma grande concentração no Santa Izabel. **Folha do Povo**. Recife, 20 de setembro de 1947, capa.

⁸⁴ EM GREVE, TAMBÉM, os estudantes de Medicina. **Jornal Pequeno**. Recife, 13 de setembro de 1947, p.3.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ 1947, p. 48 verso

⁸⁷ Além desse Jornal, a carta do professor Luiz Freire foi publicada nos outros veículos.

⁸⁸ "CARTA ABERTA ao Magnífico Reitor da Universidade do Recife". (Dirigida pelo professor Luiz Freire a propósito do incidente que vem agitando os meios universitários desta capital). **Jornal Pequeno**. Recife, 15 de setembro de 1947, p. 1, 2.

⁸⁹ Idem

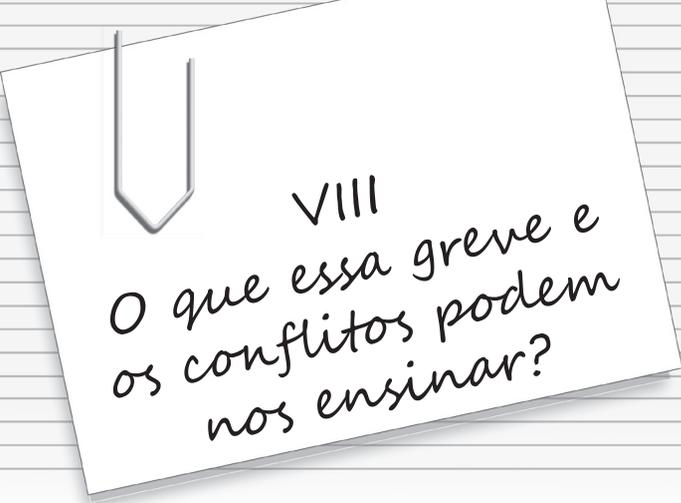
⁹⁰ Ibidem

⁹¹ Ibidem.

⁹² AMANHÃ UMA SOLUÇÃO definitiva para o "caso" da Escola de Engenharia. Em longa e fundamentada nota, o diretório acadêmico diz dos motivos porque a classe ainda continua em greve. **Jornal do Commercio**. Recife, 18 de setembro de 1947, p. 3.

⁹³ Idem

⁹⁴ Ibidem



VIII
O que essa greve e
os conflitos podem
nos ensinar?

Há diversos aspectos desta greve sobre os quais podemos enfatizar: 1) sobre a origem da greve quanto aos aspectos factuais; 2) quanto à sua natureza política; 3) quanto a sua natureza pedagógica; 4) quanto aos seus aspectos estruturais de reprodução sociopolítico-ideológica.

Comecemos pelo primeiro aspecto: se a motivação da greve conforme a imprensa e as notas oficiais dos Diretórios e da Escola de Engenharia, foram a rejeição à reprovação da turma e a personalidade irônica e “forte” do professor Luiz Barros, não deixa de ser verdadeiro. Desde junho, quatro meses antes de deflagrarem a greve, os estudantes já estavam insatisfeitos com a postura do professor Luiz Freire. Os votos de louvor que este professor recebeu pelo seu comportamento durante a greve foram votos corporativos e oriundos do prestígio que ele tinha profissionalmente, pois sua postura não ajudou muito, tanto com sua carta ao Reitor quanto com seu posicionamento na Congregação, criando dificuldades para a solução do problema ao defender a anulação de todos os exames – pelo menos é o que podemos deduzir do que estava escrito.

Outro aspecto que precisa ser incorporado a esta análise é a natureza política da greve. A rigidez política dos catedráticos que não cedem, não negociam, não se colocam como parte do diálogo foi fundamental para a emergência da greve. Este autoritarismo, sem dúvida, também expressão da sociedade da época,

foi a determinação dos estudantes que se solidarizaram uns com os outros. Esta é uma grande lição política na época atual em que a solidariedade está descartada das instituições sociais, entre elas as educacionais, quando buscam apenas “resultados” e “competição”. A unidade política entre os estudantes, construída durante a greve, era fantástica, o que demonstrava a força ideológico-política da época estudada.

O engajamento nos problemas nacionais, a defesa do petróleo nacional, a luta ideológica em defesa da liberdade de expressão ao Partido e à Juventude Comunista, o engajamento nas eleições partidárias e estudantis demonstravam uma juventude se colocando como sujeito político, como força instituinte da história em curso. Ao mesmo tempo era contida pelo imaginário patriarcal que os colocava no lugar: a reverência à Congregação, aos Catedráticos e ao Reitor Joaquim Amazonas simbolizava o limite da greve e de sua força. Isto se materializou, também, na retirada da proposta de ter um estudante assento no CTA, em nosso entender, a mais importante na política, e na reivindicação feita, apesar de ser tímida e insuficiente para uma prática emancipatória.

Um outro aspecto que se soma a esta reflexão é a prática pedagógica dos docentes catedráticos e na atualidade. Se houve mudança no tempo, quanto a essas práticas, elas não foram suprimidas na totalidade da relação professor/estudante. Em alguns cursos, a prática desenvolvida por Luiz Freire não é isolada ou apenas decorrente de sua “personalidade”. Há elemento do simbólico que orienta, ainda hoje, estas relações sádicas hierarquizadas entre docentes e estudantes.

Esperamos que esta pesquisa ajude a iniciar uma discussão na UFPE sobre estas práticas bastante enraizadas nas “ciências duras” – mas não exclusivas delas – (em que pese a Escola de Engenharia ter formado políticos e resistências a governos ditatoriais, não foi suficiente para mudar a prática político-pedagógica). Esta questão merece mais destaque, pois parece-nos que o discurso político-ideológico não é suficiente para constituir rupturas no imaginário social da prática político-pedagógica. A greve foi, também, um levante contra este autoritarismo bastante forte em Luiz Freire, mas que não era unicamente dele. Os diversos levantamentos dos estudantes na história da Engenharia não eram apenas reivindicações

pela “melhoria” de seus estudos, mas a busca de autonomia na relação da construção de saber, apesar de isso não estar claro nos seus projetos políticos.

O alto saber do professor Luiz Barros Freire é inquestionável e admirável; acreditamos que a UFPE deveria valorizar e reconhecer mais sua importância na divulgação, reflexão e valorização de seu papel no conhecimento científico do Brasil. Infelizmente, apenas os especialistas na área têm conhecimento sobre sua importância. Publicar biografias e outros materiais é uma forma de reconhecimento a este grande cientista pernambucano.

Por fim, refletirmos sobre o núcleo do imaginário autoritário no Brasil é de suma importância: o patriarcalismo patrimonialista. Esta greve, em muitos dos seus aspectos, permeia esta temática. Toda a estrutura organizacional da Universidade expressava esta lógica centralizada, verticalizada e masculina (manifestada nos catedráticos e no culto aos mesmos, particularmente, na figura do Reitor) – ainda bastante presente na atualidade, apesar de com modificações.

As ingerências da reitoria, das Congregações e direções das Faculdades na vida organizacional dos estudantes, com argumentos legalistas, são indicadores concretos da ordem patriarcal controlando e tutelando a juventude. A Universidade do Recife, durante todo o mandato de Joaquim Amazonas, se portou desta forma.

Não podemos esquecer que, mesmo personalidades destacadas da educação, como Carneiro Leão, mostram-nos a “fragilidade” do liberalismo brasileiro. Quando as contradições e conflitos políticos emergiram, este mestre não pensou duas vezes e reprovou uma turma toda, em greve, por ela não estar presente na avaliação. Mesmo os democratas liberais, quando nos Conselhos deliberativos da Universidade, punham em cheque a autoridade da instituição, tomavam o partido dela por unanimidade. Antonio Paulo Rezende e Lucia Lippi têm razão quando apresentam os limites e as prisões do imaginário social da tradição falando mais alto aos intelectuais desta geração – diria, presentes fortemente até hoje.

A busca da autonomia por parte dos estudantes era constantemente breçada pelas relações de tutela, manifestando-se constantemente na prática deles: retirando as faixas/cartazes que divulgavam a greve durante um encontro

acadêmico; elogios sistemáticos ao Reitor e aos catedráticos, ataques sistemáticos e exclusivos à pessoa do professor Luiz Freire, personalizando os conflitos; a retirada da proposta política de representação no CTA.

A luta contra a tutela é de fundamental importância, e ela está bastante presente na atualidade política, basta vermos a política de cooptação dos governos que não modificam a realidade estrutural do País, mas mantêm os mecanismos de dependência política e econômica.

A tutela política, se não é exclusividade das sociedades patrimonialistas, é própria, também, dos países representantes da modernidade, é um ataque à alteridade e à liberdade e, conseqüentemente, à democracia, pois democracia não se reduz aos procedimentos eletivos, mas é um conjunto de significações fundado na liberdade – o que implica o afeto e os seus valores igualitários na diversidade.

A construção de sujeitos livres exige métodos e instrumentos livres e democráticos, o que significa que o discurso de democracia e participação bastante em voga hoje exige uma ruptura com essas práticas, formas e subjetividades educadas para a submissão.

A PRIMEIRA GREVE ESTUDANTIL DA UFPE

TIPOGRAFIA
Segoe Script
Times New Roman

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | edufpe@nlink.com.br | editora@ufpe.br

...nos perguntamos que ensinamentos podemos tirar hoje de um fato político ocorrido há 67 anos, nos primórdios de nossa instituição?

As respostas podem ser encontradas através da leitura do texto, bem escrito e documentado. Chama atenção a estrutura do livro onde se destaca o prefácio do professor Antonio Paulo Rezende que, com clareza e profundidade afirma que a Universidade se enriquece quando se põe luz sobre sua memória. Os aspectos teóricos relacionam história e cultura e põem as bases para se entender contexto e fatos da época. Com metodologia bem estruturada, os fatos são interpretados a partir de farto material empírico – jornais, fotos, documentos, entrevistas - fornecendo rica leitura do contexto político e social dos anos 1940 a 1950. Destaca-se a efervescência cultural e política de Pernambuco e sua capital, com importantes papéis cumpridos por instituições centenárias como o Teatro Santa Isabel, a Biblioteca Pública, o Gabinete Português de Leitura, o Hospital Português, a Faculdade Estadual de Filosofia e o Ginásio Pernambucano, dentre outras.

Anísio Brasileiro
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE
Professor da Escola de Engenharia de Pernambuco.

ISBN 978-85-7315-802-1



9 788573 158021